

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPA

JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

**ESTUDO DO COTIDIANO DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS NO AMBIENTE DA FEIRA
LIVRE CONSTITUÍDA A PARTIR DA GESTÃO
COOPERATIVA**

Maringá

2014

JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

**ESTUDO DO COTIDIANO DE PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS NO AMBIENTE DA FEIRA LIVRE CONSTITUÍDA A
PARTIR DA GESTÃO COOPERATIVA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

G719e	Gouvêa, Josiane Barbosa Estudo do cotidiano de pequenos produtores rurais no ambiente da feira livre constituída a partir da gestão cooperativa / Josiane Barbosa Gouvêa. – Maringá, 2014. 168 p. Orientadora: Profª. Drª. Elisa Yoshie Ichikawa Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Maringá, 2014. 1. Cooperativas. 2. Trabalhadores rurais. I. Ichikawa, Elisa Yoshie. II. Título. CDD 22.ed. 658.047 334.6 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

**ESTUDO DO COTIDIANO DE PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS NO AMBIENTE DA FEIRA LIVRE CONSTITUÍDA A
PARTIR DA GESTÃO COOPERATIVA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

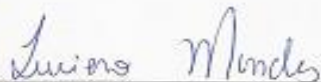
Aprovada em 13 de agosto de 2014



Prof. Dr.^a Elisa Yoshié Ichikawa (PPA-UEM)
(presidente)



Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos (PPGA-UEL)
(membro convidado)



Prof. Dr. Luciano Mendes (PPA-UEM)
(membro)

À minha mãe Carse Dapper Barbosa. Tenho a certeza de que mesmo não estando aqui fisicamente, vibra comigo por mais esta conquista, como sempre o fez. Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

Entendo que a vida é movida por objetivos e alcançá-los é sempre motivo de grande alegria. É muito gratificante, apesar dos desafios e percalços conseguir chegar ao final de um projeto importante como foi, para mim, a realização do mestrado em Administração. Assim, é este o sentimento que me toma agora: gratidão!

Gratidão a Deus pelo dom da vida e a certeza de que caminha comigo, me conduzindo e fortalecendo em minha trajetória. Dele é que me vem a força necessária para a realização das atividades às quais me proponho a desempenhar.

A meus pais Osmar e Carse (*in memoriam*) que Foram meus primeiros incentivadores, conduzindo-me com amor pelos caminhos da vida. Lembro-me aqui com especial carinho de minha mãe. Mulher guerreira e batalhadora que não media esforços para que seus filhos pudessem alcançar os seus objetivos. Certamente, deixou grandes marcas e exemplos para serem seguidos.

A vida me deu ainda dois grandes presentes, meus irmãos Cristiane e Eduardo, meus melhores amigos. Obrigada pelo incentivo, carinho e apoio constante. Não poderia deixar de citar também meu cunhado Vilson, grande amigo, sempre disposto a ajudar, sem medir esforços.

Meu agradecimento especial também ao meu esposo Celso pelo companheirismo, amor e apoio incondicional. Compreendeu minha falta de tempo, minhas ausências e acompanhou-me em diversas idas à Maringá, bem como, em alguns momentos no período de coleta de dados. Muito obrigada por demonstrar através de palavras e ações que este projeto era importante também para você, isso me fortaleceu ainda mais.

Minha gratidão também aos meus avós maternos Laudelino e Helga. Sempre presentes, me acompanhando em todos os momentos. A vocês, meu amor incondicional.

Aos meus familiares e amigos que de perto ou de longe acompanharam a minha caminhada e torceram por mim. Lembro-me de maneira especial aqui, da minha amiga Mairi pelo apoio constante.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração pelos valiosos conhecimentos compartilhados. Certamente levarei seus ensinamentos comigo por toda a vida.

Dedico agradecimento especial a minha orientadora, Professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa, que aceitou o desafio de me acompanhar sem que me conhecesse. Nosso único e breve contato havia sido no momento da entrevista, durante o processo de seleção. Em

virtude de estar cursando seu estágio pós doutoral em Belo Horizonte-MG, nossas primeiras conversas aconteceram por e-mail. No entanto, em nosso primeiro contato pessoal, percebi que se tratava de uma profissional ímpar. No decorrer do tempo, porém, vi que suas qualidades não se limitavam ao âmbito profissional. Tive o privilégio de conhecer um ser humano incrível, que passei a admirar cada dia mais. Professora, muito obrigada pelo crescimento e oportunidades que proporcionou a mim. À senhora minha admiração, carinho e respeito!

Minha gratidão também ao Professor Dr. Francisco Giovanni David Vieira pelas importantes contribuições a este trabalho, tanto na banca de qualificação, quanto nas conversas que tivemos posteriormente. Com certeza o senhor é para mim referência de profissional e de pessoa. Exemplo de respeito e generosidade que seguirei durante a minha caminhada.

Ao Professor Dr. Luciano Mendes com o qual tive o privilégio de cursar uma disciplina e que participou de minha banca de qualificação e defesa. Muito obrigada pelas discussões proporcionadas nas aulas, bem como, pelas valiosas contribuições na avaliação deste estudo. O senhor é também exemplo que levarei para a vida. Seu entusiasmo pela busca e transmissão do conhecimento é contagiante.

Agradeço também ao Professor Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos por aceitar participar de minha banca de defesa e pelas importantes considerações acerca de meu estudo.

Ao Bruhmer, obrigada pela disponibilidade em auxiliar a todos os alunos.

Aos meus queridos colegas da turma de 2012, Bruno, Cláudia, Edi Carlos, Elisabete, Everton, Gustavo, Jheine, Liciane, Luciana, Luiz, Rocío, Stephanie, que comigo percorreram esse caminho. Andamos por estradas diferentes, pesquisamos temas diversos, mas tínhamos todos o mesmo objetivo. De maneira especial me remeto à Rocío, com quem pude trocar ideias, bem como, compartilhar dúvidas e angústias, principalmente no período de realização da pesquisa. Ao Everton e Jheine pela convivência e conversas. À Liciane, pela amizade e por compartilhar comigo a rotina de viagens. Certamente levarei comigo um pouco de cada um de vocês.

A todos os envolvidos na condução das atividades da COPERAFA, minha gratidão por terem me acolhido tão bem e contribuído para que a realização deste estudo fosse possível.

Tenho consciência de que ninguém vence sozinho, portanto, todos vocês tem parcelas de contribuição nesta minha conquista. Muito obrigada a todos!

RESUMO

A partir de conceitos concebidos por Certeau (2000), Heller (2000) e Lefebvre (1991), neste estudo busquei compreender como ocorrem as micropráticas cotidianas na feira gerenciada pela COPERAFA - Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná, no município de Nova Aurora, apesar da estrutura de gestão formalizada estabelecida pela cooperativa a todas as suas unidades. A vida cotidiana, conforme apresentam Certeau (2000), Heller (2000) e Lefebvre (1991), é vivenciada pelos indivíduos quer queiram ou não. Diante disso, é possível perceber que o cotidiano envolve a todos por igual. Para Heller (2000) e Lefebvre (1991), no entanto, que abordam o tema a partir da perspectiva marxista, o cotidiano é espaço de alienação, no qual os sujeitos apenas reproduzem o formalmente estabelecido. Heller (2000), porém, apresenta possibilidades – momentos – em que estes indivíduos podem romper com o processo de alienação. Para Certeau (2000), por sua vez, o cotidiano é fonte de inventividade, no qual os sujeitos, através de práticas de microrresistências têm condições de o construir. Fui, então, buscar compreender como se dão tais ações no ambiente de uma feira livre, gerenciada através do conceito do cooperativismo. O conceito de cooperação, que teve seu início em meados do século XIX, através do qual os indivíduos se uniam em busca de objetivos comuns, foi se perdendo no decorrer do tempo. A partir de tais considerações pude perceber que das cooperativas em atuação no mercado atual, poucas são as que ainda buscam sustentar em algum ponto os fundamentos sociais que as originaram. Diante desse contexto é que resolvi me inserir nessa investigação. Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Os dados foram coletados através da observação participante, entrevistas de história oral e semiestruturadas. A análise foi feita por meio da análise de discurso (AD) da linha francesa, a partir da qual se busca analisar o que é dito para além da linguagem. Percebi, neste processo, que mesmo no ambiente cooperativo, que foi objeto deste estudo, o discurso capitalista é hegemônico e determina o posicionamento dos indivíduos. Assim, a perspectiva coletiva é relegada a segundo plano, em detrimento do crescimento individual. Verifiquei, desta maneira, na feira investigada que, desde a sua concepção, disputas de poder e busca por crescimento individual conduziram as ações dos envolvidos, culminando com o desmembramento das unidades que inicialmente compunham a cooperativa.

Palavras-chave: Cotidiano. Cooperativismo. Discurso. Estratégias e Táticas. Micropráticas Cotidianas.

ABSTRACT

From concepts designed by Certeau (2000), Heller (2000) and Lefebvre (1991), in this study I sought to understand how it is occurred the daily micro-practices in the fair managed by COPERAFA - Agribusiness Family Cooperative of the West of Paraná, in the city of Nova Aurora, despite the formalized management structure established by the cooperative to all units. The daily life as present Certeau (2000), Heller (2000) and Lefebvre (1991), is experienced by individuals whether they want to or not. Therefore, it is possible to notice that the everyday involves everyone equally. For Heller (2000) and Lefebvre (1991), however, that address the topic from a Marxist perspective, is the daily space of alienation, in which subjects simply reproduce formally established. Heller (2000), however, presents possibilities - moments - in which these individuals can break through the divestiture process. For Certeau (2000), in turn, the daily is source of inventiveness, in which subjects through practices micro resistors afford to build it. I then went to try to understand how such actions occur in an open market environment, managed through the concept of cooperatives. The concept of cooperation, which began in the mid-nineteenth century, through which individuals united in the pursuit of common goals, was lost in the course of time. From such considerations could see that the cooperative action in the current market, there are few who still seek support at some point the social foundations that originated them. Given this context is that I decided to enter myself in this research. This research is qualitative in nature. Data were collected through participant observation, semi structured interviews and oral history. The analysis was done by means of discourse analysis (DA) of the French line, from which seeks to analyze what is said beyond language. Realized in the process that even in cooperative environment, which was the object of this study, the capitalist discourse is hegemonic and determines the placement of individuals. Thus, the collective perspective is relegated to the background, to the detriment of individual growth. Checked in this way, we investigated the fair since its conception, power struggles and search for individual growth led the actions of those involved, culminating in the dismembering of units that originally formed the cooperative.

Keywords: Daily. Cooperatives. Speech. Strategies and Tactics. Living micropractices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fachada da cooperativa	76
Figura 02: Interior da cooperativa	81
Figura 03: Feira da Lua	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná S/A
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
COPERAFA	Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A TEORIA DA PRÁTICA: PERSPECTIVAS DO SABER FAZER COTIDIANO	19
2.1	Cotidiano: As artes de fazer	19
2.1.1	Micropráticas e microrresistências no fazer cotidiano	40
3	GESTÃO COOPERATIVA	50
3.1	Organizações cooperativas: A construção de sua história e seus princípios	52
3.2	A atuação das cooperativas contemporâneas	58
4	ESTRATÉGIA DA PESQUISA: QUE CAMINHOS ME LEVARAM A ENCONTRAR O QUE PROCURAVA NO COTIDIANO?	61
5	PERCORRENDO O CAMINHO: AS INVENÇÕES COTIDIANAS NA COPERAFA	75
5.1	A feira livre: de sua constituição à forma de atuação através da gestão cooperativa	81
5.2	Organização cooperativa ou empresa tradicional com traços voltados ao cooperativismo?	98
5.3	A profissionalização do produtor e da organização cooperativa	114
5.4	A cooperativa como local de socialização com a comunidade	123
5.5	Atender e resistir: a subversão ao formalmente estabelecido na atividade cooperativa	132
5.6	O processo de desmembramento das unidades da cooperativa	144
5.7	Caminho percorrido: hora de sair de campo	152
6	CONCLUSÕES	156
	REFERÊNCIAS	159
	APÊNDICE A	165
	APÊNDICE B	166
	APÊNDICE C	167
	APÊNDICE D	168

1 INTRODUÇÃO

Os estudos no campo da administração, via de regra, nos remetem ao pensamento objetivo, a partir do qual enxergamos a realidade através de imagens relacionadas a números, planejamento, formalizações. Confesso que nunca fui muito adepta a tais aspectos, preferindo sempre buscar na administração quais as características das pessoas que nela atuam e como estas interferem nos resultados finais das organizações.

Foi com este intuito que ingressei no programa de mestrado. Minha perspectiva inicial era pesquisar cultura organizacional, ou seja, como os aspectos da cultura – formada pelas pessoas – influenciavam nas ações empresariais. No entanto, ao entrar em contato com minha orientadora para conversar sobre tais pretensões, esta me apresentou uma nova possibilidade, da qual até então, nunca tinha ouvido falar, qual seja, o estudo do cotidiano, das artes de fazer. Tal conceito, baseado principalmente nos estudos de Michel de Certeau, apresenta que as micropráticas, estratégias e táticas de resistência exercidas pelas pessoas em seu dia a dia influenciam e alteram o cotidiano no espaço em que atuam. Como ainda não conhecia esta temática, até porque os estudos relacionados à mesma são relativamente novos na administração, fui ler a respeito e passei a gostar da possibilidade de desenvolver um estudo relacionado a este cotidiano, que muitas vezes passa despercebido perante nossos olhos. Isto se dá porque, na maioria das vezes, nos ligamos demasiadamente às formalizações e técnicas das diversas atividades que exercemos e nos esquecemos de que estes aspectos são formados por práticas diárias exercidas pelos executores das atividades. Estas práticas tecem e compõem o cotidiano, as artes de fazer. São realizadas silenciosamente, apresentando-se apenas a quem estiver disposto a vê-las. Compreendi, diante de tal reflexão, que estar disposto a ver tais práticas é estar disponível para um mergulho na realidade de seus “fazedores”.

Passei então a buscar um ambiente no qual este mergulho fosse possível. Buscava um local em que práticas administrativas formais se misturassem às micropráticas cotidianas. A partir de leituras, encontrei no espaço das feiras livres um ambiente que me atraiu para o desenvolvimento do estudo. Nele, as “artes de fazer” cotidianas estão nitidamente presentes, mesclando-se aos aspectos organizacionais, uma vez que ocorre aí a comercialização de produtos, o que faz com que seja necessário um processo de gestão. Desta maneira, defini as feiras livres como objeto de meu estudo.

Após tal definição, passei a ver as feiras livres com outros olhos. Não eram mais simples pontos de comercialização de produtos, mas passaram a adquirir novos significados. Ao adentrar nos espaços das feiras, mesmo antes de ir a campo efetivamente, os detalhes passaram a me chamar a atenção. As maneiras como se davam as conversas; as diferentes formas de organização; as atitudes de feirantes e fregueses. Tudo passou a ser objeto de interesse para mim. Mesmo estando em minha cidade – onde ocorre apenas uma pequena feira semanal de produtos da agricultura familiar – passei a fazer questão de frequentá-la, a fim de compreender, ainda que de maneira insipiente a dinâmica deste ambiente. Assim, todo o tempo que lá eu passava me instigava a buscar perceber o sutil, o escondido, aquilo que os demais frequentadores talvez não percebessem, por estarem com sua atenção voltada apenas ao ato de consumir. A partir disso, o ambiente da feira foi se tornando cada vez mais rico aos meus olhos. Para melhor compreender a dinâmica das feiras, procurei entender como foi o seu surgimento e desenvolvimento.

O período de constituição das primeiras feiras é atribuído à Idade Média. Conforme salienta Braudel (1998), estas tiveram suas atividades iniciadas a partir do aumento populacional e necessidade de organização do comércio, a partir da formação de produtos sobressalentes. No Brasil, também em virtude do fator populacional, o surgimento das feiras livres deu-se no período colonial, a partir do qual se verificou a necessidade de um modo de comercialização de produtos de vários gêneros. Os moldes desta primeira forma de comércio eram diferentes do que posteriormente se tornou o modelo de feira estabelecido. De acordo com Pirenne (1982, p. 102), eram centros de intercâmbio em grande escala, que se esforçavam em reunir o maior número possível de homens e produtos.

As feiras livres, em sua maioria, apresentam uma característica peculiar, relacionada ao seu espaço físico. Este é alterado para a realização da feira e, após o término da mesma volta ao seu arranjo original, havendo, assim, a necessidade de produção deste espaço sempre que as atividades da feira forem realizadas (ALMEIDA, 2009). Por outro lado, Certeau, Giard e Mayol (1996) apresentam que as feiras tradicionais vêm se modernizando, a fim de tornarem-se atraentes para seus frequentadores – feirantes e fregueses. Desta maneira, a realidade que se identifica atualmente é a de mudança no ambiente das feiras, via de regra, não mais se utiliza o espaço da rua para a sua realização.

Apesar de se perceber um processo de diversificação nas feiras, de maneira geral, esta forma de atividade caracteriza-se como pontos de comercialização de produtos de pequenos

produtores, ou seja, são voltadas à agricultura familiar¹, oportunizando aos mesmos um modo adequado de gerarem renda através da venda dos produtos por eles produzidos.

Conforme afirma Pierri (2010, p. 11),

Feiras livres são eventos periódicos, que ocorrem em espaços públicos, aonde homens e mulheres realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. São parte de circuitos locais de comercialização, curtos, e podem propiciar o escoamento da produção agrícola local.

Nas feiras livres a dinâmica urbana é substituída pelo ato, aparentemente simples, da compra e venda de alimentos, que, no entanto, está carregado de significados importantes para a análise das práticas cotidianas. Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 74), a feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, que há décadas sofre acusações de obsolescência, pela difusão ilimitada da automobilidade e das modernas formas de varejo. Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008, p. 76), ao se referirem às feiras, afirmam que há uma dinâmica especial nesta organização, a qual proporciona a possibilidade de encontro e convivência, num mesmo espaço de identidades, estratégias e formas de gestão diferenciadas.

Sendo assim, nas feiras livres se possibilita a análise das micropáticas que são exercidas pelos indivíduos em seu cotidiano, nas atividades do dia a dia. A vida cotidiana é composta de diversos elementos, práticas individuais ou coletivas que por vezes passam despercebidos a nossos olhos. Através de tais práticas, os grupos sociais trabalham, consomem – executam suas atividades a partir de formas culturais. Muitas vezes essas práticas são simples, não podendo, portanto, ser percebidas sem que se mergulhe em sua realidade, vivenciando juntamente com esses indivíduos o seu modo de fazer cotidiano. Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 31) assim definem o cotidiano:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não história”, como o diz ainda A. Dupont. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...

¹ De acordo com a Lei 11.326/2006, são considerados agricultores familiares os que atenderem aos requisitos estabelecidos, quais sejam: não detenham, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família em suas atividades; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com essa definição, tomei consciência de que a análise do cotidiano parte da observação das práticas dos sujeitos, sendo estes vistos não como meros replicadores de atitudes impostas pela sociedade, mas como “fazedores” de sua própria história, construtores de sua própria identidade. Assim, para a pesquisa com o cotidiano, faz-se necessário identificar quem são estes “atores sociais”, sujeitos do cotidiano, que fazem parte e, de algum modo, deixam as suas marcas nele.

Certeau (2000, p. 19) afirma ainda que no estudo do cotidiano “é natural que se perceba microdiferenças onde tantos outros só veem obediência e uniformização”, e isso só é permitido pelo olhar minucioso que o pesquisador dá ao “invisível” que cerca esse cotidiano. Essa observação de Certeau (2000) me fez enxergar as feiras com outros olhos: os de que o cotidiano das feiras, muito embora não pareça estranho para nós, de certa forma possui peculiaridades em suas práticas que não são tão explícitas assim, como podem parecer num primeiro momento.

Nesta perspectiva, na prática cotidiana da feira - espaço para conversas, socialização, comunicação (verbal ou não) e comercialização de produtos - misturam-se diferentes culturas, personalidades, estilos de vida. Estas diferenças proporcionam à feira ser um espaço de mobilidade, no qual dinâmicas diversificadas de vida são praticadas conjuntamente em um mesmo espaço social. Ou seja, cada um dos sujeitos que compõem o ambiente da feira possui suas maneiras próprias de vivência e convivência e tais particularidades são articuladas de forma conjunta entre todos os integrantes, tornando a feira um grande “laboratório”, no qual se vivencia as “artes de fazer”.

Destarte, para o estudo de tais práticas, há que se deslocar a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos e passar a observar as criações anônimas, nascidas da prática, do desvio no uso desses produtos (CERTEAU, 2000). Para o autor, essas criações anônimas caracterizam as micropráticas desenvolvidas pelos indivíduos em seu cotidiano e não é necessário buscar as mesmas em lugares distantes, comunidades afastadas ou exóticas. Certeau (2000, p. 135) salienta que hoje, essas práticas portadoras do segredo de nossa razão não se acham tão distantes. [...] Se instala em nosso sistema, ou talvez mesmo dentro de nossas cidades e mais perto ainda. A partir de tal afirmação Certeau (2000) nos faz compreender que as micropráticas ocorrem em nosso dia a dia. Nós mesmos as desenvolvemos. São as práticas – gestos, comportamentos, maneiras de falar ou caminhar etc. (CERTEAU, 2000, p. 144).

Certeau (2000) apresenta também estratégias e táticas de resistências desenvolvidas pelos praticantes do cotidiano em relação à ordem estabelecida, práticas muitas vezes

silenciosas, que não objetivam, necessariamente, rejeitar as regras formais estabelecidas. A partir de tais conceitos, posso perceber o ambiente da feira como espaço propício para a socialização, resistência e identificação de estratégias, porém, vistas sob a ótica da prática.

Para Certeau (2000), é possível desenvolver estratégias ou táticas a fim de subverter a ordem dominante, sem rejeitá-la ou modificá-la diretamente. É possível resistir ao poder, sem deixá-lo. Desta maneira, o cotidiano vivenciado diariamente pelos indivíduos “fazedores da história” apresenta rupturas que certas práticas sociais imprimem, rompendo com certas regularidades que deles se espera (LEITE, 2010). Percebo assim, que mesmo em ambientes nos quais se possa apreender alto grau de formalização e normas a serem seguidas, estas podem ser silenciosamente quebradas pelos sujeitos, demonstrando a força das ações cotidianas.

A partir deste contexto, têm-se as feiras como ambientes propícios para a identificação das micropráticas que constituem estas artes de fazer dos indivíduos que as compõem. Neste ambiente, pode ser verificada a heterogeneidade dos sujeitos, convivendo em um mesmo espaço, atuando como feirantes ou fregueses e, desta forma, construindo relações e condutas a partir de suas práticas, e muitas vezes resistindo e subvertendo a ordem dominante. Esta heterogeneidade que enriquece as vivências cotidianas dos indivíduos se dá em virtude das diferenças entre as pessoas e, conseqüentemente, das diferentes percepções das mesmas em relação aos momentos vividos, como apresenta Joaquim (2012, p. 8):

[...] pessoas são seres complexos que interagem de acordo com o contexto no qual estão inseridas, ou seja, pessoas diferentes em um mesmo contexto possivelmente terão reações díspares, da mesma forma que as mesmas pessoas em outros contextos também terão reações diferentes daquelas que tiveram no primeiro momento.

A Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná – COPERAFA – foi o local escolhido para que eu pudesse perceber essa heterogeneidade dos sujeitos em suas micropráticas cotidianas.

A referida cooperativa gerencia a feira de pequenos produtores. Iniciou suas atividades no ano de 2006, congregando os municípios de Cafelândia, Corbélia, Matelândia, Missal e Nova Aurora. Como será possível identificar, a organização dos produtores a partir da gestão cooperativa se deu por influência da EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, em virtude da necessidade de legalização de suas atividades. Os mesmos comercializavam os seus produtos a partir de uma associação de produtores. No entanto, a

partir da aprovação do novo Código Civil brasileiro e da Lei 11.326 de julho de 2006, as associações foram orientadas a não mais manterem processos de comercialização de produtos.

A COPERAFA é constituída de pequenos produtores rurais que comercializam artigos produzidos em suas propriedades, tais como: frutas, hortaliças, legumes, cachaça, vinho, embutidos, carnes, café, entre outros. A feira possui algumas características que a difere das feiras livres tradicionais. A primeira delas diz respeito à maneira de gestão da mesma, realizada através da estrutura cooperativa. A segunda está relacionada à periodicidade da feira, uma vez que a mesma ocorre diariamente com horário de atendimento comercial. Em virtude disso, não é possível a realização da mesma no ambiente da rua, como é praxe nas feiras tradicionais. Assim, a feira é realizada em salas comerciais destinadas a tal atividade. Outra característica que também me chamou muito a atenção é que na feira os produtos não são comercializados pelos produtores, mas por funcionários contratados para tal. Tais aspectos serão apresentados em detalhes na discussão das informações obtidas em campo. No entanto, considere importante apresenta-los aqui, a fim do leitor entender, ainda que de maneira incipiente, a maneira como a feira é constituída e gerenciada. Tais aspectos me instigaram a estudar as micropráticas cotidianas interferindo no “fazer feira”, e vi na COPERAFA um lócus ideal, por uma série de razões que cito a seguir.

A gestão de todas as unidades da feira, conforme mencionado é realizada a partir da cooperativa. Os municípios vinculados possuem suas práticas particulares, o que, conseqüentemente, faz com que as relações entre as pessoas e as práticas individuais também sejam distintas. A partir disto, nota-se que a “informalidade” do ambiente e das relações interpessoais nas feiras contrasta com a formalidade da sua estrutura (no caso, a cooperativa), levando-se em conta as diferenças regionais das localidades em que a cooperativa atua. Optei pelo estudo no município de Nova Aurora, onde se encontra a sede da cooperativa, uma vez que entendi que ali poderia identificar, de maneira clara, esta relação entre a formalidade da gestão e a “informalidade” das práticas.

Assim, para o desenvolvimento deste estudo apresento o seguinte problema de pesquisa: **Como ocorrem as micropráticas cotidianas na feira gerenciada pela COPERAFA, no município de Nova Aurora, apesar da estrutura de gestão formalizada estabelecida pela cooperativa a todas as suas unidades?**

Para responder à pergunta proposta, pretendo alcançar o seguinte objetivo geral: Compreender como ocorrem as micropráticas cotidianas na feira gerenciada pela COPERAFA, no município de Nova Aurora, apesar da estrutura de gestão formalizada estabelecida pela cooperativa a todas as suas unidades.

Quanto aos objetivos específicos para a realização do estudo, terei que:

- Descrever como a cooperativa estruturou as feiras;
- Observar como ocorrem as práticas de socialização dos pequenos produtores ao cotidiano da comunidade;
- Interpretar como os feirantes constroem, a partir de práticas cotidianas, maneiras de atender e de resistir aos objetivos impostos pela cooperativa.

O estudo da influência das práticas cotidianas no desenvolvimento das atividades é tema amplamente discutido em áreas de pesquisa voltadas à antropologia, sociologia e educação. No entanto, no campo da administração este assunto não tem tido, até o momento, o merecido destaque. Assim, no que concerne aos efeitos do cotidiano, das micropráticas desenvolvidas pelos indivíduos em seu dia a dia e sua relação com o ambiente formal das organizações, se tem ainda uma lacuna teórica nos estudos organizacionais.

Sabemos que as atividades que desempenhamos, por mais que sigamos procedimentos formais, estão vinculadas às micropráticas que, consciente ou inconscientemente, desenvolvemos durante sua execução. Isto se dá em todos os ambientes em que atuamos, inclusive no ambiente organizacional. Na atual conjuntura em que vivemos, somos levados a pensar que o melhor modo de organizar as pessoas é através da atribuição de um lugar, um papel e da apresentação de produtos a serem consumidos, ou seja, formas de subordinação dos indivíduos a sistemas formalmente estabelecidos. Isso faz com que, por vezes, acreditemos que o construído a partir de nossas ações cotidianas não é importante ou está errado e, desta forma, não deve ser considerado, principalmente quando nos referimos a estudos vinculados às organizações e seu ambiente. Na dimensão do cotidiano, no entanto, os relacionamentos, usos, costumes, formas de trabalho e atuação dão-se espontaneamente e como não separamos de maneira completa o nosso “eu pessoal” do “eu profissional”, tais ações acabam sendo incorporadas também no ambiente profissional, justificando, desta maneira o estudo do impacto das ações cotidianas no ambiente organizacional. Perceber a importância do cotidiano nos dá a possibilidade de construção de nossa própria história, a partir da reação que temos diante de forças que buscam minimizar os “efeitos” de nossas práticas diárias.

Em virtude desta possibilidade de criação e construção do cotidiano, os indivíduos criam também estratégias e táticas de resistência ao formalmente estabelecido. Assim, é mister que no campo da administração se identifique como se dão estas estratégias e táticas de resistência dos sujeitos, em relação ao sistema formalmente instituído, uma vez que a realidade é construída diariamente a partir destas micropráticas, muitas vezes silenciosas, orquestradas no cotidiano dos indivíduos.

Considerarei relevante o estudo de tais ações, vinculadas às micropráticas, uma vez que grande parte dos estudos organizacionais levam em conta apenas as ações globais das empresas, em nível macro, não se dando conta de que as pequenas ações cotidianas dos indivíduos que constituem tais ambientes são o que dá vida à organização, independentemente de seu ramo de atuação. Assim, ao serem colocadas em paralelo às ações organizacionais, as micropráticas revelam sua importância. Ao analisar o ambiente das organizações, entendo que as micropráticas cotidianas sempre existiram nele, no entanto, foram relegadas a segundo plano nos estudos, tendo em vista que os mesmos vinculavam-se sempre aos fatores globais das empresas, esquecendo-se de que estes não seriam possíveis sem a ação silenciosa dos indivíduos.

Ao analisar as feiras livres, o que vejo são estruturas, muitas vezes informais, supostamente sem a gestão formal vivenciada nas estruturas organizacionais tradicionais. No entanto, o estudo ora apresentado tem como locus de pesquisa um modelo diferenciado de feira, no qual a gestão é centralizada em um ambiente cooperativo e, desta forma, possui formalidade em seu gerenciamento. A partir disto, procurei discutir como as ações cotidianas são percebidas neste ambiente singular, ou seja, como a informalidade do cotidiano se mistura à formalidade da gestão organizacional.

No que tange às contribuições desta pesquisa, busquei demonstrar a importância das ações cotidianas dos sujeitos no ambiente organizacional, bem como a maneira como os indivíduos buscam se desvencilhar, ainda que sem alardes, do que é formalmente instituído, através de estratégias e táticas de resistência. Desta maneira, através do trabalho realizado, procurei extrair detalhes das ações individuais que ocorrem no ambiente da feira livre, gerenciada a partir da estrutura cooperativa.

As reflexões teóricas, bem como, os aspectos encontrados em campo, serão apresentados da seguinte forma: inicialmente, abordaremos os conceitos de cotidiano, a partir das perspectivas acima descritas, bem como, os conceitos e discursos relacionados que norteiam as ações das organizações cooperativas. A seguir, serão explicitados os procedimentos metodológicos da pesquisa e, ao final, as respostas encontradas em campo, seguidas das conclusões do trabalho.

2 A TEORIA DA PRÁTICA: PERSPECTIVAS DO SABER FAZER COTIDIANO

Muitas vezes eu, assim como acredito que você que lê este texto também, ouvi dizer que o essencial é invisível aos olhos. Pensei esta frase a partir de diferentes perspectivas, mas até então não imaginava utilizá-la na conjuntura acadêmica, até iniciar os estudos do conceito de cotidiano. No cotidiano, os indivíduos realizam atividades silenciosas que, no entanto, possuem alto grau de relevância para o ambiente em que se inserem, inclusive no ambiente das organizações. A partir disso, compreendo que pensar o cotidiano implica descobrir o incomum naquilo que é diariamente repetido. Ocorre, porém, que os estudos organizacionais possuem a tendência de trabalhar os aspectos formais das empresas, relegando a importância das ações individuais. Assim, a influência das ações individuais do cotidiano dos sujeitos não vem sendo adequadamente explorada nos referidos estudos. Desta maneira, procuro, a partir de uma visão antropológica e filosófica, conceituar este cotidiano e situá-lo no ambiente organizacional.

O cotidiano que apresento não é aquele que o leitor deve estar habituado a ver representado, no qual as atividades desenvolvidas pelos indivíduos parecem seguir uma sinfonia, onde sob a batuta de um maestro, todos devem tocar no mesmo tom, seguindo os mesmos ritmos. É assim que, muitas vezes, a vida é exibida. O cotidiano estudado nesta dissertação é aquele que efetivamente representa a vida real, no qual as pessoas buscam estabelecer a sua própria trajetória de vida, definir o seu espaço instituindo práticas, em sua maioria silenciosas, para resistir ao formalmente estabelecido. Adentraremos agora a esse universo do viver cotidiano. Seja bem vindo!

2.1 Cotidiano: As artes de fazer

Como agem os indivíduos em seu cotidiano? Seriam meros replicadores de ordens preestabelecidas ou construtores de sua própria realidade apesar das regras? Em um ambiente com regras rigidamente estabelecidas e formalizadas, é possível que haja um processo de

resistência e subversão ao estabelecido ou nos resta a alienação² e a aceitação? Para que possamos compreender e buscar respostas a tais questões, é necessário entendermos o que é o cotidiano e as maneiras que os indivíduos exercem suas atribuições em seu dia a dia.

A vida cotidiana é composta de diversos elementos, práticas individuais ou coletivas, muitas vezes silenciosas, desenvolvidas por indivíduos comuns. Os estudos sobre o cotidiano desenvolveram-se no bojo das transformações que aconteceram no terço final do século XX (LEVIGARD; BARBOSA, 2010) e, conforme afirma Guimarães (2000), procuram trazer novos elementos para se pensar o próprio cotidiano, o que permite ir além das formas de pensamento do senso comum. Diversos autores, ao longo deste período, passaram a pesquisar os conceitos relacionados ao cotidiano, dentre eles Agnes Heller, Henri Lefebvre e Michel de Certeau. Buscarei, desta maneira, apresentar conceitos de cotidiano à luz das considerações destes estudiosos.

Importante pesquisadora da Escola de Budapeste, Agnes Heller é um dos mais respeitáveis nomes nos estudos relacionados ao cotidiano. A autora possui base marxista, tendo sido assistente de Georg Lukács, que em entrevista disse considerá-la “o membro mais produtivo da escola” (HELLER, 2000, p. XI). Agnes Heller permaneceu na Hungria até meados de 1978, quando foi para os Estados Unidos e passou a manifestar uma posição mais heterodoxa em relação ao pensamento marxista. Acredito que tal necessidade se deu, uma vez que a perspectiva marxista tradicional tem como foco a luta de classes e sua relação com o capitalismo. Desta forma, foi preciso que a autora se desvinculasse, ainda que parcialmente, desta visão a fim de poder ver e estudar a atuação dos sujeitos na perspectiva de suas atividades cotidianas. Muitos foram os temas abordados por Heller durante sua trajetória, no entanto, de acordo com Mafra (2010), o estudo do sujeito empírico e seu cotidiano tornou-se o foco principal de seus estudos. Na perspectiva de Heller (2000, p. 17):

A vida cotidiana é a vida de todo o homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.

² Neste estudo, alienação será entendida a partir do conceito defendido por Karl Marx em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Conforme Jinkings (2004), nesta obra Marx apresenta alienação como sendo o processo de "coisificação" do trabalhador que passa a ser visto como mercadoria. Diante disso, este trabalhador se torna um instrumento utilizado pelo capital a fim de que este sistema econômico possa manter sua hegemonia.

Esta visão do cotidiano apresentada por Heller (2000) demonstra o pano de fundo de seus estudos relacionados ao tema, uma vez que para ela, o cotidiano se dá de maneira independente e está, inevitavelmente, vinculado as ações individuais que desenvolvemos em nosso dia a dia, bem como as ações já desenvolvidas e postas em prática na sociedade. Ao desenvolver estudos voltados ao cotidiano, a autora objetiva, portanto, demonstrar os indivíduos desenvolvem suas ações a partir de concepções, tradições e práticas preestabelecidas e, portanto, de forma alienada. No entanto, Heller (2000) salienta que em alguns momentos, estes conseguem transpor esta barreira e executar, ainda que por pouco tempo, ações que não lhes são impostas.

A partir disso, Mafra (2010, p. 5) apresenta a principal motivação que levou a Heller a trabalhar o cotidiano de maneira tão intensa, ele o faz da seguinte maneira:

O paradigma da cotidianidade consiste na tentativa helleriana de resgatar a subjetividade como categoria fundamental na compreensão do humano-genérico partindo do pressuposto de que, ao analisarmos as implicações e a maneira pela qual se organiza a estrutura da vida cotidiana, o “Eu” desempenha papel decisivo na ação e nas opções dos seres humanos.

O que posso compreender a partir de tais considerações é que a visão de cotidiano apresentada por Heller (2000) estabelece uma relação entre as atividades desenvolvidas pelos indivíduos em seu dia a dia, muitas vezes relacionadas e executadas a partir do já estabelecido, no entanto, apresentando sempre como pano de fundo a importância das ações individuais e da presença do “eu” nestas ações, ainda que seja apenas por alguns instantes. Para a autora o cotidiano nos aliena, no entanto, podemos, em alguns momentos, escapar a esta alienação. Nesta perspectiva, Veroneze (2013, p. 167) salienta: não é possível na realidade social do mundo capitalista, vivermos fora da cotidianidade alienada e alienante, porém, é possível não nos tornarmos alienados e alienantes diante dos fatos mais corriqueiros, imediatos e mecanizados da cotidianidade.

Heller (2000) salienta que o cotidiano não é questão de escolha, o homem nasce já inserido em sua cotidianidade. A partir de tal afirmativa entendo que todos nós, independentemente de qualquer condição, estamos envolvidos neste universo, no qual nossa individualidade é demonstrada a partir de nossas atividades diárias e desempenha papel decisivo em nossas ações e opções. Heller (2000) afirma que o sujeito pode não ser mero espectador de sua vida, mas assumir o centro das atividades cotidianas. Essa perspectiva não é permanente, uma vez que estamos sujeitos à alienação e esta acaba tendo grande força em nosso dia a dia.

Ao falar de cotidiano, Heller (2000) apresenta alguns aspectos que considera fundamentais para a realização das atividades cotidianas. Para a autora, não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. A autora considera que tais fatores são preponderantes para o desenvolvimento da vida no cotidiano, uma vez que não inventamos tudo a todo tempo, tampouco temos a possibilidade de calcular todas as nossas ações antes de tomarmos decisões. No entanto, para Heller (2000), esses fatores nos possibilitam escapar, de alguma maneira, à alienação que o cotidiano nos impõe. É, de acordo com Mafra (2010, p. 233), espaço propício para a possibilidade de estruturação da consciência e um caminho para a desalienação.

Assim, agimos em determinados momentos, com base nos conceitos que trazemos em nosso interior, bem como a partir de “tradições” ou atuações estabelecidas pela sociedade. Temos, porém, possibilidades de fugir do cotidiano que é para Heller (2000) propício à alienação, através dos aspectos apresentados. Mafra (2010, p. 233) confirma tal perspectiva ao dizer: embora a atividade cotidiana esteja caracterizada pela “não-consciência”, nas práticas diárias esta é um momento da práxis, da ação total da humanidade.

Entendo que diante dos fatores mencionados podemos considerar, a partir da perspectiva da autora, que os indivíduos são ao mesmo tempo particulares e genéricos. Particulares no contexto de que constroem a sua própria história, a partir de suas ações diárias, quando conseguem, de alguma maneira escapar do previamente estabelecido; e genéricos, tendo em vista que utilizam-se de pressupostos ou conhecimentos já estabelecidos socialmente. Considero, portanto, ser importante entendermos a partir de que pressupostos a autora afirma que não poderíamos viver a cotidianidade sem nos atermos às características apresentadas. Assim, para melhor compreender os conceitos, teço algumas considerações, a partir dos textos de Agnes Heller.

Não existe cotidiano sem espontaneidade. Ao falar de espontaneidade temos que não é possível calcular todos os nossos passos e atitudes antes que as mesmas sejam tomadas. Como salienta Mafra (2010), o dia a dia, em geral, está repleto de situações que exige dos seres humanos atitudes “espontâneas”, portanto, desprovidas de reflexões epistemológicas. Logo, ainda que busquemos, muitas vezes, realizar tais cálculos, nossa vida é repleta de possibilidades e é preciso que os indivíduos desenvolvam as suas atividades a partir desta perspectiva, pois conforme salienta Heller (2000, p. 30):

Se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis; e, assim, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana.

A perspectiva da espontaneidade, de acordo com Guimarães (2000), faz com que as nossas ações sejam mais intuitivas, ou seja, não ficamos presos ao que está planejado, agindo de forma totalmente mecânica. Se assim não fosse, estaríamos atuando, agindo como meros robôs. Imagine você, se todas as vezes que quisesse realizar determinada atividade, tivesse que desenvolver cálculos para verificar se a ação pretendida seria possível de ser realizada ou necessitasse ter conhecimento sobre todo o arcabouço teórico que permeia tal atividade. Certamente não seria possível que você realizasse todas as ações que executa diariamente, ou seria?

Desta forma, podemos perceber que esta perspectiva nos reporta a analisar que grande parte das nossas ações cotidianas, são realizadas a partir de nosso conhecimento empírico. Ainda que exista um grande conhecimento teórico atrelado a elas, não necessitamos conhecê-lo para que consigamos colocar em prática o que desejamos ou necessitamos. Posso exemplificar este conceito de uma maneira simples: para aprendermos a dirigir, por exemplo, não é preciso conhecer a fundo todos os mecanismos que fazem com que os automóveis se movimentem, tampouco calculamos o espaço que temos para nos mover em determinada via. Basta que saibamos o essencial sobre direção e tenhamos noção de espaço. Se todos nós, para dirigirmos, tivéssemos que calcular matematicamente todos os nossos movimentos, certamente não sairíamos do lugar. O mesmo ocorre em relação a nossas atividades cotidianas, não há tempo para que possamos calcular todos os nossos movimentos. É preciso que a vida aconteça.

Ao analisar o aspecto da espontaneidade na estrutura da vida cotidiana, me remeto também a outro elemento denominado por Heller (2000) de pragmatismo. Este sugere ação baseada no conhecimento empírico. A base deste conceito é que não buscamos a teoria para a realização de nossas ações do dia a dia, ao contrário, temos o nosso pensamento voltado para a imediata execução das atividades, sem alçá-las ao nível da teoria, uma vez que isso tornaria o nosso dia a dia extremamente complexo. Conforme observa Heller (2000), na cotidianidade o correto é também verdadeiro. Por conseguinte, a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática. A partir de tal conceito, temos que em nossas atividades diárias, preocupamo-nos mais com a utilidade de nossas ações do que com as teorias que possam sustentá-las. Afinal, como afirma Heller (2000), o que para a ciência é considerado apenas opinião, ao ser olhado

pelo prisma do cotidiano, pode ser considerado saber. Talvez seja por esta visão científica, de que as atividades cotidianas são tidas apenas como mera opinião, que os estudos relacionados a esta temática tenham sido relegados no decorrer do tempo.

A partir da análise das atividades diárias como fonte de saber, compreendo que mesmo não sendo estas atividades realizadas através de refinados conceitos teóricos, ou seja, são em sua maioria atividades simples, corriqueiras até, as ações cotidianas são importantes para que se possa compreender como ocorre a interação dos indivíduos ao ambiente em que atuam. Estas ações cotidianas são também inevitáveis, independentemente da posição que ocupamos, todos nós vivemos essa cotidianidade. Assim, é necessário que se possa entender que as mesmas possuem relevância fundamental na construção histórica e até mesmo na elaboração dos conceitos científicos.

Ainda sob o prisma de Heller (2000), posso perceber que mesmo não calculando todas as suas ações ou não tendo conhecimento das teorias que permeiam suas atividades, como visto anteriormente, o ser humano aprimora as suas práticas a fim de melhorar sua qualidade de vida. Busca também realizar suas atividades com maior rapidez, seria como pensar a partir da lei do mínimo esforço. É o que a autora denomina economicismo. Assim, as inovações buscadas e implementadas pelos indivíduos garantem economia de tempo para a realização das atividades diárias. Conforme salienta Guimarães (2000), o economicismo permite que a realização da atividade se torne mais simples, mais fácil e mais rápida. Se, por exemplo, adentrarmos a um novo ambiente, não buscamos alterar sua estrutura, ao contrário, utilizamos-nos desta estrutura para desempenharmos as nossas atividades. Esta forma de atuação nos permite que utilizemos recursos já disponíveis e normas previamente estabelecidas para agirmos. É preciso deixar claro, já aqui, que a utilização de tais estruturas e normas não faz com que os indivíduos deixem de exercer a sua individualidade, uma vez que a mesma se faz presente em todas as situações vivenciadas.

A perspectiva de que no economicismo buscamos realizar mais, com menos recursos, leva-nos ao conceito de analogia. Heller (2000) salienta que é através da analogia, principalmente, que funciona o conhecimento cotidiano do homem, sem o qual não poderíamos sequer nos movimentar. Atuar a partir do conceito de analogia consiste em utilizarmos conhecimentos e conceitos já estruturados e fundamentados para agirmos diariamente. Desta maneira, podemos maximizar o nosso tempo, uma vez que não precisamos pensar novas soluções ou formas de realizar cada uma de nossas atividades, pois já temos modelos estabelecidos que podem ser utilizados. Assim sendo, a analogia trata do conhecimento que temos, que serve como base para nossas ações cotidianas. Por exemplo,

quando resolvo determinado problema me utilizando de uma prática, posso depois resolver situações semelhantes a partir do mesmo procedimento. Pensando tal conceito no âmbito profissional, Guimarães (2000) observa que temos nas práticas profissionais recorrente uso da analogia, uma vez tendemos a classificar situações vivenciadas de acordo com ações anteriores e buscamos resolver tais situações a partir de critérios preestabelecidos.

Outro conceito, considerado fundamental para a vivência do cotidiano na visão helleriana é o precedente. Na visão de Heller (2000), o precedente tem mais importância para o conhecimento da situação que para o conhecimento das pessoas. É um “indicador” útil para o nosso comportamento, nossa atitude. Os precedentes podem ser utilizados para facilitar o desenvolvimento das ações cotidianas à medida que nos fornecem respostas já estabelecidas e determinadas em relação às ações a serem desenvolvidas. É preciso, no entanto, que alguns cuidados sejam tomados ao utilizar o conceito de precedentes, uma vez que pode levar à minimização da criatividade dos indivíduos, que, ao invés de buscarem criar novas oportunidades, utilizam-se apenas do que já foi realizado.

Assim, Heller (2000, p. 36) destaca que essa atitude tem efeitos negativos, ou mesmo destrutivos, apenas quando nossa percepção do precedente nos impede de captar o novo, irrepetível e único de uma situação. Desta maneira, é necessário que em nossas atividades cotidianas busquemos o equilíbrio entre a utilização dos precedentes e a “invenção” de soluções próprias para os desafios que se apresentam, a fim de não incorrerem na acomodação e, conseqüentemente, na rotinização.

Outro componente constituinte da estrutura da vida cotidiana, conforme destaca Heller (2000), é o juízo provisório. Este é assim chamado, uma vez que não é sustentado por qualquer teoria, ou seja, é caracterizado pelo conhecimento empírico que os sujeitos possuem e utilizam para realizarem as suas ações cotidianas. Novamente, pode-se perceber a característica da utilização de experiências passadas para a realização de atividades. As ações baseadas no juízo provisório se consolidam a partir do momento que são tidas como verdadeiras nos grupos em que são utilizadas. Os juízos provisórios para Heller (2000) são meros exemplos particulares de ultrageneralização. Esta, por sua vez, ocorre quando utilizamos uma ação isolada como base de julgamento coletivo como se a ação de um representante de determinado grupo pudesse caracterizar o pensamento de todos os integrantes do mesmo. Diante disso, Heller (2000, p. 44) afirma:

Toda ultrageneralização é um juízo provisório ou uma regra provisória de comportamento: provisória porque se antecipa à atividade possível e nem

sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática.

A autora argumenta ainda que a ultrageneralização é inevitável na vida cotidiana (HELLER, 2000). Isto pode ser verificado, uma vez que constantemente agimos a partir de conceitos ou práticas tradicionalmente estabelecidas e aceitas pela sociedade ou grupo do qual fazemos parte. Tomamos determinadas atitudes, então, na maioria das vezes, para nos sentirmos aceitos pelo grupo, ou seja, para nos alinharmos ao que é esperado de nós pelos demais componentes do grupo ao qual fazemos parte.

Ainda de acordo com Heller (2000), não há vida cotidiana sem imitação, ou seja, a mimese anteriormente citada. Conforme salienta Guimarães (2000), a imitação ou mimese, nos termos hellerianos, se constitui no primeiro momento de assimilação das relações sociais. Tal afirmação pode ser constatada se observarmos as atitudes dos indivíduos desde a infância. Antes de nos adaptarmos a regras e normas socialmente estabelecidas, agimos por imitação. O aprendizado das crianças nos primeiros anos de vida, bem como em suas primeiras atividades escolares, por exemplo, ocorre através dela.

Observo, no entanto, que não é apenas na infância que os sujeitos agem a partir da mimese, esta forma de comportamento nos acompanha no decorrer da vida. Se analisarmos o comportamento das pessoas diante das novelas, por exemplo, poderemos perceber tal característica. Via de regra, as roupas utilizadas pelos principais personagens acabam ganhando as ruas rapidamente. Desta maneira, nas atividades cotidianas, muitas vezes sem que nos demos conta, estamos agindo por mera imitação e isso não é considerado negativo, uma vez que Heller (2000) salienta que sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis. Porém, é preciso que haja equilíbrio também em sua utilização, tendo em vista que, em certos momentos, é preciso que nossa individualidade entre em cena:

Como sempre, o problema reside em saber se somos capazes de produzir um campo de liberdade individual de movimentos no interior da mimese, ou, em caso extremo, de deixar de lado completamente os costumes miméticos e configurar novas atitudes (HELLER, 2000, p. 36).

Para a autora, mesmo a vida social mais elementar seria inimaginável sem imitação (HELLER, 2000). No entanto a imitação realizada pelos seres humanos distingue-se totalmente da imitação realizada pelos animais, por exemplo, tendo em vista que o que nós realizamos é uma imitação ativa, através da qual adicionamos aspectos de nossas próprias convicções e da realidade na qual estamos inseridos. Heller (2000) afirma que mesmo a imitação humana mais mecânica é ativa.

Assim, entendo o conceito de imitação não como um ponto que torna o indivíduo um mero repetidor de atitudes já estabelecidas, mas sim, um indivíduo que utiliza-se do estabelecido, por ser uma necessidade – não poderíamos começar do zero todas as atividades a serem por nós desenvolvidas – mas que ao mesmo tempo imprime as suas próprias características neste processo. A partir disso nós conseguimos nos manifestar em todos os ambientes dos quais fazemos parte e por vezes, até mesmo modificar tais ambientes, fator este que novamente reforça a importância da análise do cotidiano, dos saberes dos indivíduos, nos locais em que os mesmos atuam.

Como último elemento tido como fundamental para o agir e pensar no cotidiano, Heller (2000) apresenta a entonação. Segundo a autora, a entonação tem uma grande importância na vida cotidiana, tanto na configuração de nosso tipo de atividade e de pensamento quanto na avaliação dos outros (HELLER, 2000). Trata-se, portanto da forma como nos portamos e como nossos comportamentos são percebidos pelos demais, poderia dizer ainda que é o tom ou a marca que deixamos a partir de nossas ações. Desta maneira, mesmo que nos utilizemos dos elementos acima citados (analogia, precedentes, imitação, economicismo), nossas ações estão sempre envoltas em nossa individualidade, possuem a nossa marca. A partir disso, as ações cotidianas por nós desenvolvidas possuem características singulares que manifestam a entonação que a elas atribuímos. O cotidiano torna-se extremamente rico a partir desta visão, pois mesmo que tenhamos ordens a serem cumpridas, conceitos formais a serem seguidos, a nossa marca estará sempre registrada nestas ações.

Portanto, Heller (2000) salienta que os fatores anteriormente descritos fazem com que os indivíduos possam em alguns momentos, ser adultos, ou seja, realizem as suas atividades de maneira independente. De acordo com a autora, sem a existência de tais fatores não há cotidianidade. Portanto, os mesmos permitem ao ser humano se desvincular, ainda que temporariamente, do cotidiano, este sim, considerado alienante. Conforme salientam Paulo Netto e Carvalho (2012), buscar este distanciamento da vida cotidiana não se caracteriza em fuga, mas um circuito no qual é possível sair e retornar ao cotidiano de forma modificada. Estas suspensões, segundo os autores, enriquecem a percepção do indivíduo em relação à sua cotidianidade. Ou seja, é um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 14).

A partir do exposto, posso perceber que a vida cotidiana, na visão de Heller (2000), é composta por diversos fatores, um conjunto indissociável que marca diversos aspectos de nossa atuação e faz com que a vida aconteça, ainda que, por vezes, a importância deste

conjunto não seja devidamente percebida, pois estamos condicionados a desenvolvê-lo e isso acaba ocorrendo de maneira mecânica, fazendo com que deixemos de perceber a riqueza presente em cada ato desenvolvido no decorrer de nossos dias. Não nos damos conta de que através deles podemos nos desvencilhar mesmo que por instantes da alienação a que estamos submetidos em nossas atividades cotidianas.

Mafra (2010) afirma a este respeito que a grande maioria dos indivíduos permanece atrelado ao cotidiano durante toda a sua vida, enquanto outros se utilizam da cotidianidade para buscar o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, enquanto para alguns estes aspectos apresentados por Heller (2000) são apenas fonte de alienação, para outros transformam-se em fonte de desenvolvimento, à medida que conseguem criar a sua própria realidade, e não apenas reproduzir o já existente. Para Heller (2000, p. 37):

Todos esses momentos característicos do comportamento e do pensamento cotidianos formam uma conexão necessária, apesar do caráter aparentemente casual da “seleção” em que aqui se apresentam. Todos tem em comum o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade.

A forma como Heller aborda as questões cotidianas remete, a todo o momento, ao pensamento apresentado pela autora de que nascemos em um mundo já “feito” (HELLER, 2000, p. 88). Assim, é preciso assimilar em nossa vida aquilo que construímos com os usos anteriormente estabelecidos, fazendo com que os diferentes aspectos apresentem-se de maneira dinâmica e harmônica. Desta maneira, não é necessário que aceitemos de maneira passiva tudo o que já está posto, é preciso que cada um tenha liberdade para construir sua própria história. Esta liberdade, no entanto, só ocorre quando o indivíduo consegue ultrapassar a barreira da simples reprodução e se propõe a construir a sua vida, o que, na maioria das vezes, não é tarefa fácil. São muitas as armadilhas que fazem com que, mesmo quando buscamos escapar consciente ou inconscientemente do pré-estabelecido, nos deixemos levar pelo já feito.

Destarte, conforme salienta ainda Heller (2000), se os sujeitos desenvolverem as suas atividades apenas a partir dos conhecimentos e ações predeterminados, sem deixarem espaço para os movimentos individuais, os mesmos viverão a alienação da vida cotidiana, na qual, ao invés de viverem de forma literal, estarão apenas desempenhando papéis, baseados no já vivido por outros indivíduos. O cotidiano, nesta perspectiva aliena, uma vez que oprime o pensamento e a possibilidade de ação. Para a autora:

A estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. [...] Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção (HELLER, 2000, p. 38).

Na vivência cotidiana, é preciso que o indivíduo busque sempre a manutenção de sua individualidade, não se deixando levar pelo comodismo da repetição do que já está determinado, ou do simples cumprimento de ordens impostas ou preestabelecidas. Heller (2000), ao citar Goethe, chama isso de condução da vida. Claro que seria muito mais cômodo viver de acordo com preceitos anteriormente definidos, afinal de contas, nesta realidade não haveria necessidade de pensar novas possibilidades para os aspectos que determinam o viver cotidiano, seria apenas aplicar as ações que outros indivíduos já estabeleceram. Simples, não? Pode até ser simples, mas o viver “com v maiúsculo” exige mais. É preciso ter a capacidade de conduzir a nossa própria vida, de encontrar espaço e, se preciso for, se opor àquilo que é transmitido como sendo o correto, o bom. Somente desta maneira não seremos fantoches nas mãos dos que detém o poder, seremos sim, condutores de nossa própria vida.

No entanto, os indivíduos possuem ainda dificuldades para de fato conduzirem a sua história. Logo, acabam permanecendo em grande parte da vida, na reprodução do já dito e do já feito. Entendo que isso aconteça em virtude de que as estruturas que visam à manutenção do indivíduo neste processo de alienação estão muito bem articuladas, dificultando a saída, mesmo que momentânea dos sujeitos de sua estrutura.

Assim, pude perceber na obra de Agnes Heller que a autora busca traçar uma relação entre a “vida comum” – o dia a dia dos indivíduos – com os movimentos históricos, ou seja, os acontecimentos que de maneira geral envolvem a todos, porém são vistos de forma diferenciada por cada um dos fazedores da história. Não temos possibilidade, tampouco necessidade, de conhecermos a essência teórica de todas as nossas ações, entretanto, temos a necessidade de construir a nossa existência. Esta necessidade é possibilitada através das ações cotidianas que desenvolvemos, nas quais podemos expressar as nossas próprias verdades, não atuando como meros atores que fazem parte de uma peça teatral, mas como indivíduos capazes de arquitetar a sua própria história. Para que isso aconteça, porém, é preciso que tenhamos coragem de escapar do pré-determinado e busquemos construir o nosso próprio caminho.

A abordagem do cotidiano traz ainda outro nome de destaque: Henri Lefebvre. Filósofo francês com orientação marxista, este autor trouxe contribuições importantes em

relação ao estudo do cotidiano. No início de sua trajetória, o autor desenvolveu estudos e traduções dos textos de Marx, atividade esta que, de acordo com Machado (2008), desempenhou até o final de sua vida. No entanto, a partir da década de 40, Lefebvre passou a estudar também aspectos relacionados às práticas sociais, dentre os quais se inclui o cotidiano, estudos estes realizados até meados dos anos 80 e que hoje são tidos como referência para pesquisadores que buscam também vislumbrar e desvendar este universo do cotidiano, como eu estou fazendo agora.

No entanto, ao buscar subsídios que pudessem fundamentar este estudo em relação ao pensamento de Lefebvre, me chamou atenção o fato de um pensador marxista se interessar pelo estudo do cotidiano, tendo em vista ser o marxismo extremamente objetivo e tendo suas bases pautadas na luta de classes defendida por seu fundador, Karl Marx. Conforme o apresentado por Barreira (2009, p. 69):

[...] o conhecimento teórico tende a passar por cima dos acontecimentos “familiares” da vida diária, como se não fossem dignos de interesse. No marxismo, a teoria foi pensada como junção de uma doutrina econômica com o materialismo filosófico e a perspectiva da luta de classes. [...] havia pouco lugar nessa reflexão para as relações externas ao âmbito da produção.

No entanto, Lefebvre já faz referência ao interesse marxista sobre a vida cotidiana, ainda que naquele período de uma maneira incipiente em relação ao posteriormente desenvolvido. Tal aspecto pode ser percebido quando o autor manifesta a seguinte afirmação:

No século XIX o centro da reflexão se desloca; ele deixa a especulação para se aproximar da realidade empírica e prática dos “dados” da vida e da consciência. [...] Marx estudou, entre outros “sujeitos”, no quadro social do capitalismo de livre concorrência, a vida real dos trabalhadores e seu duplo aspecto: atividade produtora e ilusões a superar (LEFEBVRE, 1991, p. 17).

Percebo, nesta afirmação, que os estudos de Marx já apresentavam conotação do estudo do cotidiano, da vida dos sujeitos em sua particularidade e simplicidade, não se atendo apenas aos aspectos formais. Ainda assim, o que predominava era a questão econômica, o capitalismo, a luta de classes. Foi a partir destes conceitos que o cotidiano passou a ser considerado por Marx, na perspectiva de estudar o “homem de carne e osso” e as ilusões que o mesmo deveria superar, como citado acima. Entendo que estas ilusões estão relacionadas à alienação que a vida cotidiana nos impõe em nossas atividades diárias.

Lefebvre apresenta então, a importância de entender o indivíduo, a partir da necessidade de reestruturação da sociedade no período pós-guerra. Conforme salienta Barreira

(2009, p. 70), sua referência inicial era a percepção da vivência cotidiana como parte da reestruturação da sociedade capitalista. Desta maneira, conforme conclui o mesmo autor, Lefebvre propõe incluir o estudo do cotidiano ao método marxista, visando referenciar os seus conceitos a partir da realidade vivenciada pelos indivíduos em seu dia a dia. A partir disso tem-se Lefebvre como o primeiro autor a analisar o cotidiano, elevando-o à esfera teórica, no ambiente de estudos marxistas. Considero, desta maneira, ser fundamental compreender a abordagem deste importante pesquisador do cotidiano, que o enxergava a partir do prisma das ideias de Marx.

Em seu livro *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, Lefebvre (1991) inicia com uma análise que justifica o seu interesse pelo estudo do cotidiano, a qual considere ser interessante para reflexão neste trabalho. O autor apresenta que se pegarmos o calendário de determinado período e escolhermos aleatoriamente uma data neste mesmo calendário e a partir dela formos buscar saber o que se passou na vida das pessoas - denominadas “sem importância” pelo autor - neste dia, não encontraremos nada que possa dar algum direcionamento de como era o cotidiano destes indivíduos. Lefebvre (1991) diz que apenas a publicidade (ainda ingênua), as banalidades, as pequenas informações marginais lhe dão ideia do que emergiu no centro da vida cotidiana durante essas horas. Assim, posso perceber que a história que nos é transmitida, aquela que aprendemos na escola é contada não a partir da vivência das pessoas simples, mas de uma minoria que se sobressaía de alguma forma no grupo ou ainda, a partir de interesses individuais.

Não pense o leitor que esta realidade passou, ficou para trás. Quando digo nesta dissertação que os estudos do cotidiano foram relegados a segundo plano em diversos segmentos, me referindo principalmente ao ambiente das organizações, foco desta pesquisa, posso afirmar que continuamos ainda hoje contando a nossa história apenas com os olhos voltados a essa mesma minoria. Assim, se pegarmos o nosso calendário e pesquisarmos um dia qualquer - imagine o dia de ontem – encontraríamos nele alguma referência aos “sem importância”?

A partir deste contexto inicial, passo a tratar do cotidiano na perspectiva de Lefebvre, autor cuja importância no estudo do cotidiano passei a perceber a partir das palavras acima descritas, uma vez que, muitas vezes me vi também contando a história relegando a imagem dos “sem importância”, ao realizar os meus estudos no ambiente organizacional. Para Lefebvre (1991, p. 31) o cotidiano é visto da seguinte maneira:

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É portanto aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e no entanto não tem necessidade de ser dito.

Assim, posso perceber que o cotidiano para Lefebvre (1991) acontece e é vivenciado pelos indivíduos, quer queiram ou não. O cotidiano simplesmente acontece sem que nos demos conta disso. E acontece nas ações simples dos indivíduos, ainda que tais ações não sejam por ninguém percebidas. Para ele, não há passividade dos indivíduos em relação aos acontecimentos do cotidiano, somos sujeitos ativos, construtores de nossa própria história, até porque o cotidiano está sempre a nos presentear com novos movimentos, novas realidades. Basta que estejamos abertos a percebê-las. Como afirma Lefebvre (1991), não há nada linear. No entanto, estamos sujeitos a nos deixar levar por possíveis elementos que visam “domesticar” os sujeitos, afinal, a quem interessa que os indivíduos conheçam as suas capacidades e a sua força? Talvez apenas aos próprios indivíduos, se tivessem consciência dela. Mas estes sujeitos ao se depararem com esta realidade de que podem ser construtores de sua história e não meros espectadores apresentam uma capacidade criativa que possibilita aos mesmos escaparem de tais fatores.

Inicialmente, a visão do cotidiano possuía a característica de descrever as ações dos sujeitos como se não fosse algo relacionado com a realidade. Lefebvre (1991) afirma que os primeiros estudos sobre o cotidiano foram realizados de forma “mascarada”, como se os autores então responsáveis pela reprodução das ações dos indivíduos estivessem escrevendo uma peça teatral, e não falando da vida dos sujeitos:

O cotidiano entra em cena revestido pelo épico, por máscaras, por vestimentas e por cenários. É exatamente a vida universal e o espírito do tempo que se apoderam dele porque se investem nele, conferindo-lhe uma amplitude teatral (LEFEBVRE, 1991, p. 7).

Assim o cotidiano passa a fazer parte das cenas escritas por estudiosos de diferentes segmentos, até que possa ser trabalhado de maneira clara e sem máscaras, como tive a oportunidade de fazer.

Pude perceber nesta visão de cotidiano apresentada por Lefebvre (1991), a forte influência do marxismo. Em seus escritos, aparece como pano de fundo a luta de classes, no entanto, vinculada à cotidianidade – os “sem importância” – indivíduos fazedores do cotidiano, em duelo com as forças de dominação, representadas pelo autor pelas figuras do Estado e da produção capitalista.

Conforme apresentado por Paulo Netto e Carvalho (2012), Lefebvre vê no Estado e na produção capitalista maneiras de alienação do indivíduo em seu cotidiano, uma vez que o primeiro assume o papel de gestor da sociedade, gestão esta que tem por base o cotidiano, enquanto o segundo introduz produtos que visam transformar a vida dos indivíduos e assim os alienam.

Vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 19).

Esta visão do cotidiano, a partir de uma análise da obra de Lefebvre, nos mostra a maneira como o autor percebe as atividades cotidianas. As mesmas são manipuladas pelos interesses do capital e os indivíduos levados a aceitar passivamente aquilo que é estabelecido, sem qualquer questionamento. Os autores continuam dizendo: “e assim que a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 20).

No contexto ora apresentado, os indivíduos estão imersos no cotidiano e não têm condições de alterar sua estrutura. De acordo com o que salienta Veroneze (2013), o modelo de produção capitalista, torna o sujeito vítima de si mesmo, uma vez que é violentado pelos processos de industrialização, mercantilização, consumismo, e imediatividade da vida. Segundo o autor, neste processo as relações sociais acabam por serem produzidas e reproduzidas de formas alienadas ou alienantes e de exploração, geradas substancialmente pela lei do “mais forte”, do “mais rápido”, do “descartável” (VERONEZE, 2013, p. 163).

Acredito ser importante salientar ainda, a partir das análises realizadas até aqui, a compreensão de que o estudo do cotidiano está fortemente relacionado à filosofia, no entanto Lefebvre (1991) tece uma crítica à filosofia tradicional ao dizer que diante da vida cotidiana, a vida filosófica pretende ser superior. A partir disso, o autor afirma que para os filósofos vinculados a essa visão tradicional, a filosofia não poderia se submeter a deixar as suas abstrações, consideradas de extrema importância, para se ocuparem das – tidas como irrelevantes – realidades da vida cotidiana. Diante de tal contexto, o autor afirma que colocar os conceitos de cotidiano e filosofia no mesmo patamar, ou seja, trabalhar tais aspectos de maneira conjunta e igualitária, não seria a solução para o problema, tampouco o seria a dissociação dos mesmos. Logo, o caminho apresentado por Lefebvre (1991), para a

minimização dessa distância seria descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza.

Dando continuidade ao mergulho sobre a visão de cotidiano apresentada pelos autores que são para mim referência, não há como deixar de citar Michel de Certeau. Padre jesuíta, dedicou sua vida a estudos em diferentes frentes de pensamento como história, antropologia, linguística, psicanálise, entre outros. A partir dos conhecimentos obtidos nestas áreas, destinou parte de suas análises para a compreensão das práticas cotidianas. O seu intuito nas pesquisas relacionadas ao cotidiano, conforme salientam Napolitano e Pratten (2007), foi propor novas perspectivas a partir das quais entende que pessoas comuns possuem capacidade de escapar da passividade e modelos previamente estabelecidos, para construir a sua própria história.

Diante disso, Certeau (2000) inverte a lógica científica na qual se tinha como questionamento principal a seguinte pergunta: criar o que e como? Para o autor, a pergunta passa a ser: como se criar? Isto é a invenção do cotidiano, quando o olhar passa a voltar-se em como as práticas diárias são desenvolvidas. Certeau (2000) salienta ainda que é necessário observar a proliferação disseminada de criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam. Para ele, os indivíduos não são passivos replicadores de ordens preestabelecidas, ao contrário, são seres criativos que inventam a sua própria história através das ações desenvolvidas em seu cotidiano. Estas ações, no entanto, são sutis e silenciosas, uma vez que são desempenhadas no interior das estruturas formais estabelecidas.

A partir desta visão, Certeau (2000, p. 57) dedica os estudos relacionados ao cotidiano, das artes de fazer ao “Homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável.” Por serem desenvolvidas pelos indivíduos em seu dia a dia, muitas vezes essas práticas são simples e estão implícitas, escondidas atrás das formalidades que o mundo moderno nos impõe. Certeau (2000) nos apresenta que a análise do cotidiano parte da observação das práticas dos sujeitos, sua produção silenciosa que, no entanto, determina a configuração do ambiente em que se encontram.

Desta forma, o estudo do cotidiano possibilita o contato com ações e práticas que, em grande parte do tempo passam despercebidas a nossos olhos, uma vez que os mesmos estão fixos nas ações tomadas a partir das normas e formalidades instituídas e impostas a nós de alguma maneira. Ao tomar como exemplo o ambiente das feiras livres, objeto deste estudo, este conceito pode ser compreendido, uma vez que grande parte das pessoas se diz conhecedora do ambiente da feira, porém, qual é o ambiente conhecido? Em grande parte das vezes é o ambiente de comércio, de compra e venda de mercadorias. No entanto, existem

práticas ocultas e silenciosas que constroem o ambiente tal qual o percebemos. São essas práticas cotidianas que, a partir da visão de Certeau, pretendo conhecer.

Diante disso, Certeau (2000) afirma que o que se busca detectar é uma produção escondida, disseminada através dos sistemas da produção e que, muitas vezes, não é percebida, uma vez que este sistema dominante não deixa espaço para identificarmos as marcas deixadas pelos fazedores do cotidiano. As ações cotidianas, neste contexto, apresentam-se de maneira silenciosa, formando um contraponto em relação aos padrões estabelecidos, como afirma Certeau (2000, p. 39):

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.

A partir desta visão, o autor apresenta uma relação paralela entre os aspectos formais instituídos e as ações dos indivíduos em seu cotidiano. Entendo que a produção racionalizada e barulhenta a que o autor se refere, são as práticas perceptíveis de nosso cotidiano executadas, por vezes, sem que sequer nos demos conta. Por outro lado têm-se as ações silenciosas, ou seja, as práticas silenciosas dos sujeitos em seu dia a dia que proporcionam ao mesmo construir a sua própria história. Certeau (2000) nos adverte, portanto, da necessidade de dar atenção às práticas silenciosas, pois nelas é que estão escondidas as riquezas do cotidiano.

Compreendo, desta maneira, que em Michel de Certeau o cotidiano é trabalhado a partir da observação dos indivíduos e das marcas que deixam no ambiente em que atuam. Tal percepção é corroborada por Duran (2007) quando apresenta, entre outras características, a capacidade de Michel de Certeau de se maravilhar e confiar na inteligência e na inventividade do mais fraco. Sousa (2002, p. 130) também discorre sobre tal característica:

Entre o estudo do passado e do presente, Michel de Certeau constituiu uma importante parte de sua obra analisando “as maneiras de fazer cotidianas” das massas anônimas. Deu ao “sem nome”, ao “rumor sem qualidade”, ao “minúsculo”, ao “vivido” o estatuto de objeto científico e tornou compreensão epistemológica observações generosas sobre essa realidade, sem o medo que, ainda hoje, paralisa muitos intelectuais quando se trata de se pronunciar sobre o banal cotidiano.

Entendo assim, que para Certeau atividades consideradas simples, desempenhadas diariamente podem esconder informações importantes para o entendimento das ações cotidianas. Desta maneira, Certeau (2000) salienta que ações como habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar representam a sutileza e a astúcia desenvolvidas pelos indivíduos comuns, chamados por ele de “fracos” para, de alguma maneira, se opor ao estabelecido pelo sistema dominante, o qual Certeau (2000) denomina como sendo “o forte”. O autor confirma tal visão ao afirmar:

O dia a dia se acha semeado de maravilhas, espuma tão brilhante [...] como a dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e tornam a surgir (CERTEAU, 2000, p. 18).

A partir desta visão, o autor inverte o prisma dominante nos estudos tradicionais. Segundo ele, é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários; é mister ocupar-se com as maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática (CERTEAU, 2000). Corroborando esta ideia, Santos (2004, p. 127) afirma que o mundo do tempo real busca uma homogeneização empobrecedora e limitada, enquanto o universo do cotidiano é o mundo da heterogeneidade criadora. O universo do cotidiano, em Certeau, nos apresenta o indivíduo com capacidade de construir a sua própria história a partir de alicerces fundamentados em valores nos quais acredita, não em conceitos estabelecidos por terceiros. Assim, para Certeau (2000), as maneiras de fazer não designam somente atividades que uma teoria tomaria como objetos. Essas maneiras organizam também a sua construção.

A partir de tal conceito, Certeau, Giard e Mayol (1996) afirmam que a organização da vida cotidiana se dá a partir de dois registros, quais sejam, os comportamentos e os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar. O primeiro registro pode ser verificado através do vestuário, pela aplicação de códigos de cortesia, o ritmo de andar dos atores. O segundo se dá a partir da tradição cultural do usuário, quando o mesmo se questiona: o bom comportamento compensa? O que traz de bom? Eu ousa ainda incluir a seguinte questão: o que seria o bom comportamento? Na visão tradicional da sociedade pode ser identificado como sendo o cumprimento cego das normas instituídas. Por este motivo, o estudo das ações cotidianas busca trazer esta perspectiva diferenciada, através da qual se pode perceber que a quebra desta visão tradicional é também benéfica, uma vez que as ações articuladas no dia a dia dos indivíduos também podem ser vistas como relevantes, desde que

se dê abertura para a sua análise, tendo em vista que é a partir destas ações que os ambientes são constituídos e as formalizações estabelecidas.

O cotidiano, a partir do exposto, é apresentado por três perspectivas principais, nas quais encontro importantes pontos de convergência que me levam para um mesmo aspecto fundamental, qual seja, o cotidiano é composto, criado e recriado pelos indivíduos comuns que a partir de ações simples desenvolvidas no dia a dia constroem a história que, via de regra, não são apresentadas em nossos livros, mas que foram e são fundamentais para a sua construção. Interessante destacar como autores com convicções teóricas diferentes – Heller, marxista, que para adentrar neste horizonte do cotidiano, assume uma postura mais heterogênea. Lefebvre, também marxista, ao contrário do que ocorre com Heller, mantém o seu vínculo com o marxismo e aborda o cotidiano a partir desta linha conceitual e Certeau que, por sua vez, analisa o cotidiano a partir de estudos vinculados a antropologia, filosofia, sociologia, entre outras linhas de pensamento – nos apresentem visões de cotidiano que se entrelaçam. Seus conceitos nos oferecem a possibilidade de vislumbrar a beleza escondida por detrás das ações diárias dos indivíduos.

Diante do apresentado pelos autores, pude compreender que o cotidiano acontece independentemente da vontade dos indivíduos ou mesmo da importância que se dê ao seu desenvolvimento. No entanto, Heller (2000) apresenta-nos um cotidiano alienante, no qual os indivíduos têm possibilidades momentâneas de buscarem atuar de acordo com suas próprias convicções e assim escapar à alienação. Já para Lefebvre (1991), as atividades cotidianas acontecem independentemente da vontade dos envolvidos, porém, as ações realizadas pelos indivíduos comuns, via de regra, não são tidas como importantes. Logo, o cotidiano proposto pelo autor apresenta as ações desenvolvidas pelos indivíduos que são, de certa forma, excluídos nos estudos tradicionais.

Assim como para Heller (2000), Lefebvre (1991) também entende o cotidiano como espaço propício à alienação. Certeau (2000), por sua vez, considera que o cotidiano é desenvolvido através das ações dos homens comuns, nas suas atividades mais simples, que por vezes sequer são percebidas. Um aspecto que o diferencia é entender a possibilidade do sujeito, a partir de suas práticas diárias, “fazer” a sua própria história.

Percebo, diante de tais conceitos, que o cotidiano é construído nas ações individuais do dia a dia, a partir das práticas dos indivíduos que o compõem, estando os mesmos vivendo de maneira a reproduzir o já estabelecido, ou buscando construir sua própria história. Mazza e Vasconcellos (2012), afirmam que ele se produz e reproduz por meio das relações sociais, de maneira processual, construindo significados peculiares que podem ser analisados nos modos

de viver dos indivíduos. Na perspectiva de Ferraço (2007), o estudo do cotidiano se legitima quando os sujeitos do cotidiano são vistos não apenas como objetos de análise, mas como protagonistas e também autores das pesquisas. O cotidiano, desta maneira, como afirma Joaquim (2012) abrange uma historicidade que perpassa diversos momentos históricos e tem por universo uma heterogeneidade capaz de criar e recriar este espaço de interação a todo o momento.

Assim, a partir da perspectiva dos autores, os estudos relacionados ao cotidiano são destinados aos indivíduos comuns, que fazem a sua história no dia a dia. A “invenção do cotidiano” se dá, portanto, pelas ações individuais dos sujeitos que podem parecer repetitivas em primeiro momento, mas que quando analisadas de maneira próxima desvelam a sua riqueza. Entendo, desta maneira que ao se propor estudar o cotidiano, é preciso estar disposto a trabalhar em um universo amplo de fenômenos diversos, envolvendo os “fazedores” do dia a dia. Desta maneira, é preciso ter consciência de que seria um erro supor que as atividades executadas pelos indivíduos em seu cotidiano sejam ações meramente passivas. Tais ações podem ser silenciosas, mas de forma alguma restringem o indivíduo à passividade. Tampouco poderia dizer que a vida cotidiana não está sujeita, em nenhum momento, à passividade e à alienação.

A prática cotidiana restaura com paciência e tenacidade um espaço de jogo, um intervalo de liberdade, uma resistência à imposição (de um modelo, de um sistema ou de uma ordem): poder fazer é tomar a própria distância, defender a autonomia de algo próprio (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 339).

Por outro lado, o estudo do cotidiano, apresenta algumas dificuldades, uma vez que, sendo o mesmo realizado através das análises do “fazer” dos sujeitos que o compõem, em muitas situações não há possibilidade de enquadramento do estudo a métodos rígidos de análise:

De fato, temos em conta que, qualquer tentativa de sistematização de um conceito de cotidiano implica, fatalmente, seu engessamento. E aí está nosso maior desafio: Qual a legitimidade no uso de estruturas para falar de algo que é efêmero, incontrolável, caótico e imprevisível? Qual o sentido em extrair conceitos, atribuir classificações, estabelecer relações hierárquicas, propor estruturas conceituais ao permanente devir cotidiano? (FERRAÇO, 2007, p. 77).

De acordo com o mesmo autor, devem ser pensadas formas de estudo do cotidiano, a partir de elementos que garantam a legitimidade, sem que as possibilidades de visões do

estudo sejam limitadas. Assim, tem-se considerado a possibilidade de pensar o cotidiano como redes de “saber fazer” que são construídas pelos sujeitos ao longo do tempo (FERRAÇO, 2007). Certeau, Giard e Mayol (1996) argumentam que no estudo do cotidiano, as operações a serem analisadas, por vezes, não são adequadamente conhecidas, tendo em vista que as abordagens são formuladas para análises das formalizações e não das atividades diárias dos “fazedores” de tais formalizações. Os autores continuam ainda afirmando que o essencial para esse tipo de estudo está vinculado a uma análise sutil, de todos os elementos que compõem o conjunto das ações do “fazer-com”.

Percebe-se desta forma, que o estudo do cotidiano deve ser realizado, ao mesmo tempo, com o rigor necessário à academia e com a sutileza de perceber as nuances das práticas diárias dos sujeitos envolvidos no processo do fazer. É sabido também que, conforme destaca Ferração (2007, p. 87),

Discursos, por mais vivos que possam parecer aos olhos dos leitores e leitoras, ainda estão muito longe de captar toda a intensidade da vida cotidiana. Os cotidianos estão pulsando muito mais fortemente do que qualquer análise que façamos com eles.

Desta maneira, Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 342) salientam que em virtude desta tendência que se tem de analisar os aspectos formalizados nos estudos que são realizados temos dificuldade em perceber a grande inventividade existente nas práticas cotidianas. Assim, é preciso que o pesquisador do cotidiano, ciente de tal dificuldade, seja cauteloso no estudo para que as práticas do saber-fazer não fiquem esquecidas em meio a métodos rígidos de análise, uma vez que como apresenta Lefebvre (1991), o cotidiano deve ser interpretado e não conceituado.

Não há possibilidade, porém, de identificar as ações silenciosas dos indivíduos em sua prática cotidiana, sem que se entenda a realidade em que os mesmos atuam. A partir disto, Oliveira e Alves (2001, p. 16) salientam que o estudo do cotidiano exige do pesquisador que se ponha a sentir o mundo e não só a olhá-lo, soberbamente, do alto ou de longe. Ainda a partir das considerações destas autoras, percebi que não é possível compreender o cotidiano sem que o pesquisador esteja totalmente imerso nele. Os estudos com o cotidiano, portanto, ocorrem em meio ao que está sendo feito (FERRAÇO, 2007). Para Del Priori (1997 *apud* XAVIER; BARROS; CRUZ; CARRIERI, 2012, p. 42), uma análise imediata do termo cotidiano remete à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo.

As ações cotidianas, entretanto, não são socialmente aceitas como maneiras de ver e interferir na realidade imposta, uma vez que historicamente as ações formalizadas ou que podem ser quantitativamente comprovadas, são tidas como referências. Desta maneira, criam-se as chamadas estratégias de resistência, nas quais os indivíduos metaforizam o formalmente instituído, fazendo valer, porém suas próprias tradições e costumes.

Para Certeau (2000), existem movimentos de microrresistências, que por sua vez, determinam microliberdades, mobilizam recursos e, a partir disso, deslocam as fronteiras de dominação que é mantida sobre a multidão anônima. Assim, conforme afirma Duran (2007), os fazedores do cotidiano constroem a sua própria história, apesar dos protocolos que lhes são impostos. De acordo com o mesmo autor, Certeau nos apresenta uma nova visão, na qual o “homem ordinário” resiste a esta conformação, inventando o cotidiano de mil maneiras diferentes. A partir disso, considero importante também abordar que o estudo do cotidiano pode ainda trazer à tona práticas de resistência, ou seja, as ações do dia a dia podem ser desenvolvidas com o intuito de, mesmo silenciosamente, contrariar o ordenamento das atividades formalmente imposto, deslocando as fronteiras de dominação. Assim, os indivíduos constroem a sua história dia após dia e ela está disponível a quem tiver “olhos para ver”.

2.1.1 Micropráticas e microrresistências no fazer cotidiano

É essencial, nos ambientes em que nos inserimos, que voltemos o nosso olhar para as propostas que nos são apresentadas. Ao olharmos com cuidado o que ocorre ao nosso redor poderemos perceber que diversas estratégias são desenvolvidas objetivando cercear as ações dos indivíduos em nome da manutenção de uma determinada ordem social. Entendo aqui que tais estratégias buscam a manutenção das relações de poder e dominação e por vezes são desenvolvidas sem que sequer nos demos conta, ou seja, somos coniventes com tais práticas pelo simples fato de estarmos alheios ao que por detrás determina que sejam realizadas.

No ambiente empresarial tal situação também ocorre, a partir do momento em que somos levados a acreditar que devemos “vestir a camisa da empresa”, ou seja, trabalhar arduamente para que a organização alcance os objetivos pretendidos. Não considero que tal visão seja de todo negativa, afinal, quando nos propomos a realizar determinada atividade,

devemos buscar desenvolvê-la da melhor maneira possível. O problema desta forma de pensamento passa a aparecer quando as pessoas deixam a sua própria identidade de lado e incorporam apenas a identidade da empresa.

É muito comum em nossa sociedade ouvirmos falar de pessoas que quando citadas são chamadas pelo seu nome e como sobrenome trazem o nome da empresa em que trabalham. Esta forma de identificação pessoal, vinculada à profissional, pode fazer com que percamos a nossa individualidade, caso não tomemos atitudes para evitar que isso ocorra. Ao tomarmos tais atitudes, podemos criar microrresistências, ainda que inconscientemente, para conseguirmos manter a nossa individualidade em uma sociedade na qual o objetivo principal é o consumo e o lucro. Esta mesma sociedade dá demasiada importância a aspectos formais e esquece-se da fundamental relevância das atitudes dos sujeitos para a formação de tais aspectos. Desta forma, as microrresistências são utilizadas também para que consigamos, de certa maneira, fugir das ordens que nos são impostas pelas classes dominantes, em diferentes áreas de nossa vida.

Estou falando aqui de relações de poder. No entanto, não estou falando do poder que vem sendo estudado há anos nas abordagens organizacionais, nos quais o foco está naqueles que possuem os recursos necessários para o desempenhar, conforme afirmam Saraiva e Santos (2011, p. 17): o *mainstream* das discussões sobre o poder aborda atores organizacionais que desfrutam de recursos para exercê-lo. Busco identificar as estratégias de burlar a dominação - exercida pelos detentores do poder - desenvolvidas pelos indivíduos que estão expostos a tal dominação. Para isso, utilizo-me da perspectiva apresentada por Ferreirinha e Raitz (2010), que ao realizarem um estudo sobre as relações de poder na ótica de Foucault, o apresentam como sendo uma ação sobre ações.

O que pretendo analisar é, portanto, de que forma os indivíduos que não possuem poder, de maneira formal, resistem às investidas daqueles que o detêm. Blackburn (1997 *apud* FERREIRINHA; RAITZ, 2010), traz uma tradução em relação ao tipo de poder que espero aqui apresentar, qual seja a capacidade de um indivíduo conseguir algo que almeja a partir de seu direito de possuí-lo, através do controle ou ainda – e aqui aparece o poder exercido pelos sujeitos em meu entender – a partir da influência. Assim, de acordo com as autoras, o poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

A partir de tal referência, levarei em consideração nesta análise os conceitos de microrresistências dos indivíduos em seu cotidiano idealizados por Certeau (2000), o qual os estruturou a partir da visão de poder desenvolvido por Michel Foucault. De acordo com

Certeau (2000), Foucault procura por em evidência um poder diferente daquele poder tradicional que vinha sendo teorizado até então, conforme segue:

[...] procura por em evidência as molas desse poder opaco, sem proprietário, sem lugar privilegiado, sem superiores nem inferiores, sem atividade repressiva nem dogmatismo, eficaz de modo quase autônomo por sua capacidade tecnológica de distribuir, classificar, analisar e individualizar espacialmente o objeto abordado (CERTEAU, 2000, p. 113).

Machado (1979, p. XIV), corrobora com esta perspectiva ao afirmar que para Foucault: Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas de ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. Assim, para o autor o poder pressupõe liberdade e não está restrito apenas àqueles que o detém a partir da ocupação de um cargo superior na estrutura hierárquica ou por outra forma de dominação. O poder é, portanto, exercido através das relações entre os indivíduos e, desta maneira, pressupõe que através da resistência os “sem voz” possam também exercê-lo. A partir desta abordagem relacional, conforme salienta Machado (1979, p. XIV):

Implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, tela que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações e forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórias que também se distribuem por toda a estrutura social.

Para Foucault (1979), portanto, as relações de poder estão vinculadas às relações entre os indivíduos. Nesta perspectiva, entendo que o poder pode ser exercido também a partir de estratégias de microrresistências, uma vez que, mesmo não sendo possuidores do poder formal, os indivíduos, em suas ações cotidianas, exercem poder. Na voz de Foucault (1979, p. 183):

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.

Neste sentido, conforme salientam Ferreirinha e Raitz (2010), Foucault acreditava ser possível a luta contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar

das relações de poder. A partir de tal afirmativa, compreendo o processo de resistência dos indivíduos, anteriormente apresentada, na qual se busca, de certa forma, burlar as estruturas de poder, tendo, no entanto a consciência de que as relações de poder são mantidas. O que se espera a partir das microrresistências, portanto, é o deslocamento dessas fronteiras de dominação a fim de que os indivíduos possam também exercer o poder, de certa forma, ainda que informalmente. Saraiva e Santos (2011) corroboram tal visão ao afirmarem que apesar de toda a tecnologia gerencial desenvolvida durante o século XX, que possibilitou uma abordagem de dominação perante aqueles que deveriam apenas cumprir ordens, os indivíduos desenvolveram também estratégias de resistência a fim de alcançarem os seus próprios objetivos.

Tais microrresistências podem fazer com que os indivíduos não entrem em um processo de alienação, quando proporciona que os mesmos busquem o seu espaço no ambiente em que atuam, não exercendo apenas o papel de espectadores de sua própria história. Ao discutir a questão da alienação, exponho a visão da Agnes Heller, que apresenta aspectos interessantes em relação a esta questão, a partir de um paralelo com o conceito dos papéis sociais.

Heller (2000), ao falar dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos aponta que por vezes estes fazem com que cumpramos protocolos preestabelecidos, deixando a nossa essência adormecida, enquanto estamos ocupados cumprindo nossos papéis, determinados por estruturas dominantes detentoras do poder e que buscam fazer com que os sujeitos vivam de acordo com os processos estabelecidos, sem se manifestarem. É como se voltássemos ao período da Revolução Industrial, quando os operários eram pagos para executar tarefas e não para pensar em como as mesmas eram planejadas. Oliveira e Sgarbi (2007), também apresentam esta tônica da alienação do indivíduo em seu cotidiano, ao observarem que caso os indivíduos se utilizem apenas do processo de realizar atividades de acordo com o previamente estabelecido, viveriam de maneira alienada. Esta alienação é apresentada pelos autores como fonte de cegueira, estabelecida a partir da normalização do cotidiano que nos leva a uma compulsão pela repetição. Ou seja, a partir deste contexto, o indivíduo alienado contenta-se em viver de acordo com normas e padrões predeterminados, sem se preocupar com a condução da sua própria história.

O que me pergunto, ao traçar um paralelo entre as microrresistências e os fatores de alienação é: será que os indivíduos hoje estão manifestando os seus pensamentos em suas ações, ou estão alienados e desempenhando papéis estabelecidos? Ao pensar nestes fatores, entendo que, mesmo que o indivíduo seja levado, de alguma forma a cumprir ordens

estabelecidas de maneira alienada, ele não consegue representar o tempo todo. Chega sempre a um ponto em que necessita reconhecer-se como responsável por seu próprio destino, por sua história e isto se dá, por vezes, a partir de táticas de microrresistências. Para Heller (2000), a recusa do papel é característica daqueles que não se sentem à vontade na alienação. Esta recusa do simples desempenho de papéis pode vir a gerar conflitos entre os sujeitos que buscam a sua individualidade e seu espaço e aqueles que acreditam que seria mais adequado que os mesmos mantivessem a sua postura anterior. Heller (2000, p. 96), assim considera esta questão do conflito:

O conflito entre os casos de dever ser, e, neste caso, o conflito moral, que se expressa de modo particular, são inevitáveis na medida em que um homem não submete incondicionalmente todo o seu ser ao papel que desempenha num dado momento. Por isso os representantes da teoria do papel são inimigos irreconciliáveis de todo conflito. Mas o conflito é a rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral, consciente ou inconsciente.

Quando tal conflito não ocorre, é possível entender que o indivíduo aceitou passivamente o papel a ele imposto e a partir disso passa a viver de maneira alienada, ou seja, como mero cumpridor de ordens e repetidor de ações pré-determinadas. Para Heller (2000), ao agir desta maneira, o indivíduo chega a um ponto em que ocorre a dissolução de sua personalidade. Ao contrário, quando o indivíduo se contrapõe a tal alienação, consegue manter a sua personalidade e passa a ter domínio de sua própria história. No entanto, para que isso seja possível, nem sempre pode este indivíduo deixar transparecer a sua postura, ou seja, a sua busca por “independência” deve permanecer velada, se dá portanto, através de microrresistências.

Esta manifestação dos indivíduos a partir de práticas de microrresistências não é atual, ela sempre se fez presente nas atividades dos sujeitos, uma vez que a dominação também esteve sempre presente. Certeau (2000, p. 19) afirma:

Os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para a outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças e os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso, como tantas escapatórias e astúcias.

Através deste contexto, percebo que o cotidiano, muitas vezes, se fundamenta a partir de processos de rupturas de uma realidade já existente, uma vez que as práticas cotidianas, por vezes, não são realizadas de acordo com as leis e normas socialmente estabelecidas. Para Certeau (2000), as práticas de resistência se dão pelos elementos de dominação estabelecidos

pelos “fortes” em relação aos “fracos”. Estes, por sua vez, se utilizam de tais práticas a fim de se desvincularem de alguma maneira desta dominação, mesmo que as estratégias de resistências não sejam sequer percebidas de maneira clara pelos que detém o poder, tendo em vista que, em muitos casos, a resistência se dá de maneira sutil, velada. Como afirmou Certeau (2000), trata-se de escapar ao poder, sem no entanto, deixá-lo, ou seja, são ações que não manifestam claramente a rejeição ao poder estabelecido, mas que de alguma forma possibilitam aos indivíduos atuarem de maneira independente. Tal ideia corrobora o pensamento de Foucault (1979), anteriormente mencionado, quando o mesmo apresenta a ideia de que a inversão do poder, ou como aqui manifestado, as estratégias de resistência não fazem com que o poder formal seja destituído. Por serem ações silenciosas, apenas os seus reflexos são sentidos:

[...] os consumidores produzem uma coisa que se assemelha às “linhas de erre” de que fala Deligny. Traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido por que não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. [...] Dessas águas que se vão insinuando em toda a parte só se tornam perceptíveis os efeitos (CERTEAU, 2000, p. 97-98).

Compreendo, desta maneira, que a partir da visão de Certeau, qualquer estratégia de dominação é incompleta, uma vez que quando existe dominação, existem também as práticas de resistência que visam quebrá-la. Isto se dá, pois os indivíduos não são capazes apenas de reproduzir ações, mas também de transformá-las, a partir de suas práticas cotidianas. Heller (2000) apresenta uma visão, que entendo também estar vinculada às práticas de resistência, quando afirma que os homens não são manipuláveis indefinidamente e em qualquer direção, pois sempre existe um ponto limite, no qual deixam de ser objetos e se transformam em sujeitos. Entendo que a partir do momento em que os indivíduos, através de suas estratégias e práticas de resistência conseguem burlar a dominação exercida sobre eles, se tornam sujeitos de sua própria história. Este ponto de limite, no entanto, não se apresenta de maneira igual para todos, cada qual ao seu tempo e de acordo com suas necessidades vai tecendo a sua vida e passa a perceber quando se faz necessário romper com determinadas situações.

Como salienta Sousa (2002), o mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas – abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes. Ou seja, os indivíduos, através de suas ações particulares, muitas vezes contrárias ao formalmente estabelecido, criam e recriam o cotidiano, a partir de suas próprias regras e normas, ainda que informais. É isso

que Certeau nos convida a ver, essas microrresistências que embelezam o dia a dia dos indivíduos e, por consequência, das organizações em que os mesmos atuam, não apenas os aspectos macros e formais de tais organizações.

Para Certeau (2000), as rupturas que moldam o cotidiano vão, aos poucos, formando a cultura popular que se apresenta como resistência moral. O mesmo autor salienta ainda que para descobrir tais forças, não há necessidade de procura-las, mas deve-se deixar que as mesmas se revelem àquele que estiver disposto a compreender as nuances que formam a totalidade das práticas cotidianas a partir da apreciação das ações dos indivíduos.

Certeau (2000) salienta que as microrresistências são possibilitadas, uma vez que os indivíduos desenvolvem estratégias e táticas a fim de “fugir” do poder exercido sobre eles. De acordo com Silva, Carrieri e Junquillo (2011), a intenção de Certeau é, então, buscar alternativa para a construção de um saber acadêmico que possibilite a análise do agir dos sujeitos sociais, por meio de suas estratégias e táticas. O autor assim conceitua as estratégias no fazer cotidiano:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 2000, p. 46).

As estratégias cotidianas, de acordo com Certeau (2000) são determinadas pela existência de um lugar, chamado pelo autor de próprio. É deste lugar, que pode ser ocupado por instituições e, até mesmo por pessoas que advém as normas e regulamentos que devem ser acatados e postos em prática pelos indivíduos, aos quais Certeau (2000) denomina de fracos. Estes, por sua vez podem resistir ao formalmente estabelecido a partir das táticas cotidianas.

Denomino [...] tática um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância (CERTEAU, 2000, p. 46).

As táticas possuem, portanto natureza diferenciada. São silenciosas e não ocupam um lugar próprio. Conforme nos apresenta Yilmaz (2013), as táticas não possuem a intenção de dirimir as estratégias impostas, mas tratam-se de atos de resistência desenvolvidos para subverter ou distorcer de alguma maneira o formalmente estabelecido. Para Napolitano e Pratten (2007), tratam-se de uma possibilidade do “fraco” criar para si uma esfera de atuação

autônoma. Certeau (2000) salienta a importância das táticas a fim de que os indivíduos tenham a possibilidade de construir o seu próprio cotidiano, a sua história. Desta maneira, de acordo com Yilmaz (2013), é salientado por Certeau o poder do impotente, o ativismo do passivo, a produção dos não produtores.

Existe, portanto, uma diferença clara entre estratégias e táticas. Tal diferença nos é apresentada por Certeau (2000, p. 92), a partir do tipo de operações que são capazes de produzir: as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizar, manipular e alterar. Assim, conforme nos apresenta o autor, a tática é determinada pela ausência de poder, já a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 2000, p. 101).

Os conceitos de estratégias e táticas, no entanto, são insustentáveis quando identificados de maneira isolada. Conforme afirma Leite (2010, p. 746), o cotidiano se dá a partir de um jogo articulado de práticas de dois tipos: estratégias e táticas. O autor enfatiza que ao contrário de pensar as práticas cotidianas como sendo uma relação dicotômica entre estrutura e ação, Certeau propõe uma análise a partir de uma lógica processual e dinâmica (LEITE, 2010). Logo, como afirma Peixoto (2011), a tática não almeja um lugar próprio, ela busca apenas gerar resistência, no entanto, as mesmas podem conduzir, de maneira não intencional a conquista de um lugar que seja circunscrito como próprio. Entendemos, portanto, que neste jogo dinâmico do cotidiano as táticas podem vir a se transformar em estratégias, bem como, as estratégias em táticas, gerando o movimento silencioso das práticas.

As estratégias e táticas cotidianas estão presentes em todos os ambientes de atuação dos indivíduos, uma vez que mesmo de maneira sutil eles buscam demarcar o seu espaço no cotidiano. As estratégias e táticas cotidianas são, portanto, apreendidas por meio das representações sociais dos sujeitos que as empreendem. Representações sociais seriam esferas que interligam, por meios de significados partilhados, valores e atitudes de um determinado grupo (CARRIERI; MURTA; TEIXEIRA; SOUZA, 2012). Assim, de acordo com o que apresenta Certeau (2000), as táticas são as maneiras de fazer dos indivíduos e apresentam-se como ações de continuidade ou permanência. Atos considerados extremamente simples de serem executados em nosso dia a dia, como falar, ler, cozinhar, comer, são tidos como táticas a serem utilizadas pelos sujeitos para, de alguma maneira, se sobressaírem ao formalmente estabelecido, à ordem dominante.

Percebo, a partir da presente análise, que entender tais conceitos apresentados por Certeau (2000) consiste em um dos pontos principais do estudo e análise do cotidiano, compreender as microrresistências articuladas pelos indivíduos e sua importância para o fazer

cotidiano. Estar aberto para perceber tais ações é ter a capacidade de entender que elas não ocorrem abruptamente, tampouco são formalizadas de alguma maneira.

Medina (2007) apresenta que na visão de Certeau, as práticas de resistência não são simplesmente negação das estratégias de dominação ou antidisciplina. É preciso também salientar o caráter afirmativo e criativo de tais resistências. Ou seja, as microrresistências não se fundamentam apenas em possíveis falhas nas estratégias de dominação, são também resultado das ações dos indivíduos que buscam posicionar-se, ainda que de maneira oculta no espaço em que atuam. Como salientam Junquilho, Almeida e Silva (2012, p. 340):

Logo, é possível afirmar-se que na repetição se insere a distensão ou resistência dos praticantes, bem como suas capacidades de fazer diferente, de desafiar a ordem dominante, ainda que de forma oculta. A riqueza da pesquisa em torno do cotidiano está em decifrar pistas dessas invisibilidades “ordinárias”, pois nelas se esconde o mundo real das relações sociais em seus complexos e distintos sentidos figurados.

A partir de tal perspectiva, Santos (2004) destaca que as pessoas, por vezes, não se subordinam ao que foi instituído. Isso faz com que, frequentemente, apresentem manifestações contrárias às regras. Logo, essas “táticas”, “astúcias” ou “práticas desviantes” dos consumidores se constituem como uma antidisciplina. Ou seja, são buscados pelos sujeitos do cotidiano caminhos alternativos para driblar as regras impostas. Certeau (2000) salienta que o objetivo de estudar as microrresistências é perceber porque, diante da dominação exercida, nem todos se submetem a ela. Que procedimentos populares jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los (CERTEAU, 2000). Diante deste contexto, Sousa (2002, p. 132) apresenta:

Instrui-nos Certeau, na cultura ordinária, cotidiana, “a ordem é jogar”, isto é, por meio da astúcia, driblar o sistema, fingir seu jogo. O sistema? Este às vezes “fecha os olhos”. Assim, no próprio interior da ordem instituída, anuncia-se a resistência à reprodução uniformizante.

Entendo desta maneira, que nas práticas cotidianas os sujeitos fazem uso de processos formalizados que por vezes podem ser empregados como fonte de opressão ao mais fraco para criarem os seus mecanismos de resistência. Não se utilizam, porém de alardes para manifestá-los, esta ação é silenciosa, por vezes, imperceptível. Logo, para que seja possível perceber tais ações é imprescindível estarmos dispostos a compreender, através da proximidade, os encaixes que aos poucos manifestam o todo da figura das práticas cotidianas. É isso que a

análise do cotidiano propõe, foi isso que busquei encontrar ao estudar as ações realizadas pelos indivíduos na feira gerenciada a partir do conceito da gestão cooperativa.

3 GESTÃO COOPERATIVA

Talvez o leitor já tenha ouvido algumas frases de impacto a respeito das cooperativas. Essas frases nos levam a pensar o quanto é bom ser cooperado e despertam a vontade nas pessoas (principalmente aquelas que têm menor poder econômico) de procurar uma dessas instituições e passar a fazer parte dela. Afinal, quem não gostaria de crescer junto com uma cooperativa, uma vez que “gente que coopera cresce”? Esta perspectiva de crescimento conjunto, vinculada à imagem das cooperativas enraizou-se, pois em sua concepção essas instituições tinham exatamente este propósito – fazer com que cooperados e cooperativas pudessem crescer de maneira conjunta.

A gestão cooperativa surge em meados do século XIX, a partir do movimento socialista, contrário à organização econômica mundial que vinha sendo formatada, baseada na visão capitalista. Sustentava, portanto, que o trabalho conjunto poderia trazer bons resultados a quem não tivesse condições de, individualmente, concorrer no mercado, bem como, permitiria aos indivíduos se manter sem que fosse necessário que trabalhassem nas fábricas. Conforme salienta Lechat (2008, p. 15):

As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

Pensava-se, portanto, num modelo no qual os fatores de produção – terra, capital e trabalho – fossem comuns a todos os integrantes da cooperativa. Ou seja, os socialistas pensavam uma forma de instituição baseada na solidariedade, através da qual se poderia ter condições de se manter uma sociedade mais justa, humana e livre do poderio econômico do capitalismo. Holyoake (1933, *apud* NOVAES, 2011, p. 14), expõe a visão de cooperativa que originalmente era apresentada:

O que despertará mais interesse no escritor ou no leitor não é o brilhantismo da atividade comercial, mas, sim, o novo e aprimorado espírito que anima esse intercâmbio comercial. O comprador e o vendedor se encontram como amigos; não há astúcia de um lado, nem suspeita do outro (...) Essas multidões de trabalhadores humildes, que anteriormente nunca sabiam quando estavam consumindo alimento de boa qualidade, que almoçavam diariamente comida adulterada, cujos sapatos estragavam antes da hora,

cujos coletes eram enebados e cujas esposas usavam tecido comum impossível de lavar, agora compram nos mercados [armazéns cooperativos de Rochdale] como milionários e, no que concerne à pureza dos alimentos, vivem como senhores.

A partir de tal posicionamento, é possível perceber o que se esperava das organizações cooperativas, bem como, o que as mesmas se propunham a desenvolver. As cooperativas passaram a representar a esperança dos oprimidos pelo capitalismo de que uma nova realidade seria possível, de que através do trabalho conjunto conseguiriam se opor a este sistema. O conceito de cooperativismo apresentado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (2013) mantém as concepções do ideário cooperativo original, senão vejamos:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Tendo por referência tal pensamento, as atividades baseadas na cooperação se desenvolveram e se fortaleceram nas mais diversas regiões do mundo. No entanto, via de regra, o que vemos hoje são cooperativas que perderam completamente esta visão voltada à ajuda mútua, adotando em sua atuação a abordagem capitalista. Desta maneira, grande parte das organizações cooperativas atuam no mercado como as tradicionais empresas capitalistas, utilizando-se, por vezes até do conceito socialista para fazer com que seus associados continuem vinculados a ela, em vista do que chamam de “bem comum”.

Pretendo aqui, portanto, demonstrar como as atividades cooperativas foram fundamentadas e, de que forma vem se desenvolvendo tendo em vista esta mudança prática da atividade cooperativa – desvinculada da visão socialista que a originou – que, no entanto, não se reflete na teoria destas mesmas organizações, uma vez que, como vimos no conceito da OCB a cooperativa ainda é apresentada como sendo uma organização que visa possibilitar condições de igualdade a seus associados a partir da ajuda mútua que apregoa.

Preciso, porém deixar clara a definição de qual o conceito a ser desenvolvido neste estudo. A gestão cooperativa pode ser estudada a partir de dois pontos, sendo o primeiro relativo à perspectiva econômica e o segundo que se refere à perspectiva social. Abordarei aqui o ambiente cooperativo tendo como referência esta visão social. Sei do desafio que é

entender a cooperativa a partir deste aspecto, tendo em vista que grande parte dos estudos relacionados às empresas deste ramo estão fundamentados na visão econômica do processo, mas ainda assim mantereí esta perspectiva de estudo, uma vez que o interesse está em identificar as relações sociais que ocorrem nesta estrutura a partir da vivência cotidiana dos indivíduos que a compõem. Busquei deixar esta ideia clara a fim de que não cause estranheza não serem encontrados neste estudo temas relacionados ao ambiente institucional, natureza da firma cooperativa ou outros aspectos relacionados a fatores econômicos, de maneira aprofundada. O estudo estará, portanto, vinculado aos fatores sociais que determinam a criação e manutenção das organizações cooperativas, motivado pela visão de Périus (1983, p. 68):

O critério de identidade nos facilita também o conceito da própria cooperativa, como sendo uma associação voluntária de pessoas que procuram melhorar sua situação socioeconômica, utilizando o serviço de uma empresa comum, com a qual se identificam plenamente e passam a dirigi-la e controlá-la democraticamente. A empresa cooperativa, portanto, é a extensão dos sócios, porquanto, complementa, aperfeiçoa, maximiza as atividades remunerativas individuais dos sócios.

Mesmo direcionando o estudo à perspectiva social, é preciso salientar que não se tem a utopia de encontrar aqui a organização socialista em que indivíduos se unem tendo por objetivo o crescimento conjunto. Estamos sim falando de uma empresa que atua no mercado capitalista e que, portanto, segue aos preceitos determinados por este. Diante de tais considerações, procurarei trazer à luz nesta pesquisa as perspectivas do desenvolvimento histórico das cooperativas, os princípios que, em tese, norteiam as suas atividades e de que maneira ela se comporta enquanto empresa.

3.1 Organizações cooperativas: A construção de sua história e seus princípios

O conceito de que o ser humano conseguiria alcançar melhores resultados a partir da realização de atividades de maneira conjunta não é novo. Ele esteve presente ao longo da história da humanidade desde os períodos mais remotos. No entanto, a visão de cooperativismo de maneira sistematizada, ou seja, com formas de atuação e princípios definidos inicia-se a partir das cooperativas modernas. Estas instituições se consolidaram no

decorrer dos séculos XIX e XX como uma opção interessante para pessoas ou empresas de pequeno porte que não possuíam condições de se posicionarem no mercado de forma competitiva individualmente. Conforme salienta Schneider (2012, p. 254), estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. Entendo que esta força estabelecida nas organizações cooperativas desde seu início se deu em virtude de que era premente buscar, naquele período, alternativas para aqueles que se viam subjugados à ordem capitalista estabelecida e que sozinhos não conseguiam encontrar saída para suas dificuldades.

Assim, diante da abordagem de união de forças defendida pelas cooperativas, estes indivíduos vislumbraram uma nova possibilidade, a partir da qual acreditavam que conseguiriam um posicionamento diferenciado no mercado que não seria possível se mantivessem as suas atividades de maneira isolada. Ricciardi e Lemos (2000, p. 19) apresentam o que é tido como o ideário cooperativo a partir de sua origem:

Em meados do século XIX aconteciam as primeiras práticas do cooperativismo [...] o cooperativismo ganhou espaço, adquiriu forma própria e é uma ideologia inequivocamente democrática, onde a força de trabalho – a mão-de-obra – aplica e administra o capital e se viabiliza através da cooperativa.

Para que possamos compreender melhor como esta estrutura cooperativa foi desenvolvida e os fatores que fizeram com que tomasse as formas que hoje conhecemos, é preciso que seja resgatada um pouco de sua história. Conforme apresenta Crúzio (2005), o primeiro registro que se tem de uma organização com princípios cooperativos data de 1844, em Rochdale na Inglaterra, quando um grupo de trabalhadores, demitidos de seus empregos, criaram um armazém no qual comercializavam produtos para seu consumo, a fim de conseguirem, desta forma, garantir a sua sobrevivência. É preciso, no entanto, que se tenha clareza de que, apesar de serem os principais precursores do modelo cooperativo, os operários de Rochdale não foram os seus “inventores”, uma vez que já estavam sendo realizados diversos estudos em relação a esta temática naquele período. Pinho (1980, p. 22) afirma:

Nenhum movimento social de relevante importância, surge sem a caracterização das teorias e difusão das ideias e, não é justo, creditar-se exclusivamente aos pioneiros de Rochdale a formulação do ideário cooperativista e a normatização dos princípios que deram base à doutrina do movimento.

Desta maneira, tem-se que o movimento cooperativo não possui um idealizador, foi concebido a partir da visão dos indivíduos marginalizados pelo processo de revolução industrial, como uma maneira de conseguirem sobreviver ajudando uns aos outros. Ao analisar o início da visão cooperativista a partir desta perspectiva, e já imersa nos estudos vinculados ao cotidiano, me veio à mente a ideia de cotidiano inserida neste processo de implementação do modelo de cooperação. Pessoas que de certa maneira resistem ao modelo imposto e, mesmo não conhecendo as teorias que a permeiam criam a primeira cooperativa de que se tem notícia.

No Brasil, o conceito de organização cooperativa surgiu em meados de 1888, pois havia necessidade de mudança estrutural a partir da abolição da escravatura. Os modelos de cooperativas, no início de sua implantação em nosso país foram diversos, no entanto, por volta de 1906 surge a primeira atividade cooperativa vinculada às atividades agrícolas. Conforme salientado por Gawlak e Ratzke (2010), tais cooperativas foram idealizadas por imigrantes alemães, holandeses, italianos, poloneses e japoneses, entre outros, que trouxeram em sua bagagem os conceitos de atividades realizadas por meio da cooperação. Inicialmente, em virtude de sofrerem preconceito por parte dos brasileiros, estas cooperativas eram restritas a membros de determinadas culturas. Desta maneira, além do auxílio mútuo eles também tinham a possibilidade de manterem em sua convivência os traços culturais e tradições de seus países de origem.

Diante de tais pressupostos, o conceito de gestão cooperativa foi se fortalecendo e sendo ampliado no Brasil e hoje é responsável por grande parte da movimentação econômica do país, ainda que muito pouco dos motivos pelos quais as cooperativas foram instituídas se mantenha em sua forma de atuação contemporânea. Em nosso país, as organizações cooperativas seguem uma legislação específica, Lei 5.764/71, que trata da Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas, a qual conceitua as organizações com esta estrutura da seguinte forma: Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados. Ou seja, são organizações formadas por indivíduos com interesses comuns que buscam maximizar os resultados de suas atividades através desta forma de gestão específica.

A partir da obtenção de resultados positivos em suas primeiras atuações e, diante de seu amplo desenvolvimento, as organizações com base na cooperação adquiriram espaço cada vez maior na economia brasileira, tendo se destacado em diferentes frentes, como cooperativas de crédito, consumo, trabalho, agropecuárias e agroindustriais, habitacionais, de

produção, saúde, educação, entre outras. Neste trabalho abordo especificamente as cooperativas agropecuárias e agroindustriais que, conforme afirma Crúzio (2005), caracterizam-se por serem formadas por produtores que objetivam a comercialização de sua produção, o beneficiamento e revenda aos consumidores.

Fator relevante também que caracteriza a gestão cooperativa, diz respeito aos princípios que regeram as suas atividades imediatamente após sua concepção. Tais princípios fundamentaram a gestão cooperativa durante longo período. Entendo, no entanto, que as mudanças econômicas e sociais e o franco predomínio do capitalismo não permitem mais que tal visão seja mantida. Assim, apesar de muitos teóricos, convenientemente, ainda apresentarem estes como sendo atualmente os princípios cooperativos e de maneira ainda mais conveniente, as cooperativas também os apresentarem como sendo o que fundamenta as suas atividades, na prática não se tem observado tal realidade. Vou apresentar os princípios da atuação cooperativa, a fim de que esta discussão possa ser entendida e, posteriormente ampliada. Descrevo, desta maneira, os princípios de gestão cooperativos a partir do que dispõem Crúzio (2005):

O primeiro princípio é o da adesão voluntária e livre que tem por base o conceito de que qualquer pessoa, independentemente de posição social, fatores culturais, religiosos ou raciais, dispostas a assumir as responsabilidades provenientes das atividades cooperativas podem passar a fazer parte desta sociedade. Para garantir que tal princípio seja atendido, são determinados critérios a fim de identificar se os objetivos que o potencial associado deseja alcançar são compatíveis com os estabelecidos pela organização. Este é o julgamento concedido para a permissão ou não da entrada de novos sócios, outros critérios como os acima mencionados não são autorizados.

Na sequência, tem-se o princípio do controle democrático pelos sócios, no qual se afirma que os sócios possuem o direito de auxiliar ou até mesmo gerenciar as organizações cooperativas e, portanto, participam de maneira ativa dos processos de estabelecimento de metas e nas tomadas de decisão. Este princípio está vinculado ainda à autogestão das cooperativas, a partir da qual os próprios associados exercem o papel de gestores, eliminando assim as relações empregado-empregador. Desta maneira, todos os sócios passam a ter consciência de sua responsabilidade em relação aos resultados alcançados

Após é conceituado o princípio da participação econômica dos sócios. Este princípio estabelece que são os sócios quem contribuem equitativamente e controlam o capital de suas cooperativas. Desta maneira, são os associados, de maneira consensual, através das assembleias gerais, quem definem no que deverão ser investidos os recursos provenientes de

possíveis sobras de capital das cooperativas. Esta perspectiva assegura aos associados o controle de sua participação econômica na cooperativa, bem como a participação efetiva nas decisões relativas aos investimentos a serem realizados pela mesma. Os conselhos fiscais estabelecidos pelas cooperativas atuam no sentido de fazer com que os recursos sejam efetivamente aplicados a partir das decisões dos associados.

O quarto princípio cooperativo é de autonomia e independência que prega serem as cooperativas organizações de ajuda mútua e que devem ser controladas por seus membros. Desta forma, mesmo que a cooperativa receba investimentos externos, deve ser preservado o controle dos sócios a fim de garantir a sua autonomia. Tal princípio possibilita que a cooperativa firme convênios com órgãos financiadores externos, sem que seja afetada a sua autonomia enquanto empresa para a tomada de decisões.

Outro princípio que determina como devem ser desenvolvidas as ações nas cooperativas é o de educação, treinamento e informação. A cooperativa possui a partir de sua conotação social a atribuição de possibilitar o desenvolvimento de seus associados, o que é realizado a partir de programas de educação e treinamento. Via de regra esses programas demonstram ao seu público alvo os benefícios da cooperação, com o objetivo de motivá-los a fim de que se mantenham na cooperativa.

As cooperativas atuam ainda baseadas no princípio da cooperação entre as mesmas. Este princípio se fundamenta na ideia de que ao trabalharem de maneira conjunta as cooperativas possuem maior capacidade de atender aos anseios de seus associados, uma vez que formam estruturas locais, nacionais, regionais e, até mesmo internacionais. Esta maneira de organização cooperativa as fortalece e possibilita que tenham maior respaldo diante do mercado em que atuam.

A preocupação com a comunidade também fundamenta a atividade cooperativa. Este princípio estabelece que as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros. Desta maneira, as cooperativas trabalham de maneira muito próxima à comunidade a qual pertencem, fortalecendo os vínculos entre ambas.

Ainda em relação aos princípios, são apresentados: o de um homem um voto, que estabelece que cada associado, independentemente do número de cotas que possui, tem direito a apenas um voto nas tomadas de decisões da cooperativa e também o princípio do retorno das sobras, este apresenta que por não ter finalidade de lucro, as eventuais sobras financeiras das cooperativas são divididas da seguinte maneira: um percentual – definido pela assembleia geral de sócios – é repassado ao fundo da instituição para investimentos futuros. O restante é

livremente dividido entre os associados, de acordo com o seu percentual de participação na cooperativa.

Sei que esta discussão acerca dos princípios é um tanto quanto estanque, diferenciando-se do exposto neste estudo. No entanto, considere relevante apresentá-los a fim de que se possa traçar um paralelo entre o inicialmente projetado para a gestão cooperativa e o que efetivamente vem ocorrendo. No contexto social em que vivemos, o ideal comunitário de partilha, solidariedade e mútuo auxílio não encontra mais espaço. Diante disso, as cooperativas que em sua origem representavam uma alternativa ao sistema capitalista, hoje representam uma alternativa dentro do sistema, uma vez que as mesmas vem galgando espaços cada vez maiores em diversos setores da economia.

Desta maneira, posso afirmar que as ênfases das cooperativas atuais, assim como das demais empresas, são maximizar seus resultados econômicos e se manterem competitivas no mercado. Pinho (1982), já acenava para essa realidade ao afirmar que o movimento cooperativo tendeu ao desvirtuamento por conta deste novo modelo cooperativo que se apresenta, no qual estas instituições abandonaram o modelo social em favor do econômico. Desta forma, estas deixaram de ser associações de pessoas em busca de um objetivo comum e passaram a ser complexas organizações sociais.

Diante disso, Pinho (1982, p.66) apresenta uma visão interessante, que retrata a cooperativa como empresa e o papel que o associado assume nesta concepção:

Como associado-empresário-usuário racional, o cooperado renuncia a uma parte de sua autonomia e de seu poder para se unir cooperativamente a outros empresários, submetendo-se aos princípios de igualdade e da gestão democrática, bem como à formação de um patrimônio ou acervo de utilidade coletiva, mas impartilhável entre os associados. Aceita limitações, à sua decisão pessoal, impostas pelas assembleias gerais de cooperados, em troca de determinadas vantagens, tais como: redução de custos, economia de escala, ampliação do mercado, defesa de sua produção ou de sua atividade profissional, realização solidária de empreendimentos que transcendem o âmbito de sua capacidade técnica e financeira e aumento de serviços econômicos e sociais, à sua disposição, etc. Em todas essas situações, entretanto, o cooperado não está interessado com a reforma moral do homem, a correção de distorções ou a mudança do sistema em que vive. Está apenas interessado em realizar sua atividade econômica com mais eficácia, e, é neste sentido que busca a ação cooperativa. Esse enfoque da cooperativa como técnica organizatória eficaz na promoção do desenvolvimento socioeconômico passa a se tornar significativo, sobretudo nos últimos anos. Então, paralelamente ao cooperativismo de inspiração rochdalena, desenvolve-se um “cooperativismo sem Rochdale” na acepção doutrinária, que utiliza a cooperativa como técnica empresarial.

O que se percebe, desta maneira, é que as cooperativas atuais estão se distanciando largamente de suas raízes. Atuam a partir dos princípios instituídos para as cooperativas em sua concepção, no entanto, na execução de suas atividades e posicionamento de mercado, não mais se distinguem das empresas capitalistas tradicionais.

3.2 A atuação das cooperativas contemporâneas

As cooperativas, no que concerne a seu princípio de atuação, em tese, diferem-se das organizações tradicionais tanto em sua constituição, quanto em seus objetivos. Isto se dá porque as duas formas organizacionais citadas estão inseridas em ambientes diferentes, uma vez que, enquanto estas têm por objetivo apenas a maximização de resultados a partir da gestão, aquelas devem também pensar e promover ações a partir de uma perspectiva social. Conforme afirma Schneider (1981, p. 32):

O cooperativismo surgiu, historicamente, como um sistema formal, porém simples, de organização de grupos sociais com objetivos e interesses comuns, estando o seu funcionamento amparado, basicamente, nos princípios da ajuda mútua e do controle democrático da organização pelos seus membros. Daí o caráter sui-gêneris desse tipo de organização, da qual os associados seriam, ao mesmo tempo, proprietários e usuários.

No entanto, o universo do capitalismo se instaurou de maneira incontestável, sobrepondo-se totalmente a esta ideologia proposta pelo modelo cooperativista. Ainda que hoje se possam encontrar as chamadas cooperativas de resistência, que buscam manter os propósitos socialistas, estas são franca minoria, diante das demais. Assim, o que se pode perceber são elementos dos princípios originários das cooperativas em algumas dessas instituições, porém, mesmo nas cooperativas de resistência esta proposta não é levada a cabo em sua totalidade, uma vez que, conforme corrobora Novaes (2011), para que os princípios cooperativos pudessem ser utilizados em sua totalidade, haveria necessidade de uma revolução na sociedade. Desta maneira, as cooperativas passaram a atuar nos mesmos moldes das empresas capitalistas tradicionais, visando lucro e crescimento econômico.

Volto-me agora ao contexto brasileiro para falar do modelo cooperativo que aqui se instaurou. De acordo com Serra (2009), no Brasil, as cooperativas vinculadas ao setor agrícola

passaram a crescer na exata proporção das vantagens financeiras que tiveram condições de oferecer aos associados, ficando relegados a segundo plano aspectos de cunho social e ideológico. Tal realidade é formada tendo em vista que as cooperativas brasileiras nasceram com um propósito diferente dos princípios socialistas já ressaltados. Aqui, desde a concepção, as cooperativas atenderam a interesses do Estado, uma vez que eram por ele fomentadas. Desta maneira, as atividades cooperativas não eram iniciativa dos trabalhadores, mas do interesse estatal. O mesmo autor salienta ainda que as cooperativas se tornaram um poderoso instrumento nas mãos do Estado, ainda que as ações por elas desenvolvidas não estivessem de acordo com as necessidades de seus associados.

Entendo, desta maneira, que a partir de tal realidade as cooperativas passam a desempenhar o papel de empresa capitalista, nas quais o que importa são os interesses econômicos. Como afirma Schneider (2012), as cooperativas, assim como outras empresas devem basear as suas atividades na racionalidade econômica, bem como possuir objetivos claros para serem alcançados. Estes fatores estão vinculados ao grau de maturidade e capacidade de organização e planejamento da empresa. Logo, é possível afirmar que a cooperativa visa o lucro.

No entendimento de Serra (2009), este novo modelo de cooperativa se estabelece a partir das mudanças ocorridas no processo de produção agrícola. O autor salienta que antes deste processo de mudança as cooperativas mantinham a sua atuação mais próxima do modelo original. “Na nova fase, ao contrário, ao se consolidarem como grandes empresas híbridas acabaram se distanciando de suas bases sociais gerando, como consequência, uma série de ambiguidades que vão caracterizar sua nova forma de atuação” (SERRA, 2009, p. 144-145).

Com o crescimento das empresas cooperativas, as mesmas passaram a desempenhar atividades que vão além de apenas possibilitar aos associados melhores condições para a comercialização de seus produtos. Muitas delas passaram a atuar em atividades industriais. A partir dessa realidade, a importância do associado foi minimizada, uma vez que a empresa utiliza-se de integração vertical e terceirização para manter o pleno funcionamento de suas unidades.

Ao operar com associados, terceiros e integrados, as cooperativas transformam-se em empresas híbridas, cuja evolução depende de quesitos como representatividade e fidelidade do quadro associativo. Paralelamente, comportam-se como organizações que, no âmbito da restrita atuação junto aos associados, podem não assumir o lucro como meta, vestindo desta forma a camisa ideológica do sistema cooperativista, onde, no lugar do "lucro", "sobra" constitui o termo mais adequado; mudando-se para os outros

segmentos que atende, no entanto, o lucro passa a ser vital para a atividade econômica que desempenham (SERRA, 2009, p. 150).

Um fator que pode ser facilmente percebido, desta maneira, é o crescimento vertiginoso das cooperativas no contexto agroindustrial. No entanto, não se percebe o desenvolvimento do associado na mesma proporção. Ora, se o associado, de acordo com os princípios cooperativos, é o dono do negócio, que fatores poderiam justificar tal descompasso?

A partir de tais considerações posso perceber de maneira clara que das cooperativas em atuação no mercado atual, poucas são as que ainda buscam sustentar em algum ponto os fundamentos sociais que as originaram, acredito, porém, não haver nenhuma delas que consiga adequá-los totalmente à sua realidade. No entanto, o que mais me causa preocupação é o fato de perceber que grande parte delas está, em suas práticas, totalmente afastada de tais origens e, ainda, como grande parte da literatura que aborda a questão das cooperativas nos faz acreditar que o ideal fundamentado pelos trabalhadores de Rochdale ainda está presente nas cooperativas atuais.

4 ESTRATÉGIA DA PESQUISA: QUE CAMINHOS ME LEVARAM A ENCONTRAR O QUE PROCURAVA NO COTIDIANO?

O cotidiano, como vimos, é constituído a partir das inventividades, das maneiras de fazer daqueles que invariavelmente são deixados à margem nas pesquisas realizadas no campo da administração. A perspectiva do cotidiano, como aponta Certeau (2000, p. 17): “Trata-se de esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as maneiras de fazer”. Foi a partir dos ruídos, ou seja, das atividades que são exercidas no dia a dia das feiras que busquei entender como este cotidiano é construído.

Quando falo em construção, imagino este dia a dia sendo fabricado silenciosamente, a partir de ações comuns, de “histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* do cotidiano” (CERTEAU, 2000, p. 46). Entendo e vejo o cotidiano, portanto, sendo feito pelos praticantes como um trabalho de *patchwork*, no qual, peças de diferentes tamanhos vão se encaixando no dia a dia, formando uma obra de arte que, na maioria das vezes não é percebida ou pesquisada. Trata-se de ações silenciosas, astuciosas que compõem a obra do fazer cotidiano. Neste estudo, adentrei ao cotidiano da feira livre desenvolvida pela COPERAFA e convido o leitor a vir comigo. Para isso gostaria de dizer a você quais os caminhos percorridos. Estes caminhos se referem às estratégias de pesquisa que utilizei para desvelar as ações cotidianas desenvolvidas na feira mencionada.

A fim de poder compreender como se dão os estudos voltados à administração, é importante entender alguns conceitos que delineiam esses estudos. Utilizarei aqui o conceito apresentado por Godoi, Mello e Silva (2010, p. 23), que afirmam:

Quando os fatos investigados dizem respeito à estrutura e à dinâmica do mundo natural, constituem o objeto das ciências naturais ou físicas; quando envolvem o ser humano ou a sociedade, constituem o objeto das ciências humanas ou sociais.

A administração, desta maneira, por se tratar de estudos que envolvem o ser humano e a sociedade, faz parte do grupo das ciências sociais. No entanto, de acordo com os mesmos autores, ela pode ser vista a partir de diferentes aspectos, uma vez que por um lado é reconhecida como ciência social, porém, sua vertente clássica sofreu forte influência da engenharia, bem como, das ciências físicas (GODOI; MELLO; SILVA, 2010). No entanto, mesmo tendo esta forte influência e, conseqüentemente, ter diversos estudos do campo administrativo voltados para fatores quantitativos, pode ser identificada uma mudança de

contexto nos últimos anos, uma vez que estudos de base qualitativa vem, gradativamente, ampliando o seu espaço nas pesquisas voltadas à administração. Conforme afirma Sousa (2011, p. 186), na perspectiva de pesquisa contemporânea, essa lógica positivista de investigação tem sido cada vez mais abandonada pelos pesquisadores das Ciências Sociais. A partir disso, a abordagem qualitativa vem merecendo maior destaque nos estudos organizacionais, a partir dos quais os sujeitos passam a ser vistos como construtores da história.

A fim de desvendar o contexto organizacional da COPERAFSA, bem como as micropráticas cotidianas desenvolvidas pelos indivíduos que nela atuam, realizei uma pesquisa que, em relação à sua natureza classifica-se como qualitativa. Para Vieira (2013, p. 15):

o conceito de pesquisa qualitativa expressa pluralidade. Traduz um campo heterogêneo que envolve diferentes abordagens, com o uso de técnicas, procedimentos e recursos sob diferentes concepções filosóficas e metodológicas que procuram investigar, interpretar e explicar o mundo social.

Godoy (1995), por sua vez, destaca que o foco dos estudos qualitativos parte de interesses amplos que vão sendo desenhados no decorrer do processo da pesquisa. A referida natureza de estudo advém da obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, através do contato direto do pesquisador com o ambiente a ser estudado. Desta forma, o mesmo procura compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos participantes da situação em estudo. Como definem Minayo *et al.* (1995, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, considero que a pesquisa por mim realizada não poderia possuir diferente natureza, tendo em vista que como anteriormente apresentado, a dimensão do cotidiano é, por vezes silenciosa e se faz a partir das ações diárias dos indivíduos. Estes fatores, eu não poderia apresentar graficamente ou com base em resultados quantificáveis, mas através da realidade vivenciada na feira, bem como pela procura de significados a partir de tal contextualização. Conforme salienta Flick (2004, p.21), na pesquisa de natureza qualitativa os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e

totalidade em seu contexto diário. O mesmo autor apresenta ainda outros aspectos essenciais da pesquisa qualitativa:

[...] consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos (FLICK, 2004, p. 20).

Percebo, desta maneira, que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador maior inserção em campo, uma vez que no processo de análise o mesmo não se restringiu a verificar e traduzir resultados numéricos, mas foi preciso compreender a realidade pesquisada, inserir-se nela e dela extrair o que se pretendia apresentar como resultados da pesquisa realizada.

Quanto à tipologia, a pesquisa é classificada como descritiva. Para Vergara (2007), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. No presente estudo, descrevi de que forma as ações desenvolvidas no cotidiano dos pequenos produtores participantes da feira no município de Nova Aurora – sede da COPERAFA – influenciam e são influenciados pela gestão formal da cooperativa.

Sei, porém, que em estudos realizados com o cotidiano, não há possibilidade de o pesquisador se manter desvinculado do seu lócus de pesquisa, uma vez que é fundamental que o mesmo esteja inserido no ambiente em que se processam as atividades a serem analisadas. Diante desta perspectiva, Victorio Filho (2007, p. 101) afirma:

No espaço e no tempo da pesquisa no/do cotidiano, nos quais a interrogação dos sentidos que damos à pesquisa é permanente, não há refúgio teórico nem prático que separe os olhos dos que veem daquilo ou daqueles que são vistos. Em outras palavras, penso que, em qualquer pesquisa nessa órbita, o pesquisador é inexoravelmente inseparável daquilo que investiga.

A partir de tal conceito, entendo que não há possibilidade de o pesquisador do cotidiano se manter isento em relação ao objeto pesquisado. Também não considero ser possível neste formato de pesquisa executar um planejamento detalhado de tudo o que se procurará encontrar na análise, uma vez que o cotidiano é também o invisível, o silencioso, assim, é preciso ter olhos atentos para ver o que ocorre no dia a dia dos indivíduos e que se diferencia, trazendo à tona a riqueza do cotidiano. Diante disso, Johnson *et al.* (2007) afirmam que a realização da pesquisa sobre estratégia organizacional sob o aspecto das práticas sociais, torna necessária a riqueza no processo de observação, através da associação entre o sujeito de pesquisa, lócus de trabalho e pesquisador. Tem-se desta forma, ser de

extrema relevância o contato direto e frequente do pesquisador no ambiente em que a pesquisa será realizada.

Para tanto, o uso da etnografia é defendido na realização deste tipo de estudo. A etnografia consiste em um método no qual ocorre a familiarização do pesquisador com a cultura que será estudada, através da observação e de uma longa interação social com o grupo (GODOY, 1995). No entanto, em virtude da limitação de tempo para a realização do estudo ora proposto, não houve possibilidade de utilização do método etnográfico. Desta forma, utilizei a observação participante, um dos instrumentos de que se vale a etnografia, para a execução desta pesquisa.

De acordo com Serva e Jaime (1995), a observação participante ocorre em uma situação de pesquisa na qual observador e observado ficam frente a frente e o processo de coleta de dados ocorre no ambiente natural de vida dos observados. Estes deixam de ser vistos como objetos de pesquisa, mas são vistos como sujeitos em interação para um dado projeto de estudos. A partir deste contexto, tem-se que na observação participante o pesquisador passa a fazer parte do cotidiano dos sujeitos a serem pesquisados, até mesmo desempenhando tarefas do dia a dia dos mesmos, com o intuito de entender profundamente o ambiente em que os mesmos atuam, buscando responder aos objetivos propostos na pesquisa. Tal aspecto é corroborado por Flick (2004, p. 152) ao afirmar:

Os aspectos principais do método consistem no fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, de ele observar a partir de uma perspectiva de membro, mas, também, de influenciar o que é observado graças à sua participação.

A relevância deste tipo de pesquisa é apresentado por Moscovici (*apud* CAVEDON, 2008), ao assegurar que a utilização da observação é fundamental para os estudos da realidade social, uma vez que a experimentação já não consegue mais dar conta da complexidade que permeia este universo. Desta maneira, entendo que a partir da observação participante é possível ao pesquisador, através do contato direto com os pesquisados, captar particularidades que não seriam possíveis de serem percebidas em pesquisas de cunho quantitativo.

Diante disso, é preciso ter clareza de que na observação participante, os fenômenos não podem ser registrados através de questionários ou entrevistas, por exemplo, pois os mesmos devem ser percebidos no momento em que acontecem. Desta forma, a observação participante visa captar aspectos de certa maneira ocultos nas práticas e reações dos indivíduos. Como afirmam Kaplan e Maxwell (1994), o objetivo de entender o fenômeno do ponto de vista do participante e em um particular contexto social e institucional é altamente

dispersado quando dados textuais são quantificados. Isto se dá, pois as pessoas estão constantemente criando e recriando a sua realidade. Assim, de acordo com Cavedon (1999), o pesquisador deve infiltrar-se no cotidiano, na cultura dos observados. Logo, a observação participante torna-se capaz de permitir a apreensão da realidade de forma mais condizente com as configurações que compõem determinado agrupamento social.

A partir de tais considerações é possível que alguém pense que a observação participante permite tal integração entre pesquisador e pesquisado, e por isso não seja relevante para a mesma um embasamento teórico sólido, fazendo parecer sob este aspecto que se trata de um procedimento pouco sério. É preciso deixar claro, portanto que tal visão em relação ao método é equivocada, conforme destacam Serva e Jaime (1995):

Como se pode depreender até aqui, a opção pela utilização da observação participante dá primazia à experiência pessoal vivida no campo, evitando o aprisionamento do pesquisador em apriorismos. Por outro lado, isso não significa, em absoluto, que não se disponha de quadros referenciais teóricos sólidos. Estes se constituem, inclusive, numa das condições básicas para a boa implementação da metodologia.

Desta maneira, considerei ser a observação participante o instrumento adequado para a realização deste estudo. O seu desenvolvimento se deu a partir de minha inserção no ambiente da feira desenvolvida pela COPERAFA, no município de Nova Aurora-PR.

Este lócus de pesquisa foi escolhido uma vez que se buscava para o desenvolvimento do estudo um ambiente em que pudessem ser identificadas heterogeneidades no fazer cotidiano dos indivíduos que o compõem. Pesquisei e pensei diferentes possibilidades até identificar na COPERAFA as características que eu buscava. Isto se deu em virtude de se tratar de um ambiente formal – cooperativa – que possui, vinculada a si, a feira de pequenos produtores, em cinco municípios com diferentes características em relação a sua forma de atuação. O questionamento que me veio à cabeça inicialmente foi: como será que podem ser mantidas questões formais de gestão neste ambiente plural? Diante de tal pergunta, fui amadurecendo a ideia de pesquisar as ações individuais na feira vinculadas às formalidades, inevitavelmente, estabelecidas pela estrutura cooperativa.

Optei por realizar a observação participante na feira constituída no município de Nova Aurora, uma vez que, por ser a sede da cooperativa, entendo que possui mais contato com as questões formais estabelecidas pela gestão. Foram realizadas visitas periódicas à feira, nas quais procurei estreitar vínculos com os feirantes, e com os funcionários que lá atuam, a fim

de que tivesse abertura de espaço dos mesmos no intuito de conseguir alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

A partir dos contatos iniciais, busquei desenvolver atividades no ambiente da feira, atuando em diversas funções, conforme detalharei no próximo capítulo. Fiz isso porque acredito que quanto maior a interação do pesquisador ao espaço pesquisado, maior a riqueza dos dados que conseguirá coletar para posterior análise. Permaneci, portanto, imersa no ambiente da feira, de fevereiro a maio, até obter todos os dados necessários para chegar às respostas que eram buscadas, a partir dos objetivos estabelecidos.

Durante a realização das observações, os dados coletados foram transcritos em um diário de campo, uma vez que nos estudos relacionados ao cotidiano todos os detalhes são importantes. Pude perceber, claramente, que estão nos detalhes escondidas as riquezas da vivência cotidiana. Por vezes, frases ditas aleatoriamente, de maneira natural pelos frequentadores ou trabalhadores da feira, para mim adquiriam sentido extremamente relevante, uma vez que me direcionavam a respostas que ali eu procurava. Desta maneira, nenhum desses detalhes poderiam passar despercebidos, pois, como afirmam Rasche e Chia (2009), fatos empíricos, considerados insignificantes, formam construções reveladoras do comportamento dos indivíduos pesquisados.

Durante o período de realização das observações, foram realizadas, também, as entrevistas com os “fazedores” do cotidiano da feira. Desenvolvi treze entrevistas de história oral temática com os feirantes, a fim de poder compreender o processo de formação da feira; a maneira como os mesmos se relacionam com a cooperativa, no que diz respeito às regras estabelecidas, bem como, se consideram que a mesma atende a seus anseios. De acordo com Ichikawa e Santos (2006), na história oral temática busca-se a visão do entrevistado sobre um tema específico vivenciado por ele. Logo, trata-se de uma metodologia que prima por ser direta, através da determinação de um tema específico para análise. Acredito que para entender o contexto em que o cotidiano da feira é vivenciado hoje, faz-se necessário entender como se davam tais atividades no início de sua estruturação. Isto também será possibilitado através da história oral temática, uma vez que conforme apresenta Alberti (2008), a mesma pode ser conceituada como sendo o tipo de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

A partir de tal conceito, minha motivação maior foi buscar compreender a história a partir da visão dos sujeitos que fazem o cotidiano da COPERAFA, os feirantes. Histórias contadas, desta forma, por aqueles que, via de regra, não seriam ouvidos. Conforme salientam

Ichikawa e Santos (2006), a história oral tem privilegiado vozes esquecidas pela história oficial: os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários.

Por outro lado, considerei ser importante também ouvir os gestores da cooperativa, bem como as pessoas que participaram de sua constituição, e ainda hoje mantém vínculos com a instituição. Busquei, para isso, contato com os profissionais da EMATER a fim de “reconstruir” a história a partir dos diferentes indivíduos que a compõem. Duas entrevistas foram realizadas nesta instituição. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coletas de dados entrevistas semiestruturadas. Para Manzini (1990, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Tais questionamentos são conduzidos pelo entrevistador ou pesquisador, de acordo com o que deseja esclarecer a partir da mesma, sendo este o ponto diferencial desta forma de entrevista.

Sousa, (2011, p. 187) salienta que as entrevistas como fonte oral, proporcionam um tipo de evidência específica que, se bem conduzidas, podem render bons resultados às pesquisas. Desta maneira, a realização das entrevistas possibilitou identificar aspectos relevantes para a pesquisa. Pude ainda, a partir delas, compreender aspectos ocorridos em períodos anteriores à realização da pesquisa que foram importantes para a realização do estudo.

Procurei realizar tais entrevistas depois de já conhecer a realidade cotidiana da feira, a fim de enriquecer o processo de descoberta que tais conversas poderiam me proporcionar. Tomei este cuidado pois, a partir do entendimento do dia a dia da feira e dos feirantes, ficou mais fácil desenvolver as questões a fim de que pudesse, a partir delas chegar às respostas necessárias para este estudo. Assim, as entrevistas me auxiliaram para uma melhor compreensão da dinâmica estabelecida “formalmente” para o fazer feira, que pode ser de certa forma, comparada com as atividades desempenhadas pelos indivíduos cotidianamente. Realizei, portanto, em primeiro momento as entrevistas de história oral temática com os feirantes, para depois passar a conversar com os gestores e responsáveis pelos demais órgãos que fizeram e fazem parte da constituição e continuidade das atividades da COPERAFA.

As entrevistas de história oral com os feirantes não eram previamente agendadas, ocorriam quando os mesmos vinham trazer os seus produtos para comercialização, geralmente após uma conversa informal que mantinha para me tornar mais próxima a eles e facilitar o

diálogo no momento da “entrevista formal”. Já com os representantes da EMATER, as conversas foram previamente agendadas.

Outro elemento metodológico utilizado neste estudo é a análise documental. Considero que, mesmo tendo uma história relativamente curta – a cooperativa foi fundada em 2006 – informações relevantes podem acabar se perdendo se para o estudo de fatos anteriores a pesquisa forem considerados apenas as entrevistas. Sousa (2011, p. 187) salienta que ao lidarmos com o passado, sempre procuramos interpretá-lo com o olhar de hoje. Outro fator pelo qual considere ser importante a utilização de documentos é que, por vezes, ao olhar para o passado, o mesmo é contado a partir do que este considera ser importante, ou da forma como gostaria que tivessem ocorrido os fatos. Para tanto, busquei subsídios documentais para a realização deste estudo.

Utilizei-me também para compreender a forma como as atividades são desempenhadas e as motivações dos feirantes e das instituições que estão “por trás” da estrutura cooperativa, de revistas específicas que trazem reportagens sobre os pequenos produtores da COPERAFA. Acessei ainda sites do município periodicamente para ver se eram vinculadas reportagens sobre a cooperativa que pudessem também trazer respostas, principalmente sobre a maneira como é trabalhada a estrutura formal da mesma. No entanto, percebi que as mesmas informações que estavam nos sites quando iniciei as pesquisas sobre a COPERAFA a fim de definir o meu lócus de pesquisa, continuam ainda hoje. Portanto, não há divulgação das atividades realizadas pela cooperativa através do meio eletrônico.

A partir destes instrumentos de coleta, entendo que consegui abranger o máximo de dados possíveis sobre o ambiente pesquisado. Acredito, no entanto, que simples técnicas, de maneira isolada, não poderiam fazer com que encontrasse tudo de que necessitava. Portanto, foi fundamental, durante o período que permaneci em campo, buscar criar empatia entre mim e os indivíduos que compõem a feira. Sabia que isso apenas ocorreria a partir do momento em que conseguíssemos falar a mesma língua. A partir disso, busquei não me posicionar na feira como alguém “superior” que está realizando um estudo, mas como se fosse também funcionária naquele ambiente. E assim, pude ir percebendo as peculiaridades daquele ambiente, para mim totalmente novo, uma vez que nunca havia tido contato acentuado com o ambiente do campo, tão presente nesta feira. É claro que isso também gerou algumas situações inusitadas que demonstrarei posteriormente.

A partir do exposto, para a compreensão dos dados obtidos, julguei ser a análise de discurso um método adequado. Tal concepção foi reforçada pela afirmação de Albino *et al.* (2010), que apresentam que para análise dos dados da observação participante é razoável que

o pesquisador se utilize da análise de discurso, bem como pela visão de Cavedon (2008, p. 111), a qual apresenta que a forma utilizada para se captar as representações tem sido através do discurso dos informantes.

Neste trabalho utilizei a análise de discurso (AD) a partir da escola francesa, que tem em Michel Pêcheux seu principal expoente. Para este autor, esta metodologia é de fundamental importância ao campo das ciências sociais, a fim de que olhem para o ambiente de maneira mais crítica, buscando perceber o que está além do que é dito através da linguagem. Para Orlandi (2011), as ciências sociais determinam os seus estudos visando atender a demandas sociais existentes, sem buscar alteração desta realidade.

A análise de discurso tem por objetivo compreender o processo de construção do conhecimento da sociedade por meio da linguagem. De acordo com Orlandi (2013, p. 15), [...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Ou ainda, conforme salienta Cavedon (2008, p. 112), é cotejando-se os diferentes discursos individuais que se consegue chegar a uma análise final.

A linguagem como fonte de comunicação há muito vem sendo estudada, no entanto, nos estudos iniciais ela era tida como um elemento extremamente formal, tanto que se buscou criar programas de computador que pudessem decodificar todos os elementos da linguagem. No entanto, como afirma Orlandi (2011), um computador não pode tomar o lugar do ser humano no processo de leitura, e, principalmente, de interpretação da linguagem, uma vez que não se trata apenas de inserção de códigos para que se chegue a determinado resultado. A máquina não é capaz de perceber sentimentos expressos, que o homem entende perfeitamente, nem ideologias que estão por trás do discurso.

Este estudo da linguagem pode ser realizado de diversas formas. Quando se quer estudar a língua enquanto sistema de signos ou sistemas de regras formais, utiliza-se a linguística. Ao se pensar em como bem dizer, tem-se a gramática normativa (ORLANDI, 2013). A análise de discurso, por sua vez, visa mais do que o estudo da linguagem, nas perspectivas acima apresentadas, de acordo com Orlandi (2013, p. 15), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando.” Desta maneira, é possível perceber que quando se fala de análise de discurso, o que se pretende compreender é o sentido do que é dito, indo, portanto, além do que é falado.

Diante de tal conceito, percebo a análise de discurso como uma forma de ver além do que a linguagem é capaz de expressar de maneira lógica. Ou seja, é preciso compreender e levar em conta o processo de construção desta linguagem. Entender que as ideologias dos

indivíduos, bem como o seu posicionamento em determinado contexto interferem diretamente em sua fala, uma vez que estes são componentes fundamentais da linguagem. Desta maneira, é fundamental que o analista do discurso esteja atento a tais detalhes, analisando as relações existentes entre a língua, os indivíduos que a manifestam e as situações que são produzidas através desta relação. É preciso, portanto, buscar compreender o que está por detrás do que está sendo dito, quais são os conceitos que determinam os discursos dos indivíduos, tal qual se apresentam.

Para Pêcheux (1995, p. 159) “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”. Desta maneira, na análise de discurso, entende-se que o indivíduo, apesar de acreditar que sim, não é quem formula os seus próprios discursos. Os mesmos vêm atravessados por ideologias – o já dito – que interferem e até mesmo definem o que é dito pelos indivíduos no contexto em que atuam. Pêcheux (1997, p. 82) afirma:

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. [...] existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

O sujeito, portanto, é visto na análise do discurso a partir dos lugares que ocupa. Desta maneira, não produzem aquilo que querem, mas estão “subordinados” a padrões de regras que determinam o que e como se fala. Tal perspectiva está vinculada ao conceito de condições de produção, que, conforme salienta Mussalim (2005), caracterizam o discurso e evidenciam que determinadas formações discursivas remetem a outras para sua concepção.

Neste sentido, é importante ressaltar que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. De acordo com Pêcheux (1997), é impossível, portanto, analisar um discurso como um texto; é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

O autor apresenta ainda a questão do efeito metafórico. Citando Saussure, afirma que no interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente. Se uma palavra não existisse, todo o seu conteúdo seria transferido para os seus sinônimos. Assim, Pêcheux (1997), conceitua o efeito metafórico como o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que o deslizamento de sentido entre palavras é constituído pelos sentidos designado pelas mesmas.

O sentido daquilo que é dito, por sua vez, não existe em si, mas é influenciado pela posição ideológica presente no ambiente no qual o discurso é produzido. Para que possamos compreender tal afirmação, é necessário entendermos o conceito de formação discursiva. Pêcheux (1995, p. 160) a define da seguinte maneira:

Chamaremos então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.

Pode-se perceber desta forma que tudo aquilo que é dito pelos indivíduos e o sentido que o dizer provoca, tem por pressuposto a formação discursiva na qual os sujeitos estão inseridos. Assim, não são as palavras empregadas que devem ser tomadas como principal aspecto a ser analisado, mas sim as posições ocupadas pelos sujeitos que as enunciam, bem como o contexto em que se inserem. Isto se dá em virtude de que as palavras mudam de sentido, de acordo com a formação discursiva em que se inserem.

As formações discursivas “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). A formação ideológica, por sua vez, é conceituada da seguinte forma:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1997, p. 166).

As ideologias, portanto, adquirem papel primordial na formação de sentido do discurso. “Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. [...] O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca” (ORLANDI, 2013, p. 43).

Assim, para Cattelan (2012, p.17):

Por detrás da multiplicidade discursiva atestável, há uma formação discursiva nodal e um prisma avaliativo crucial que faz com que, por mais disperso que o sujeito pareça ser, ele é, no fim, orientado por um núcleo fundamental de formação que o obriga a vestir diferentes máscaras unificadas por uma só axiologia.

Esta perspectiva está relacionada com o que Pêcheux (1997, p. 168) chama de esquecimento número um, que o autor conceitua da seguinte forma:

Defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta “matéria-prima” se esvanecesse aos olhos do sujeito falante.

Para Alós (2012, p. 392), este se trata do esquecimento ideológico, no qual “o sujeito pensa ser a fonte do sentido quando, na verdade, ele apenas retoma sentidos já-ditos, a partir do trabalho que o inconsciente e a ideologia realizam sobre ele”.

Por outro lado, tem-se o que Pêcheux (1997) chama de esquecimento número dois, relacionado à enunciação. Para Orlandi (2013, p. 35), ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. É, portanto nesse ponto que se estruturam as sequências discursivas. Este esquecimento, conforme salienta Pêcheux (1997), está no nível pré-consciente/consciente, vinculado, portanto, à visão que os indivíduos tem de serem donos de suas falas, de que podem definir o que dizem “eu sei o que falo e como falo”, sem qualquer influência externa. Diante dessa visão, os sujeitos tem a ilusão de que podem definir o que será dito e quais os efeitos e sentidos que este discurso refletirá no ambiente em que for enunciado.

Para a AD, porém, os sujeitos não são “donos” de seu discurso, mas, reproduzem o que já é tido como verdade a partir de ideologias previamente estabelecidas. Orlandi (2013) corrobora com esta visão, ao afirmar que a partir do esquecimento número um – ideológico – o indivíduo tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na verdade, está apenas retomando sentidos preexistentes. A autora ainda afirma:

Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade (ORLANDI, 2013, p. 35).

Para Mussalim (2005), os sentidos são possibilitados a partir do discurso, ou seja, os sentidos se constituem à medida que se constitui o próprio discurso. Esta constituição não se dá aleatoriamente, mas está relacionada àquela prevista pela formação ideológica que rege um discurso.

Desta maneira, é fundamental que o analista do discurso esteja atento a tais detalhes, analisando as relações existentes entre a língua, os indivíduos que a manifestam e as situações que são produzidas através desta relação. É preciso, portanto, buscar compreender o que está por trás do que está sendo dito, quais são os conceitos que determinam os discursos dos indivíduos, tal qual se apresentam. No entanto, é preciso que o analista tenha clareza de que, conforme afirma Orlandi (2013, p. 26), “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. Assim, de acordo com a mesma autora, “a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 26). É primordial, portanto, perceber de que maneira o discurso se articula e por vezes manipula os indivíduos em suas práticas.

Desta maneira, procurei compreender a visão dos indivíduos imersos no cotidiano da feira livre, na COPERAFA, a partir de suas manifestações discursivas. Conforme aponta Silva (2005), com o estudo do discurso, o que se busca é apreender a prática da linguagem, ou seja, a fala dos indivíduos. A análise de discurso consiste, portanto, em um olhar para além do conteúdo. Logo, para realizá-la, foi preciso buscar apreender os aspectos explícitos no texto, mas também os que ficaram implícitos ou foram, por algum motivo silenciados. Procurei identificar ainda as figuras de linguagem presentes no texto, bem como os principais léxicos utilizados pelos enunciadores dos discursos, a fim de compreendê-los a partir do lugar de onde são proferidos. Busquei, portanto, compreender a língua enquanto trabalho simbólico, a qual dá sentido e constitui o indivíduo e sua história.

Considero importante salientar que utilizei nomes fictícios para identificar os indivíduos com quem mantive contato em campo e que me auxiliaram em todo o processo de coleta de dados. Confesso que esta questão me inquietou no processo de construção deste trabalho. Citar ou não os nomes das pessoas que contribuíram com o meu estudo? E, até mesmo, citar ou não o nome da instituição cooperativa na qual estava trabalhando? Tais questões vieram à tona, uma vez que alguns aspectos retratados nesta dissertação demonstram situações da cooperativa que, possivelmente não seriam enunciados se eu não estivesse imersa no ambiente, trabalhando com eles.

Tendo clareza de que o meu objetivo não era enaltecer, tampouco denegrir a imagem da instituição, mas fazer uma análise cuidadosa de como as ações cotidianas e os discursos se dão neste ambiente, decidi que seria importante explicitar o nome da instituição. Para tanto, solicitei ao gestor da feira que assinasse um termo de consentimento do uso do nome da cooperativa para este estudo. Por outro lado, para evitar possíveis atritos pessoais na

cooperativa, optei por não revelar os nomes daqueles que, de alguma maneira, me auxiliaram no processo de construção deste trabalho, uma vez que, em nossas conversas, tanto informais, quanto nas entrevistas realizadas, os mesmos tinham liberdade para expressar suas posições, desta maneira, surgiram elogios à atuação da cooperativa, mas também críticas. Portanto, considero prudente a não divulgação de seus nomes.

Tenho consciência de que, ao indicar as funções que alguns exercem, sua identificação fica facilitada. Os cargos que ocupam, bem como a instituição à qual pertencem – quando não se tratarem de produtores rurais – serão por mim apresentadas, uma vez que a análise a partir do lugar de onde o sujeito fala é importante para entender o universo do cotidiano e os discursos enunciados, conforme apresentado anteriormente.

São estes, portanto, os instrumentos dos quais me utilizei para adentrar ao universo do cotidiano da COPERAFA. A partir deles procurei desvendar a riqueza escondida em suas atividades rotineiras, cotidianas. Entendo que em um estudo como o que ora apresento, o pesquisador não sai de cena, ao contrário, está sempre agindo. Logo, seja pelas considerações de campo ou pela escolha dos discursos a serem analisados, a minha imagem fica presente em todos os momentos. Desta maneira, optei por não separar as seções de apresentação e análise de dados. Assim, a minha voz se mistura à voz dos produtores feirantes, funcionários da cooperativa ou representantes da EMATER, através da apresentação do que encontrei em campo. Espero, portanto, que o leitor me acompanhe nesta empreitada e possa, a partir de minhas palavras compreender como se dão as invenções da vida cotidiana nesta feira.

5. PERCORRENDO O CAMINHO: AS INVENÇÕES COTIDIANAS NA COPERAFA

Enfim chegou a hora da imersão no ambiente da feira livre, através do trabalho na COPERAFA. Foi preciso observar, analisar, interpretar e buscar compreender cada detalhe das ações tomadas pela cooperativa. Logo, o meu foco não estava nos produtos lá comercializados, mas sim nos gestos, palavras e ações daqueles que de alguma maneira estão vinculados ao dia a dia da feira. Para possibilitar tal entendimento, nada melhor do que acompanhar as atividades, não apenas pela observação, mas atuando, “colocando a mão na massa”. Assim, através das conversas, do trabalho e da convivência com os funcionários da feira e com alguns dos produtores cooperados, pude identificar maneiras de fazer, práticas cotidianas, estratégias e táticas de atuação que ora passo a apresentar.

Nova Aurora, distante 115km de Quatro Pontes, onde vivo, foi o local escolhido para a realização de meu estudo. Conforme apresentado no *site* do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada é de 11.786 habitantes (IBGE, 2014). De acordo com o que consta no *site* oficial do município, esse teve a sua colonização induzida pela campanha getulista “Marcha para o Oeste”, na década de 1940. A população tinha nas plantações de café sua fonte de renda, as quais, em virtude das constantes geadas que afetavam a região, foram gradativamente substituídas por outras culturas. Ainda assim, a agricultura continua sendo o principal componente na economia do município. Busquei tais informações antes de ir à campo, para conhecer, ainda que de maneira incipiente, algumas características do local em que minha pesquisa seria desenvolvida.

Antes de ir até a cooperativa, entrei em contato por telefone, a fim de verificar a possibilidade da pesquisa e marcar um horário para o primeiro contato. De pronto, fui informada de que aceitariam que eu fizesse a minha pesquisa naquele espaço, mas que os gestores estavam de férias e, por isso eu deveria esperar que eles retornassem para iniciar os trabalhos em campo. Esta espera foi angustiante, afinal, tinha consciência de que o tempo seria curto para conseguir cumprir os prazos que me havia proposto. Porém, naquele momento, não havia outra alternativa, senão esperar. Prestes a iniciar minhas inserções em campo, haviam preocupações recorrentes: Será que conseguirei encontrar na cooperativa as respostas que procuro? Como conseguirei identificar os movimentos do cotidiano?

Enfim, chegou o dia de conhecer a feira. Minhas pernas estavam bambas, era a primeira vez que iniciava uma pesquisa em campo. Ao avistar a fachada da feira – que mostro

na figura 01 – que eu já conhecia pelas fotos expostas na internet, fiquei ainda mais nervosa. Fiquei sentada no carro por alguns minutos, para “criar coragem” de iniciar as minhas atividades em campo. Ao entrar, procurei pela funcionária com quem havia conversado por telefone anteriormente. Como ela havia se mostrado muito prestativa e eu ainda sofro com a timidez, busquei logo encontrar alguém que me fosse familiar, ainda que apenas a partir de alguns contatos telefônicos. Novamente muito prestativa, esta funcionária me acompanhou para conhecer um pouco dos produtos disponíveis na feira e foi me explicando como as atividades eram conduzidas, uma vez que o gestor da feira havia saído para uma reunião e demoraria a chegar. De pronto me chamou a atenção a receptividade dos que ali estavam e a disponibilidade que apresentaram para me permitirem acompanhar as suas atividades no dia a dia de trabalho da COPERAFA.

Figura 01 – Fachada da cooperativa



Fonte: Material de campo

Ao retornar à feira, o gestor logo me recebeu e, assim como a funcionária, foi muito atencioso. Me pareceu que já estavam habituados em receber pesquisadores em suas atividades. Essa impressão se confirmou posteriormente, ao me apresentarem, com orgulho, diversas matérias de revistas voltadas ao agronegócio, no qual suas propriedades eram destaque. É claro que o objetivo daqueles que vem à feira ou para as agroindústrias dos

produtores para fazer reportagens é diferente do meu, no entanto, para os produtores, pelos que pude perceber, éramos vistos de maneira similar.

Neste primeiro contato que tive com o gestor da feira procurei falar dos meus objetivos e da maneira como pretendia desenvolver a pesquisa. Ao falar que gostaria de trabalhar na feira, percebi certo ar de incredulidade do mesmo. Ele deu um sorriso e disse que eu poderia executar atividades na feira, chamou a sua esposa – que é também funcionária da cooperativa – com ar irônico pediu que trouxesse balde e rodo, pois eu iria trabalhar com eles. Logo percebi que teria que “provar” de alguma maneira a minha capacidade em desenvolver tarefas naquele ambiente. Procurei não demonstrar essa minha percepção e agi como se aquela atitude do gestor não tivesse me incomodado.

Após a “brincadeira”, continuamos conversando sobre a maneira como a cooperativa estava estruturada e me inquietou o fato de perceber que havia um movimento para desmembramento da cooperativa. Antes, porém, de continuar esta explanação, devo explicar o porquê desta minha inquietação. Um dos motivos que me levaram a escolher a COPERAFA para o desenvolvimento deste estudo foi o fato de se tratar de uma feira, constituída através da gestão cooperativa e que envolvia seis municípios. Logo, me interessou saber como se dava o fazer cotidiano a partir desta realidade. Inicialmente minha pretensão era estudar a feira nos diferentes municípios, mas já no exame de qualificação fui advertida de que não haveria tempo hábil para tanto. Desta maneira, defini que meu foco seria o município de Nova Aurora, sede da cooperativa, onde, acreditei que poderia compreender a maneira como ocorria a gestão de todas as feiras.

Retomando o meu diário de campo, percebi o quanto aquela informação me inquietou. Em minhas anotações questioneei: "Por que ocorre esse processo de desmembramento? O que, depois de oito anos de funcionamento da feira desta maneira, faz com que haja esse desejo de mudança? Existem relações de poder envolvidas nesse processo?" A partir de tais questionamentos – que não foram explicitados ao gestor naquele momento – me propus a buscar respostas, uma vez que o cotidiano, como mencionado, se faz também através das resistências e das relações de poder. Seriam estes fatores que interferiram no relacionamento entre os diversos municípios? Em meu entendimento, a partir de minha vivência na feira essas respostas foram encontradas, o que demonstrarei com mais ênfase posteriormente.

Este primeiro dia na feira foi de conversa, uma maneira de me ambientar ao local que iria passar a frequentar constantemente nos meses subsequentes. As semanas posteriores foram de trabalho. Atuei em diferentes setores, trabalhei como empacotadeira, repositora, ajudei no açougue, auxiliiei na recepção das mercadorias que os feirantes traziam, bem como

na separação de alimentos para o atendimento dos pedidos realizados através dos programas governamentais PNAE³ e PAA⁴.

Nos primeiros dias após a minha inserção em campo, havia certo receio de minha parte para realizar qualquer atividade sem que me pedissem para fazê-lo. Também percebia que os trabalhadores da feira não ficavam à vontade para me repassar tarefas. Eu, pois, pensava que poderia, de certa forma, atrapalhá-los e eles – conforme me disseram tempos depois – pensavam que eu era uma pesquisadora, aluna de mestrado, e não deveria estar ali trabalhando, mas apenas observando o que eles faziam. Esse estranhamento perdurou nas primeiras três semanas em campo, depois, conforme destaquei em meu diário de campo, me sentia mais confortável para chegar e logo iniciar as atividades na feira, bem como, percebi também uma mudança de postura dos funcionários e do gestor, pois tentei demonstrar a eles, através das minhas atitudes, o quanto era importante para mim, poder trabalhar com eles.

Em virtude da necessidade, que eu havia me imposto, de demonstrar a minha capacidade de trabalhar, procurava fazer tudo muito rápido e, apesar de ter de carregar pesados sacos de batata, tomate, cebola, entre outros produtos, tentava não demonstrar cansaço. No entanto, o sentia de maneira intensa, pois essas atividades não faziam parte do meu dia a dia e meu corpo não estava habituado a realizá-las. Até hoje não sei se consegui “disfarçar” bem, nunca me disseram nada ou tiraram "sarro" em relação a isso. No entanto, não sei quais eram os comentários quando eu não estava lá.

A fim de poder compreender o funcionamento da feira de forma abrangente, optei por não definir um dia para ir à Nova Aurora. Assim, em uma semana ia na segunda em outra na terça, etc. Em algumas semanas ficava na cidade por dois ou três dias para entender a continuidade das atividades. Conforme fui percebendo as especificidades da feira nos diferentes dias, fui escrevendo sobre elas em meu diário de campo.

Os dias de movimento mais intenso eram terça, quinta e sábado, uma vez que nesses dias grande parte dos produtores trazia os seus produtos para abastecer a feira. Na terça havia ainda a separação dos alimentos para serem enviados às entidades atendidas pelos programas governamentais, o que gerava grande necessidade de organização e esforço de todos os funcionários da feira – nos quais me incluía – para que os prazos fossem cumpridos. Nas segundas e quartas o movimento era menos intenso, assim, nesses dias aproveitávamos para a organização do ambiente da feira, limpeza de prateleiras e espaços nos quais os produtos eram expostos. No sábado, apesar de ser o último dia de atendimento semanal da feira, os

³ PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

⁴ PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

produtores costumavam trazer produtos, uma vez que havia grande movimentação de consumidores que procuravam a feira para adquirirem produtos para o final de semana. Logo, tínhamos muito trabalho no sábado para que todos pudessem ser bem atendidos.

Uma das dificuldades que senti foi em relação a conhecer os produtos comercializados na feira, este foi um ponto que me incomodou bastante no início do meu trabalho, conforme destaquei em minhas anotações de campo. Como, via de regra, saladas não fazem parte do meu cardápio, eu não conseguia distinguir as hortaliças que lá estavam para serem colocadas nos expositores ou separadas para serem enviadas às entidades. Um dia uma das funcionárias da feira me perguntou: “você nunca morou no sítio, né?” respondi que não, ao que ela completou “dá pra perceber!”, e saiu com um sorriso no rosto. Senti-me um tanto envergonhada e passei a me dedicar a conhecer cada um dos produtos disponíveis para serem comercializados.

Estas atividades foram desempenhadas a fim de que eu pudesse compreender como se dão as ações dos feirantes – que não permanecem o tempo todo na feira como abordarei posteriormente – bem como, dos funcionários. Meu intuito na realização destas atividades era poder compreender de que maneira se dão as inter-relações entre o ambiente cooperativo formal e o da feira; como os indivíduos desenvolvem as suas atividades diárias e resistem ao formalmente imposto.

Percebi, por vezes, também certo estranhamento por parte dos frequentadores da feira, com a minha presença. Alguns perguntavam de quem se tratava – na maioria das vezes para os funcionários que eles já conheciam – outros apenas olhavam receosos, sem questionar, enquanto outros me pediam informações sobre produtos, já considerando que se tratava, realmente de uma “funcionária nova”. Quando isso acontecia, eu procurava repassar as informações solicitadas, como se realmente fosse funcionária da feira, criando assim empatia com os consumidores. Por vezes, porém, era necessário chamar algum dos funcionários efetivos para auxiliar, uma vez que eu não possuía conhecimento necessário para atender a algumas necessidades, principalmente no que dizia respeito ao atendimento no açougue.

Os produtores, no início, também não entendiam a minha presença lá. Por que uma pesquisadora estaria trabalhando na feira? Não bastaria fazer as entrevistas e observar o trabalho? Estes foram alguns dos questionamentos a mim dirigidos. Buscava, portanto, explicar a eles que a natureza da minha pesquisa era diferente das que estavam habituados a atender, por isso da importância de meu trabalho na feira. No entanto, esta dificuldade ocorreu também de minha parte em relação a eles. Como disse anteriormente, a timidez é um problema que me acompanha e, por isso, não tenho facilidade para estabelecer contatos com

as pessoas no dia a dia. Inicialmente, portanto, era difícil para eu conversar informalmente com os produtores. Para tentar minimizar os efeitos disso, optei por fazer entrevistas com alguns dos produtores, para manter o contato inicial, pois após conhecer as pessoas e estabelecer certo vínculo, consigo me relacionar melhor informalmente.

Foi desta forma que eu agi. Após as primeiras entrevistas formais, fui me habituando e procurava conversar também informalmente com os produtores, mesmo aqueles que, por algum motivo, não concederam entrevistas. Nas conversas informais, nos corredores da cooperativa, buscava compreender as motivações que levaram os produtores a atuarem a partir da cooperativa e quais os resultados que estavam obtendo em suas atividades. Como destaquei em meu diário de campo, surpreendeu-me perceber que grande parte deles não mencionava o crescimento coletivo ou a vontade de ver a cooperativa prosperar. Estavam ali pois ao trabalharem fora da estrutura cooperativa, teriam maior dificuldade para a comercialização de seus produtos. A cooperativa era, portanto, um mecanismo do qual se utilizavam para conseguirem o seu desenvolvimento individual. Abordarei este assunto com maior intensidade posteriormente.

Antes de conhecer a feira, tinha em mente a ideia de diversos produtores, ocupando um mesmo espaço a fim de comercializarem os seus produtos, no entanto, não foi isso que encontrei. Nesta primeira visita, um detalhe me inquietou e, de certa forma assustou: onde estão os feirantes, os produtores? Logo que entrei, me deparei com um ambiente muito parecido ao de uma mercearia, mas que tinha à disposição para comercialização apenas produtos advindos da agricultura familiar, como fica visível na figura 02, à exceção de algumas poucas latas de refrigerante disponíveis em um refrigerador. Era preciso então reformular algumas ideias e pensar a pesquisa a partir dessa nova realidade.

Figura 02 – Interior da cooperativa



Fonte: Material de campo

O que pode perceber claramente ao adentrar este ambiente é que, como apresenta Certeau (2000), é um “espaço praticado”, uma vez que é delineado pelas práticas cotidianas dos indivíduos que o compõem.

5.1 A feira livre: de sua constituição à forma de atuação através da gestão cooperativa

Para conseguir compreender o funcionamento da cooperativa e a maneira como as atividades são desempenhadas nesta estrutura, considerei que seria importante entender como ocorreu o processo de implementação da mesma. Para tanto, busquei através de análise de documentos e entrevistas com pessoas envolvidas nesse processo, reconstruir a história da COPERAFA. Foram estas, portanto, as principais fontes de dados utilizadas neste primeiro momento.

A Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná – COPERAFA foi fundada no ano de 2006, com o intuito de fazer com que os produtores tivessem um espaço propício para a comercialização dos produtos, advindos da agricultura familiar. No entanto, após alguns dias de convivência e conversa com produtores, pude perceber que a estrutura atual é relativamente recente, uma vez que no início, a feira ocorria na rua, como sugere o conceito tradicional de feiras livres. Conforme apresentado pelo presidente da cooperativa, aqui denominado João: “Olha, de início, começou com feiras de rua, aos sábados. O produtor vinha e vendia na rua os produtos”. Neste modelo, os produtores mantinham contato direto com os consumidores que frequentavam a feira. No entanto, como ocorre em grande parte das iniciativas dos pequenos produtores rurais, os mesmos foram influenciados pelos membros da EMATER a pensar a possibilidade da realização de uma feira permanente. De acordo com o técnico da EMATER, a ideia surgiu a partir de uma iniciativa desenvolvida no município de Missal:

(001) [...] a evolução foi a seguinte, lá em Missal, um colega lá, ele tirou da rua e colocou num ambiente lá, sabe? Numa sala, entende? Num local, a feira da rua. E seria uma feira permanente, abre às 8h e fecha às 6h da tarde, um comércio. O produtor trazia a produção e deixava lá pra comercializar. Tinha a funcionária, a atendente, né? E o modelo deu certo e nós trouxemos pra Nova Aurora o bom exemplo lá de Missal. Aí nós tínhamos a nossa feira permanente, feira do produtor, permanente, aqui no centro da cidade, vinculada à Associação dos Pequenos Produtores de Nova Aurora, esse era o nome, antes ainda do advento da Lei da Agricultura Familiar.

Pude perceber, no fragmento discursivo acima, que inicialmente a ideia era organizar um local de comércio para os produtos da agricultura familiar, não havendo intenção de realizar tal atividade a partir da organização cooperativa. Entendo que está implícita no discurso uma perspectiva importante, qual seja, o descontentamento da EMATER em manter a feira na rua. Ao dizer que trouxe para Nova Aurora o bom exemplo de Missal e que era necessário colocar a feira da rua “em um local”, o técnico da EMATER transparece tal visão, no entanto, não a enuncia claramente.

O advento da Lei da Agricultura Familiar apresentada no fragmento 001 relaciona-se à nova regulamentação que estabeleceu diretrizes para as políticas da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Antes da formação da cooperativa os agricultores estavam organizados em uma associação de produtores. Foi através desta associação que os produtores abriram a sua feira permanente (extinguindo a feira de rua), no entanto, deixaram de vender os seus produtos, uma vez que foram contratados funcionários para fazê-lo. Pude identificar aqui, uma estratégia utilizada para manter o produtor no campo – discurso

amplamente difundido pela EMATER – sob o argumento de que se ele vendesse os seus próprios produtos na feira, não haveria ninguém produzindo no campo.

Relendo o meu diário de campo, percebi que este padrão de pensamento está muito presente entre os produtores, uma vez que grande parte dos feirantes com quem conversei, tanto nas entrevistas, quanto de maneira informal, na cooperativa, repetiram essa frase. Assim apresento em minhas anotações de campo: "é interessante perceber como um discurso, quando apresentado por alguém que os produtores julgam superior, se torna dominante entre eles e como a EMATER mantém, no decorrer do tempo, controle sobre o que os produtores acreditam e manifestam, pois claramente este discurso advém dela".

A partir desta mudança na estrutura da feira, os produtores passaram a não ter mais contato direto com os consumidores dos produtos, exceto no momento em que se encontram no ambiente da feira, ou ao subverterem o estabelecido pela cooperativa de que não podem vender seus produtos de maneira independente, e realizam tal prática. Também, a partir da contratação de funcionários, a cooperativa perde aspectos da essência de seu conceito, tornando-se cada vez mais um negócio que, como tal, deve ser lucrativo.

Ainda, conforme afirma uma das produtoras cooperadas, aqui denominada Maria, fatores relacionados à higiene também interferiram na mudança da estrutura da feira:

(002) [...] Na verdade, assim... Na rua, eles falaram que era um lugar impróprio, tanto pela higiene, e é uma verdade, né? Então o pessoal da EMATER que deu um apoio muito grande, o prefeito também e a gente decidiu fazer parte dessa associação, né? E estamos aí, é vantajoso, porque tem o lugar próprio, né?

O termo “eles” utilizado pela produtora identifica novamente o personagem EMATER que, a partir de sua atuação, leva os produtores a pensarem que as feiras de rua são impróprias. A partir da posição de inferioridade que julga ocupar, o produtor aceita e enxerga isso como “uma verdade”. Verdade para quem, se historicamente as feiras sempre foram realizadas no ambiente da rua? Vemos aqui, novamente, uma verdade instituída e aceita pelos envolvidos. Portanto, ao analisar tal fragmento a partir da abordagem certeuniana, pude identificar estratégias utilizadas pela EMATER, para convencer os produtores das “vantagens” de tirar a feira da rua. Esta estratégia da instituição se sobressai uma vez que, como salientei anteriormente, a EMATER exerce, a partir de sua posição, controle sobre os produtores. Estes entendem como verdade as considerações que são a eles apresentadas pela entidade.

Outro fator que interferiu para que se buscasse a realização de uma modalidade de feira diferenciada foi que em pouco tempo, os produtores perceberam que a demanda aumentava e que poderiam maximizar os seus lucros se mantivessem uma feira permanente, conforme salienta o presidente da cooperativa:

(003) Aí o pessoal viu que não era o suficiente, seria interessante montar uma associação pra ter uma feira permanente, né, horário comercial. Aí então, surgiu a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Aurora.

Neste fragmento, identifiquei o discurso capitalista atuando e envolvendo os produtores. Os mesmos perceberam que poderiam maximizar os seus resultados financeiros ao sair da rua e manter uma feira permanente. Tal fator fica implícito no discurso, mas pode ser percebido quando o produtor apresenta a expressão “não era o suficiente”, ou seja, porque manter uma feira semanal se há possibilidade de colocar alguém para vender os produtos diariamente – em horário comercial – como é destacado no enunciado acima e assim aumentar os lucros que podem ser obtidos através da atividade.

Após um período de atuação da feira permanente gerenciada pela associação de produtores, é implementada a Lei 11.326 de diretrizes para a agricultura familiar que estabeleceu que associações não poderiam mais realizar atividades comerciais. Desta maneira, havia a necessidade dos produtores buscarem outra forma de organização. Foi quando surgiu, a partir da EMATER, a ideia da cooperativa. Novamente aqui identifiquei a influência da instituição sobre os produtores que, inicialmente não queriam a cooperativa. Houve então um processo de convencimento, como apresenta o técnico da EMATER com quem conversei:

(004) Bom, aí nós começamos a estudar a possibilidade de construir uma cooperativa, tá... agora, ela tinha que ser uma, é... os agricultores precisavam querer, querer uma cooperativa. [...] Eles não entendiam que uma cooperativa, pela legislação, ela pode ser a reunião, organização, no mínimo de vinte produtores. Vinte produtores, pessoas físicas, podem constituir uma cooperativa. E trabalhar em conjunto! E cooperativa ela é um... ela tem objetivo social, mas a vocação dela é o econômico. Ela é um negócio! Ela é um negócio! (Técnico EMATER).

Ao dizer que os agricultores precisavam querer uma cooperativa, fica subentendido que caberia à EMATER convencê-los de que deveriam optar por isso. Outra frase que chama a atenção é “eles não entendiam”. Era preciso, portanto, que alguém os fizessem entender e esse personagem que está oculto neste discurso é, novamente, a EMATER. Mais uma vez a figura do produtor rural aparece como um ente frágil que deve ser constantemente acompanhado para tomar decisões acertadas. Neste fragmento discursivo, fica explícito ainda

que o discurso cooperativista é utilizado apenas como pano de fundo para a atuação empresarial. Ele aparece quando o enunciador se refere ao trabalho conjunto e ao objetivo social da cooperativa. No entanto, a ênfase maior está no fato de dizer e repetir que se trata de um negócio.

Em outro trecho, da mesma entrevista, o técnico da EMATER novamente explicita alguns dos argumentos utilizados para convencer os produtores de que a cooperativa era, naquele momento a melhor opção para dar continuidade à comercialização dos produtos por eles produzidos nas propriedades rurais. O método utilizado foi mexer com o emocional dos produtores, senão vejamos:

(005) Aí começamos a desenvolver com eles o seguinte, não é a cooperativa... o sócio da cooperativa, é a cooperativa dos sócios! Eu sou o sócio da cooperativa, quer dizer, isso é passivo, né? Eu sou da cooperativa, não... a cooperativa é do produtor, ela é meio... e começamos a desenvolver uma certa consciência (Técnico EMATER).

Neste fragmento discursivo, novamente a figura da EMATER aparece como “instrutora” dos produtores. Tal perspectiva é manifestada na frase, repetida duas vezes pelo enunciador: “começamos a desenvolver”. Quem faz esse trabalho de “desenvolver” é a instituição, que busca de alguma maneira convencer o produtor de que a cooperativa é a melhor solução. Destaquei em meu diário de campo a impressão que tive em relação a este processo de convencimento: “tratou-se de mexer com a emoção dos produtores, tentando demonstrar que eles seriam os proprietários da cooperativa. Assim, aqueles que se veem em posição de inferioridade, têm a possibilidade de se sentirem valorizados de alguma maneira” (Diário de Campo).

Entendo ainda, que a ideologia capitalista se apresenta explicitamente neste fragmento discursivo. Os léxicos “passivo” e “ela é meio” está atrelado a esta perspectiva. Ao pensar “somos sócios da cooperativa”, está implícito o ideário da cooperação, afinal, todos devem trabalhar para que a cooperativa alcance bons resultados, uma visão passiva de acordo com as palavras do enunciador. Ao inverter esta lógica e dizer a cooperativa dos sócios a forma de ver a ação dos mesmos em relação à cooperativa também se inverte. Agora, é a cooperativa, que é de propriedade dos sócios, que deve garantir a eles bons resultados. Passa a ser, portanto, meio para que possam alcançar os seus objetivos.

Destarte, ao alterar a maneira do produtor enxergar a cooperativa dizendo que a cooperativa que é dos sócios e não o contrário, a EMATER conseguiu alcançar o seu objetivo

de convencer os agricultores de que estavam optando pelo melhor, afinal de contas seriam os proprietários do negócio – como a cooperativa é vista pelos mesmos.

De acordo com os autores tomados por base neste estudo em relação ao cotidiano Certeau (2000); Lefebvre (1991) e Heller (2000), os indivíduos têm possibilidade de agir ativamente no cotidiano, ainda que por pequenos períodos de tempo. No entanto, em relação à EMATER, o que percebi foi uma total passividade dos produtores. Os mesmos aceitam as “sugestões” ou determinações da entidade sem qualquer questionamento ou tentativa de possibilidades alternativas. Desta forma, a EMATER, livremente, envolve os produtores através de suas estratégias e os conduz a partir dos interesses que a mesma possui, sem grande preocupação com o interesse dos cooperados.

A partir deste processo de convencimento da EMATER, iniciou-se o movimento de constituição da cooperativa envolvendo diversos municípios da região – Nova Aurora, Matelândia, Corbéia, Missal e Cafelândia – decidiu-se que seria melhor uma única cooperativa integrando a todos. De acordo com palavras do presidente e do técnico da EMATER, respectivamente:

(006) Na verdade, quem iniciou o movimento mesmo foi a EMATER, propondo, né? Porque a gente, no sítio, geralmente não sabe o que está acontecendo com leis e coisa e tal, né? Então eles chegaram e falaram: olha tem esta situação, aí conversaram com o pessoal que tinha esses movimentos, associações, né, pra ver o que que achavam, se queriam fazer uma cooperativa em cada município, ou talvez fazer uma cooperativa só, no geral. E de início, o pessoal achou que seria mais vantagem fazer uma só.

(007) E nós resolvemos, pra economia, por custos, criar a chamada cooperativa guarda-chuva, uma cooperativa que desse cobertura, né, a todas essas cinco unidades. E cada uma teria a sua associação, associação de produtores lá de Missal, lá de Cafelândia, lá de Corbéia, enfim, aqui de Nova Aurora. E fizemos essa cooperativa, né? (Técnico EMATER)

No fragmento discursivo 006, me chamou a atenção o léxico “propondo” e o personagem “EMATER”. O produtor entende que a EMATER propôs a eles um modelo de trabalho a fim de que pudessem manter as suas atividades de comercialização de produtos. No entanto, ao falar do momento da decisão, apesar de ter participado de todo o processo, o presidente da cooperativa se mantém à parte e diz que “o pessoal” foi quem decidiu por uma única cooperativa congregando diversos municípios. No fragmento 007, enunciado pelo técnico da EMATER, o mesmo também apresenta a constituição da cooperativa como algo realizado em conjunto. Tal fator pode ser percebido uma vez que o mesmo fala no plural do

que diz respeito ao processo de constituição, como destacado no referido fragmento discursivo.

No entanto, ao analisar outro trecho do que foi dito pelo técnico da instituição ao se referir ao momento de definição de qual o modelo de negócio de que se utilizariam, entendi que não se tratava de uma proposição ou de uma definição em conjunto, mas de uma imposição, conforme pode ser identificado no fragmento abaixo:

(008) Qual a saída? Cooperativa! Não tem! A gente pensou em... ainda não inventaram um... que se tenha conhecimento aqui... um modelo melhor do que cooperativa, pra agrupar pessoas com o mesmo objetivo – objetivos similares – pra atuar (Técnico EMATER).

Ainda no fragmento 006, pude identificar a posição em que o produtor rural se coloca em relação à entidade que os “auxiliou” no processo de composição da cooperativa. Ao afirmar que por viverem no sítio, não possuem conhecimento das leis e mudanças, o agricultor corrobora um discurso instituído em nossa sociedade de que o fato de viver na área rural faz dele inferior e sem possibilidade de adquirir conhecimento ou mesmo ter acesso a informações. Entendo que talvez seja essa a chave para entender o porquê de o produtor rural aceitar passivamente as indicações da EMATER. Este mesmo elemento foi apresentado também pelo gestor da cooperativa em uma conversa que tivemos, conforme segue:

(009) A EMATER é um parceiro muito forte pra nós. No gerenciamento da cooperativa eles também ajudam. Até há pouco tempo eles eram parceiros sempre nas reuniões de diretoria, eles estavam junto, pra orientar alguma coisa, a questão de leis, como funciona, se pode ou não pode. Então... porque a gente... produtores... são leigos no assunto, né? Nós sabemos, mas não é muita coisa, né? Então, tem coisas que eles nos auxiliam muito, né?

Ao analisar tal discurso a partir da ótica certeuniana, fica evidente, novamente, a utilização de estratégia por parte da EMATER. A mesma, falando a partir do seu lugar de poder, da instituição que a mantém, sendo conhecedora desta perspectiva de pensamento por parte dos produtores, utiliza-se dele e desenvolve estratégias para manter o pequeno produtor nesta posição de “ignorância”. Salientando a importância do conhecimento especializado – que ela detém – faz com que o mesmo jogue o seu jogo. O produtor, por sua vez, neste momento não possui o seu lugar, o seu próprio e acaba subjugado à instituição, uma vez que, como manifestado, acredita não ter condições ou conhecimento para atuar sem o auxílio da EMATER. Tal perspectiva fica clara quando o gestor afirma que a EMATER até pouco tempo é que dizia o que poderiam ou não fazer na cooperativa.

Assim os produtores se percebem dependentes das definições e orientações da instituição. No período em que estive em campo, pude perceber diversas vezes, entre os produtores, bem como, entre os funcionários da feira esta “admiração” pela EMATER. Lembro-me de um momento em que estávamos trabalhando – era um dia de grande movimento na feira – eu estava auxiliando no empacotamento de produtos no caixa, quando entrou um senhor com uniforme da EMATER. Logo todos os funcionários foram cumprimentá-lo, e o tratavam como alguém muito especial naquele ambiente. Ele ficou por lá por alguns minutos, comprou alguns produtos e foi embora, prometendo que voltaria em breve, diante das “cobranças” dos funcionários de que ele havia passado muito tempo sem aparecer por lá.

Como aquela situação me chamou a atenção, quando o senhor deixou a feira e o movimento de consumidores diminuiu, fui conversar com uma das funcionárias – aquela que me recebeu no primeiro dia e que era com quem eu me relacionava com maior frequência – e perguntei quem era aquele homem e o porquê de tamanha admiração por ele. Ela então me explicou que se tratava de um dos técnicos da EMATER que auxiliou no processo de constituição da cooperativa, mas que trabalhava agora em Cascavel e, portanto, só passava esporadicamente por ali. Ela me disse: “ele ajudou muito para conseguirmos fundar a cooperativa, por isso é muito respeitado aqui!”.

Como disse, percebia que essa demonstração de admiração pela EMATER e seus técnicos era recorrente e partia de grande parte dos envolvidos na cooperativa e me propus a tentar entender melhor o que os levava a isso. Durante entrevista com o técnico da instituição, este, de maneira implícita, demonstrou o que poderia ser este motivo que eu estava buscando compreender:

(010) [...] Aí ficou o agricultor familiar, esse pequeninho! Desamparado, que ninguém atendia... quem foi atender? Nós!! Então nós, hoje, nosso grande objetivo qual é? Atender, assistir o agricultor familiar! O pequeno, aquele que toca a propriedade com a força de trabalho da família (Técnico EMATER).

A EMATER apresenta o agricultor familiar como um ente frágil e desprotegido, que necessita de alguém que o ampare, o que fica explícito através da utilização do léxico desamparado, enunciado no fragmento 010. A instituição se coloca como tábua de salvação ao agricultor familiar, e este acredita que sem o seu auxílio não conseguiria se desenvolver, como pude perceber em campo. Ao dizer que ninguém atendia o agricultor familiar, o enunciador deixa implícito que há necessidade de atendimento e coloca essa ação como o

principal objetivo da EMATER. Em outro trecho da entrevista, ele continua falando sobre esta perspectiva, do quanto a instituição é importante ao agricultor familiar:

(011) [...] Então, a EMATER ela tá sempre *pari passu*” com a agricultura, nas suas demandas naturais, tentando atender às necessidades. Então, se tornou necessário organizar esse pequeno produtor familiar pra produzir, verticalizar, agroindustrializar, processar e acessar o mercado, nós estamos junto com eles. Então é a questão... onde estiver o pequeno produtor rural, nesse momento, nós estaremos junto! [...] Ele precisa de apoio na cooperativa, nós estamos na cooperativa. Ele precisa de apoio na associação da comunidade, nós estamos lá. Então a EMATER é o seguinte, é a nossa missão, né... assistir o agricultor e a agricultura familiar. Então, por isso nós estamos aí e acompanhamos o processo... constituição, maturação, desenvolvimento, colocamos até um assessor especial lá dentro da COPERAFA, né? Lá dentro! Um funcionário nosso lá dentro da COPERAFA, assessorando, destinado, só fazendo isso. Enfim, então nós começamos juntos e estamos juntos.

O fragmento discursivo 011 demonstra novamente a visão da EMATER em relação aos produtores da agricultura familiar, ou seja, de que ela é fundamental para os mesmos. Ao utilizar a expressão “*pari passu*” o técnico explicita que na visão da instituição esta deve estar sempre ao lado dos produtores. Mas não basta apenas estar ao lado, é preciso, conforme enunciado, organizar e assessorar esse pequeno produtor em suas diferentes demandas. A utilização do verbo “organizar” sinaliza a perspectiva de que o produtor sozinho não possui condições de tomar suas próprias decisões e estabelecer as suas ações de maneira independente. Isto é apresentado como sendo a missão da instituição a qual o enunciador representa e, pelo que pude perceber em campo, os produtores também acreditam nisso, como já pontuei anteriormente. Desta maneira, a EMATER possui grande poder de influência sobre eles tanto dentro quanto fora da cooperativa.

O que me chamou a atenção foi que entre os produtores com quem conversei durante o período que estive em campo, apenas um, em breve momento criticou de alguma maneira as ações da EMATER, ainda assim, de forma sucinta: "A EMATER, na parte técnica ela ajuda muito. Só que, por exemplo, muitas técnicas que são puxadas de outros países, pra nossa realidade, aqui, não funciona!" (Produtor Valdecir). Percebi certa hesitação ou desconforto deste produtor ao tecer tal crítica. Era como se, mesmo que de maneira inconsciente, ele soubesse que estava indo contra o que os outros produtores consideravam. Ele não estava à vontade para dizer o que dizia. Tanto é que deu uma resposta curta e, mesmo diante de minhas tentativas, não retomou mais o assunto.

Ainda em relação ao fragmento 011, no qual o enunciador cita a presença de um assessor dentro da cooperativa, esta atuação direta não está ocorrendo. A EMATER auxilia agora a gestão da cooperativa à distância. No entanto, pelo que pude perceber conversando com o técnico, a intenção é que no momento em que a cooperativa passar a realizar suas atividades em sua nova sede que está em processo de construção (abordarei esta questão com mais detalhes à frente), este controle deverá aparecer novamente de forma mais intensa.

Desta maneira, após “optarem” pelo modelo cooperativo, com a participação de diversos municípios, para manterem as suas atividades através da feira permanente que havia sido constituída, era preciso iniciar o processo de implantação e gerenciamento. Qual o município seria a sede da cooperativa? Como seria composta a diretoria? A partir das entrevistas realizadas, bem como em conversas mantidas durante a execução de atividades na feira, fui buscar tais informações.

(012) Eu vou te falar, nós juntamos seis ou sete municípios... não lembro agora de cabeça. Foi colocado o nome de cada município num copinho e uma criança foi tirar, aí saiu Nova Aurora. Foi feito no papelzinho, porque todo mundo, todo prefeito queria que o seu município fosse a sede da cooperativa, tá... todo município queria que fosse, a sede, fosse naquele município. Mas saiu pra Nova Aurora (Produtor Claudio).

(013) Nova Aurora ficou sede, por sorteio. Nem foi análise técnica, cada uma podia ser. Sorteamos e deu Nova Aurora pra ser o município sede (Técnico EMATER).

(014) Não! Nova Aurora como sede não foi questão de... porque Nova Aurora é mais bonita, mais... não foi por causa disso não. No dia da reunião pra definir a sede, todo mundo queria. Aí o que foi que se definiu? Vamos fazer por sorteio e o sorteio deu Nova Aurora. Foi por isso, por sorte... poderia ser Cafelândia, Catanduvas, Matelândia, mas deu Nova Aurora. (José – Gestor da cooperativa).

Os enunciados destacados acima indicam de que maneira foi realizada a composição da cooperativa e a escolha do município sede. No fragmento 013, no qual fala o técnico da EMATER, aparece apenas que não foi realizada qualquer análise e que, como qualquer um dos municípios poderia ser sede, houve sorteio para definição. Ficam silenciadas, portanto, as questões políticas que envolveram o processo. No fragmento 014 elas aparecem, no entanto, estão implícitas, uma vez que o gestor da feira apenas afirma que todos queriam ser sede – referindo-se aos municípios que compunham a cooperativa naquele momento. O fragmento 012, por sua vez, as explicitam ao dizer que “todo prefeito queria que seu município fosse a sede da cooperativa.” Outras afirmações que serão apresentadas posteriormente, também indicarão que as questões políticas entre os municípios interferiram na maneira como as

atividades da cooperativa foram desenvolvidas, inclusive em relação ao desmembramento decidido em assembleia extraordinária no último mês de março.

Para a definição de como as atividades seriam conduzidas, foi criada uma comissão com representantes de todos os municípios envolvidos para iniciar o processo de constituição da cooperativa. Claudio, um dos cooperados que participou deste processo, contou como foram os primeiros movimentos:

(015) Aí se reuniram, fizeram reunião, aí um dia eu cheguei, a Neusa falou: ó, o Claudio chegou... aí me elegeram junto do grupo, que era 03 de cada município pra representar, que na época eram 07 municípios...06 ou 07, não lembro bem... pra nós ir numa comissão lá em Matelândia, pra nós formar uma cooperativa. Falei: “vamo ué! [...]”... aí fomos... chegamos em Matelândia, fizeram a reunião, prefeito, todo mundo participou – nessa época aparece todo mundo, né... todo mundo quer aparecer... aí, na hora de eleger a diretoria: “Fulano quer ser presidente?” (para “um cara” de Missal)... “mas olha, não sei... porque eu to na CRESOL⁵...” ou outro também... “não dá...” todo mundo negando fogo...todo mundo pulando fora... com medo né... porque era o começo... é como você dar a luz a uma criança e ter que cuidar dela, desde pequenininha, né... dá trabalho, né? Dá trabalho... e eu lá, sentado... naquele tempo eu fumava, saí pra fora pra fumar...aí voltei...o Gino olhou pra minha cara: “meu guri, tu é técnico agrícola, não é? Você acompanha pra presidente? Como presidente?” eu pensei... levantei e falei assim: “se o grupo aqui tiver unido e achar que eu to na linha, eu topo! Eu não tenho medo de desafio” eu falei... “já enfrentei muitos!” aí todo mundo: “não, se ele topa ser presidente, vai ser presidente...” aí montamos a diretoria...Formamos a COPERAFA!”

O fragmento 015 é emitido pelo primeiro presidente da cooperativa, que continua associado a ela até os dias atuais. Este produtor participou de todo o processo de implementação das atividades após a constituição da feira permanente. Aparece na fala do mesmo, novamente, a questão da importância política que a implantação da cooperativa adquiriu e a dificuldade de se formar a primeira diretoria. Para demonstrar tal dificuldade, o produtor utiliza-se da figura do nascimento da criança, referindo-se aos cuidados que se deveria ter no período de implantação. Assim, através das expressões “negando fogo” e “pulando fora” o produtor destaca que os demais integrantes da comissão formada não estavam à vontade para assumir a responsabilidade de conduzir a cooperativa nesse início de atividade.

Ao pensar no ideal do conceito de cooperação, pude perceber através do discurso apresentado que, desde o processo de formação da diretoria, os produtores estavam buscando mais vantagens individuais do que o crescimento coletivo. A cooperativa era, portanto, uma

⁵ CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária.

opção interessante para que pudessem continuar a comercialização de seus produtos em uma feira permanente, no entanto, assumir a responsabilidade pela condução das atividades não era o objetivo dos produtores. Esta perspectiva corrobora o apresentado no referencial teórico deste estudo, a respeito da cooperação, que salienta que as organizações cooperativas deixaram de lado os princípios que deveriam gerir as suas ações e transformaram-se em verdadeiras empresas, com foco nos resultados financeiros individuais.

Para conseguir fazer com que o produtor Claudio aceitasse o cargo, o técnico da EMATER que acompanhava todo o processo se utilizou, novamente de uma estratégia. Sabendo que os produtores possuem a visão de que não têm conhecimento suficiente para a execução de atividades importantes, ele, a partir de seu lugar de poder, enaltece a formação que o produtor possuía – técnico agrícola – e apresenta este como sendo um requisito importante para assumir a condição de presidente da cooperativa.

Diante disso, o produtor se sente lisonjeado – pude perceber isso na maneira como ele falou sobre o assunto – e diz: “se o grupo aqui tiver unido e achar que eu “to” na linha, eu topo!”. A expressão utilizada pelo produtor se refere à sua capacidade para executar as funções pertinentes ao cargo que desempenharia. O produtor conclui a sua fala com a frase “formamos a COPERAFA”. Neste momento, ele já se inclui no processo de implementação da cooperativa, não a vê mais como algo que não lhe pertence.

Outro fator que levou à constituição da cooperativa foi a necessidade de legalização das atividades para que os produtores pudessem vender os seus produtos para atender aos programas governamentais como PNAE e PAA. De acordo com o presidente da cooperativa:

(016) O pessoal optou por uma cooperativa, em função de que daí, ela teria legalidade pra poder vender com nota fiscal, e coisa e tal, então surgiu a ideia da cooperativa, né? É... com a cooperativa, a gente pode participar dos programas estaduais também, da merenda escolar, do PNAE, do PAA – alias, o PAA já podia participar através da associação, porque o Programa de Aquisição de Alimentos, é, pode ser individual. No caso eu, emito a nota de produtor, não depende de nota eletrônica, né? Então, já vendia através da associação. Mas, o PNAE, que é um programa nacional, aí depende da nota eletrônica, né? E a associação não tinha como emitir. Além disso, tem o PNAE estadual e o municipal também, que depende da nota fiscal. E com a cooperativa a gente pode participar da licitação municipal também (antes não podia, por que não podia emitir nota) e os órgãos públicos só atendem através de nota fiscal, né. Então, a gente participa da licitação aqui em Nova Aurora. [...] Enquanto você vende só para o consumidor final aqui, é limitado a produção. Mas se você tem mais expansão de produto, inclusive a gente tá participando em outros municípios do PNAE, por exemplo, Formosa do Oeste, Jesuítas, Iracema... que a gente pode levar produto daqui pra lá, pra atender aos nossos produtores, ou então associar mais um produtor lá, que também seria beneficiado, né?

Ao analisar o fragmento discursivo 016 é possível perceber que, por trás do discurso de cooperação, o que estava em jogo no momento da implantação das atividades através da cooperativa não era a perspectiva de crescimento conjunto, uma vez que em nenhum momento esta ideia aparece na fala do enunciador. Por outro lado, a todo momento o que identifiquei foi a abordagem capitalista: possibilidade de lucro, maior capacidade de comercialização, possibilidade de vender produtos para órgãos governamentais, foram os principais pontos apresentados neste discurso. Durante a entrevista o presidente da cooperativa ainda complementou esta ideia:

(017) [...] Então, por isso, e também pela questão da ampliação da comercialização. De vendas maiores tipo pra prefeituras, pra órgãos públicos, pro Estado... no caso agora nós temos o PNAE. Então, foi mais por causa disso que teve o processo de legalização, de passar a ser uma cooperativa.

Diante desse posicionamento, que percebi com frequência na cooperativa, como destacarei posteriormente, pude ver com clareza que, apesar de não explicitarem isso – em nenhum momento o presidente da cooperativa fala em lucro quando apresenta os conceitos descritos – o que levou os produtores a iniciarem suas atividades através da cooperativa foi a perspectiva de aumentar os seus ganhos individuais, sempre influenciados pela EMATER que, como destacado anteriormente, entende a cooperativa como negócio.

O atendimento da cooperativa aos programas do governo é responsável por grande parte da comercialização de produtos efetuada pela mesma. O que pude perceber durante os meus períodos de trabalho na COPERAFA foi que, principalmente nos primeiros horários da manhã, as atividades estão voltadas ao atendimento das entidades assistidas pelos programas públicos, tais como escolas, lar de idosos, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Pastoral da Criança, creches, entre outras. Nas terças-feiras, no entanto, essa atividade se intensifica, pois é o dia “oficial” de atendimento às entidades. Conforme destaquei em meu diário de campo, é um dia de muito trabalho na feira, pois é preciso separar os produtos a serem enviados às entidades atendidas pelos programas acima citados. A cooperativa de Nova Aurora atende a instituições do município, bem como da região. Logo, durante todo o dia, grande parte das atividades desenvolvidas estão vinculadas à separação e entrega dos alimentos.

Ao auxiliar neste processo de separação dos itens, em semanas distintas, pude perceber que a quantidade vendida para os programas governamentais é consideravelmente grande e,

certamente, corresponde ao maior volume de vendas da cooperativa. Separamos então os produtos e colocamos em lugares reservados para serem entregues às entidades. Algumas delas mandam seus funcionários retirarem os produtos na COPERAFA, para outras o produto precisa ser entregue na entidade pelos membros da cooperativa.

Percebi que há um cuidado muito grande com os produtos que são encaminhados para as entidades. Destaquei esta minha percepção no diário de campo, uma vez que a considere importante tendo em vista que, via de regra, o que se vê é que para o atendimento ao setor público a qualidade deixa de ser um requisito importante, ao contrário, na maioria das vezes sequer é levada em conta. Assim descrevi: "Ao auxiliar no corte e separação da carne que seria enviada às entidades, conversava com o gestor da cooperativa a respeito da qualidade dos produtos que são enviados às entidades, ao que ele me disse: 'As entidades exigem alta qualidade nos produtos que enviamos a eles. Só querem carne de primeira, não querem gordura. Eles estão certos em exigir qualidade' " (Diário de Campo).

Assim, a cooperativa tem como norma que todos os produtos que serão encaminhados às entidades passem por ela, principalmente a carne, em virtude da exigência das entidades, uma vez que como a nota fiscal, necessariamente é feita pela COPERAFA, não haveria essa necessidade em se pensando no controle financeiro do percentual que deve ser repassado do produtor à cooperativa. Mas, para que controlem a qualidade é preciso que os produtos sejam enviados via cooperativa. Ainda durante a nossa conversa, o gestor da cooperativa falou sobre problemas que já ocorreram quando produtores levaram os produtos de maneira direta para as entidades, que também transcrevi em meu diário de campo:

(018) Tem um produtor que é preciso tomar cuidado, ele andou entregando produtos direto para as entidades e a carne estava com muita gordura. As entidades querem carne boa, sem gordura. Isso mancha a imagem da cooperativa. Nós aqui cortamos a carne do jeito que as entidades pedem. O produtor apenas precisa enviar os animais abatidos. Para isso pagam 15% do valor vendido à cooperativa.

No fragmento 018 o gestor da cooperativa salienta o cuidado que os mesmos têm em relação à qualidade dos produtos que a cooperativa oferece aos seus clientes, aqui, em especial às entidades que adquirem produtos a partir dos programas PNAE e PAA. As frases destacadas me chamaram a atenção, uma vez que, em tese, ao fazer parte de um movimento de cooperação, os envolvidos deveriam buscar fazer o possível para a instituição alcançar bons resultados, no entanto, não foi isso que percebi na cooperativa. Como descrito acima, muitos produtores não se preocupam com a instituição, mas com o seu desenvolvimento

individual. Ao repassar carne com gordura às instituições o produtor sai ganhando, uma vez que despense menos trabalho para preparar o produto e a quantidade de carne enviada é menor. Esse processo se caracteriza como subversão ao que propõe a cooperativa, portanto, na perspectiva apresentada por Certeau (2000), movimento de resistência do produtor ao formalmente instituído pela instituição. Por outro lado, novamente vejo o produtor ceder ao discurso capitalista, através do qual o lucro individual é o principal objetivo a ser alcançado.

Em relação a este atendimento às entidades, retomei o meu diário de campo, pois lembrei que em um dos dias que estive na cooperativa conversei com a responsável pelo CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil de Nova Aurora, sobre os motivos que os levam a adquirem produtos da cooperativa, bem como, se estão satisfeitos com o atendimento recebido. Ela me falou que o programa de maneira geral é muito bom e que os motivos pelos quais optam por buscar na cooperativa o atendimento às suas necessidades, é para terem alimentos saudáveis para as crianças que atendem, e que ao adquirirem os produtos da cooperativa conhecem a sua procedência, diferente dos produtos comprados nos supermercados. Outro fator destacado foi a possibilidade de auxiliar os pequenos produtores do município.

Nas conversas que mantive com funcionários da cooperativa, também pude perceber este zelo com os produtos que são comercializados, principalmente ao que é enviado às entidades. As ações dos mesmos dentro da cooperativa me surpreenderam, uma vez que ficou claro, para mim, o seu esforço para que a cooperativa possa crescer. Diante disso, cheguei a fazer a seguinte observação em meu diário de campo: "se eu fosse analisar as ações a partir dos conceitos cooperativos disseminados em sua concepção, estes estariam mais presentes nos funcionários da cooperativa do que nos produtores cooperados". Ficou evidente para mim, durante o período em que estive em campo, que há preocupação maior com o crescimento da cooperativa por parte dos funcionários do que dos produtores. Estes parecem pensar: "se não der certo aqui, vou vender meus produtos em outro local". Diante disso, a impressão que tive é de que os produtores terceirizaram não só a comercialização de seus produtos, mas também o desenvolvimento e crescimento da cooperativa.

Em minha percepção, tal fator pode estar vinculado ao fato de que, através do que pude perceber a partir do acompanhamento das atividades realizadas pela cooperativa, a mesma ainda não obtém sobras em sua atividade. Esta é, portanto, em princípio, uma maneira que os produtores encontram para se enquadrarem e poderem manter um ponto de venda, bem como atender aos requisitos para comercializar com o poder público. O produtor Pedro confirma tal perspectiva ao afirmar:

(019) Pra nós, pequeno produtor, é a única saída nossa. Quer dizer, é a melhor saída, porque não tem onde vender esses produtos aí. Pra vender que nem COPACOL⁶, esses “outros negócio” [grandes supermercados], eles compram de grandes produtores, no CEASA⁷, pra eles sai mais barato. Eles não valorizam o que é nosso aqui. Então, pra nós vender uma caixa de laranjas pra eles hoje lá, eles não vão querer comprar e nós aqui, temos o balcão de vendas. Eu trago aqui, dou porcentagem pra feira, e eles, tendo funcionários entregam pra nós, vendem pra nós, sem problemas.

Neste fragmento discursivo, chama a atenção a maneira como o produtor se coloca em relação à cooperativa, bem como, em relação à sua possibilidade de comercialização de produtos. Ao apresentar a cooperativa como única alternativa, o mesmo não se refere ao crescimento conjunto que o ambiente cooperativo poderia proporcionar aos produtores a ele vinculados, mas sim à maneira como a cooperativa pode auxiliar para que, de maneira individual, cada produtor consiga comercializar os seus produtos, sem ter a necessidade de buscar mercado para os mesmos. Identifiquei novamente o discurso capitalista se sobressaindo em relação à visão proposta pelo cooperativismo. Por outro lado, o produtor é esmagado por este mesmo ambiente capitalista que antes, ainda que implicitamente, defendeu. Ao enunciar que “eles não valorizam o que é nosso aqui”, ele se refere aos grandes supermercados que não privilegiam o pequeno produtor ao realizarem a aquisição de produtos advindos da agricultura.

Desta maneira, a cooperativa tornou-se um local em que o produtor consegue garantir a comercialização de seus produtos, de maneira contínua, sem precisar ir, por conta própria, em busca de clientes. Diante desta perspectiva que pude identificar na cooperativa, me veio à mente o conceito de economicismo apresentado por Heller (2000). Este apresenta que os indivíduos podem utilizar-se de estruturas estabelecidas para realizarem as suas atividades e assim construírem a sua história. Por óbvio, não cito aqui este conceito a partir da perspectiva de que através dele os indivíduos conseguem escapar à alienação, como o exposto pela referida autora. Isso se dá porque ao se utilizarem desta ferramenta, os produtores atendem nitidamente às prerrogativas do capitalismo. Assim, ao tentarem burlar de alguma maneira os princípios do cooperativismo, ficam presos à ideologia do capital. Portanto, não escapam à alienação, apenas se utilizam deste elemento para seu benefício.

Esta característica, da cooperativa como simples ponto de venda de produtos, foi citada por muitos como sendo a principal vantagem da atividade cooperada que desenvolvem.

⁶ COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata

⁷ CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná S/A

(020) Eu faço meu produto, entrego aqui e fico tranquilo. E todo dia 10 do mês, tem o recebimento aqui. Então não merece de eu pegar e me preocupar se estou vendendo ou não, alguém tá aqui cuidando. E os compradores vem aqui. Então, eles já sabem os dias que entregam, tudo certinho, então é sem preocupação... a vantagem é essa (Produtor Pedro).

(021) Olha, assim... porque tu deixa teu produto aqui, o freguês vem e tem quem atende, quem comercializa esse produto, se tu não participa da cooperativa e quer fazer isso, tu tem que fazer tudo... tem que dispor de tempo pra produzir, pra vender, pra correr atrás do freguês e a cooperativa faz isso, né, pra gente, então é ótimo (Produtora Maria).

(022) A primeira vantagem que eu acho que é uma vantagem... tem gente que pergunta pra mim: por que que vocês não vendem particular? Vocês não precisam pagar as porcentagens, né... eu falo: só a vantagem de eu não ter que tá de porta em porta, pra mim a principal vantagem é essa (Produtora Regina).

É possível afirmar, portanto, através dos fragmentos 020, 021 e 022, que a comodidade dos produtores de deixarem os seus produtos na cooperativa e poderem retomar as suas atividades diárias, sem a preocupação com as vendas é um dos fatores que mais os atrai a manterem-se cooperados. O presidente da cooperativa também falou sobre este aspecto na entrevista que realizei com ele:

(023) É o seguinte, eu sendo cooperado, que nem eu falei, eu entrego a minha produção aqui e vou trabalhar. Se eu sou individual, eu tenho que correr atrás pra vender. Se eu quiser passar para o mercado, eu tenho que ir no mercado, se eu quiser vender para o consumidor, tenho que sair de porta em porta. Então é difícil. É... muitos ainda optam por isso, porque nós temos um custo aqui, né? (João – Presidente da Cooperativa).

Diante das afirmações apresentadas pelos produtores, percebi que, acima de qualquer visão coletiva, a cooperativa permite certa comodidade ao cooperado, como salientado pelo Sr. João no fragmento discursivo 023 e por outros produtores nos discursos anteriores. Entendi que o importante para estes produtores é o trabalho no campo, a fim de suprir as suas necessidades e aumentar a sua renda. Após algum tempo, na mesma entrevista, o Sr. João apresentou uma perspectiva que me levou a pensar, por alguns momentos no contexto da cooperação. Senão vejamos:

(024) E... e outra coisa, eu sozinho também não teria volume pra vender pros mercados, mas em grupo, se eu não tenho produção, mas o outro tem, se reúne e vende... Então, tem essa vantagem também (João – Presidente da Cooperativa).

O exposto pelo enunciador, em um primeiro momento pode nos levar a pensar que o ideal de cooperação está presente em seu discurso, uma vez que ele fala da perspectiva da coletividade. No entanto, conforme destaquei em meu diário de campo, mesmo nos momentos em que as falas dos produtores estão voltadas ao conceito cooperativo, fica implícito uma busca de crescimento individual. No fragmento 024 essa perspectiva está presente, ainda que não de maneira clara. Entendo que ao sugerir a união dos produtores para atender a um pedido com quantidade maior do que um único produtor pudesse atender, o presidente da cooperativa não está pensando a partir do conceito do cooperativismo, apesar de tentar demonstrá-lo. É uma maneira de não deixar de atender o pedido, o que os produtores poderiam fazer também através da associação. Em nenhum momento o Sr. João cita que esta prática poderia trazer também vantagens à cooperativa.

A postura dos produtores no interior da feira também demonstra que esta é apenas um mecanismo para atender às suas necessidades individuais. Verifiquei, durante o meu trabalho na cooperativa que alguns produtores chegam e colocam os seus produtos nos espaços de venda, ou seja, auxiliam os funcionários da cooperativa neste sentido. No entanto, a maioria deles deixa os produtos no local em que são recebidos e vão embora, cabendo aos funcionários a tarefa de dispor os mesmos na área de venda. Torna-se, portanto, cômodo aos agricultores comercializarem os seus produtos através da cooperativa.

Considero importante salientar ainda um aspecto que destaquei em meu diário de campo, já no início das minhas atividades na feira. Percebi e, comprovei a partir das entrevistas realizadas, que ao contrário do que pensei antes de entrar em campo, não foi a cooperativa que estruturou a feira, mas ocorreu o processo inverso, a cooperativa foi implementada a partir da necessidade dos produtores que já comercializavam seus produtos na feira.

5.2 Organização cooperativa ou empresa tradicional com traços voltados ao cooperativismo?

Quando ingressei no ambiente cooperativo para este estudo, já não tinha a ilusão de encontrar um local em que todos trabalhassem em conjunto, visando um objetivo comum, como prega o conceito de organizações cooperativas, uma vez que em minhas pesquisas para

compor o referencial teórico deste trabalho, identifiquei que esta forma de atuação há tempos já não é utilizada nestas instituições. No entanto, confesso que não imaginei que aspectos relativos a atuação de organizações capitalistas tradicionais se apresentariam com tamanha nitidez neste ambiente. Desde as minhas primeiras investidas em campo, quando vi a estrutura da cooperativa, um fator me chamou a atenção. Percebi que sua forma de atuação pode ser vista como totalmente empresarial.

Como destaquei em meu diário de campo, identifiquei na cooperativa a figura de um gerente, que coordena as atividades; três funcionários que atuam na cooperativa, trabalhando no caixa e no controle de entrada de produtos e emissão de notas fiscais. A “empresa” possui ainda um sistema de informações gerenciais, através do qual executa alguns controles – o mesmo é subutilizado, uma vez que nem o gestor, nem os funcionários possuem conhecimento técnico para fazer uso de todas as funcionalidades do sistema – os clientes são cadastrados e possuem limites estabelecidos para compras a prazo. Ou seja, encontrei na estrutura da cooperativa aspectos típicos das empresas capitalistas tradicionais. Isso demonstra que, cada vez mais as organizações do segmento cooperativo se distanciam dos aspectos conceituais e dos ideais que as formaram.

Retomo aqui o dito por Pinho (1982), quando a autora fala sobre o desvirtuamento do movimento cooperativo ao afirmar que tais instituições abandonaram o modelo social da cooperação em favor do fator econômico. Apresento tal perspectiva, pois nas entrevistas que realizei com os cooperados, bem como através da observação de suas atitudes quando estavam no ambiente da feira, pude perceber de maneira clara que em suas falas e ações quase não aparece o aspecto de crescimento conjunto, mas predomina a perspectiva do lucro individual.

Me perguntei, então, até que ponto os ideais cooperativistas estavam presentes e serviam de referência às ações dos cooperados dentro e fora da cooperativa? Este questionamento me acompanhou durante o período em que estive em campo. Buscava perceber nas ações dos cooperados algo que, de alguma maneira, os vinculasse ao conceito de cooperação, mas foram poucas as vezes em que isso ocorreu. O que se sobressaiu foi a perspectiva da busca de vantagens individuais. Tal fator pode ser percebido em situações que me chamaram a atenção e que passo a descrever.

Ao entender a cooperativa como empresa, um dos fatores que inevitavelmente se apresentam é a concorrência. Eu, ingenuamente, pensei apenas na perspectiva da concorrência que poderia ocorrer entre ela e outras empresas. No entanto, ao realizar entrevista com uma

das produtoras, logo nos primeiros dias em campo, me dei conta de que os próprios produtores competem entre si dentro da cooperativa, senão vejamos:

(025) A feira é assim: depende do esforço de cada um. Pode ter cinco ou dez variedades de cada produto, mas a pessoa, como qualquer um de nós... você vai comprar, você vai escolher, né... se tem aí pra escolher, você vai escolher o que tiver melhor, você vai levar. Então, você tem que procurar caprichar, pro seu produto ser vendido. O preço é um padrão, não tem o produtor chegar aqui, que nem eu chego com o meu almeirão e tem outro almeirão, vou por o meu mais barato, não... é um padrão só. Não tem assim, sabe? Então, a modificação é pelo produto mesmo, o que tiver melhor, mais bonito, vai, o que tiver feio vai ficar. [...] Eu acho bom porque daí cada produtor procura se esforçar e cuidar do seu produto que traz né? Porque eu não posso pegar um produto lá na horta, pegar e trazer e jogar aqui, né? Como têm muitos que fazem isso (Produtora Regina).

Assim como a produtora, o gestor e o presidente da cooperativa também abordaram essa questão nas entrevistas que realizei com os mesmos, de forma implícita ou explícita, conforme segue:

(026) A gente procura sempre padronizar o preço, aí o cliente vai ver a qualidade de cada um, então o produtor vai melhorar na qualidade sempre (José – Gestor da Cooperativa).

(027) Nesse sentido, nós aqui, optamos não... o preço tem que ser o mesmo. O cliente vai escolher pela qualidade. A concorrência é na qualidade e não no preço. Em Nova Aurora é assim que funciona em outros lugares ainda o pessoal, cada um põe um preço. Aí as vezes, como eu falei, o consumidor com pouco poder aquisitivo, ele não olha a qualidade do produto, olha o preço, e aí às vezes tá beneficiando quem não capricha! Agora, se a concorrência é pela qualidade, se o meu produto é inferior ao seu, eu tenho que caprichar, produzir melhor (João – Presidente da cooperativa).

No fragmento discursivo 025, está explícito que a venda dos produtos na feira depende de cada produtor, da maneira como os mesmos desenvolvem suas atividades e da qualidade dos produtos oferecidos, uma vez que, de acordo com o dito pela produtora, o consumidor irá optar por aquele que possua maior qualidade, tendo em vista que os preços são padronizados. Isso fica claro uma vez que a produtora utiliza por diversas vezes o pronome “você”, explicitando que se trata de uma ação individual, ainda que exercida em um ambiente que, teoricamente, deveria ser de cooperação.

A perspectiva da concorrência fica implícita no referido fragmento discursivo. As frases destacadas remetem a este contexto, porém, por se tratar de um ambiente cooperativo, percebi que não se pode explicitar que existe concorrência, desta forma, consciente ou inconscientemente, a palavra não é citada pela produtora. No fragmento 026 ocorre o mesmo.

A ideia de que existe concorrência entre os produtores fica implícita quando o gestor da cooperativa salienta que a procura do cliente por produtos de qualidade faz com que cada produtor busque melhorar os produtos que fornece.

O presidente da cooperativa, por sua vez, como apresentado no fragmento 027, explicita o tema, tendo em vista que ele cita a palavra “concorrência” em duas ocasiões. Chamou-me a atenção, porém, a razão pela qual o mesmo acredita ser fundamental a competição por qualidade entre os produtores. Ao afirmar, de forma generalizada, que o consumidor com pouco poder aquisitivo não julga a qualidade, mas apenas o preço dos produtos, o mesmo reproduz um discurso amplamente difundido, porém muitas vezes velado em nossa sociedade, de que o pobre consome qualquer produto e por isso, apenas se ele não tiver opção de preços diferenciados irá adquirir produtos a partir de outro padrão, neste caso a qualidade. Entendo que, novamente o discurso hegemônico prevalece na fala do produtor.

Relendo meu diário de campo, verifiquei que me deparei com outras questões vinculadas ao aspecto da concorrência, no entanto, assim como no fragmento 025 e 026, as mesmas, em sua maioria, ocorriam de maneira sutil, quase imperceptível. No entanto, como eu estava atenta a esta questão, pois a entrevista com a produtora Regina foi uma das primeiras que realizei, logo nos primeiros dias em que entrei em campo, consegui percebê-las. Em uma das situações, uma produtora que comercializa salgados na cooperativa, ao chegar, ao invés de ir até o seu congelador para acomodar os seus produtos, dirigiu-se até o espaço de sua concorrente para ver o que ela estava disponibilizando, e tentou saber da funcionária qual estava sendo o volume de vendas da mesma. A funcionária disse que não poderia lhe informar, pois não tinha acesso a tais informações, ao que a produtora disse: “é sempre bom a gente saber como estão se saindo aqueles que produzem o mesmo que nós, né?”

Outra situação que narrei em meu diário de campo, ocorreu após eu já estar inserida há algum tempo na feira. Percebia que havia vários produtores que traziam hortaliças para serem comercializadas na feira, no entanto, nenhum deles trazia alface cresa, esta era fornecida por um único produtor. Após algum tempo, por perceber que tal situação era recorrente, questionei a funcionária com quem eu mantinha maior proximidade na cooperativa, se os outros produtores não se interessavam no cultivo desta hortaliça. Diante da pergunta, senti que ela ficou um tanto quanto constrangida, porém respondeu: “ele tem exclusividade para fornecer alface cresa”.

Aquela afirmação aguçou ainda mais a minha curiosidade, continuei fazendo perguntas a respeito do porquê de tal ação ter sido tomada. A funcionária então me informou que isso ocorre em virtude do volume de produção do referido produtor. “Ele exigiu

exclusividade”. “E os outros produtores, aceitaram essa situação tranquilamente? ”, perguntei. Ao que ela me disse: “eles não gostaram muito, mas não tinham como concorrer ou questionar, ele produz muito. Traz produto todos os dias. Você pode ver, nunca falta alface crespa aqui”.

Realmente não faltava o produto. Mas o que me interessou naquela situação foram outros fatores. Em relação ao discurso, a utilização do verbo “exigir” me fez perceber, novamente, que o conceito do cooperativismo está muito distante das ações que são tomadas no dia a dia da instituição na qual eu estava inserida. Ao dizer que os demais produtores não poderiam concorrer ou questionar o estabelecido aparece novamente, desta vez de maneira explícita que mesmo se tratando de uma instituição cooperativa, os produtores competem entre si, não pensando em conseguirem se desenvolver de maneira conjunta.

Em uma análise cerateauniana, pude identificar que o produtor fez uso do que na visão de Certeau (2000) se tem como estratégias cotidianas. O produtor utilizou-se de seu poder, em virtude do volume de produção de que dispunha para se sobrepor aos demais e fazer com que a cooperativa garantisse a ele exclusividade no fornecimento do produto mencionado. À cooperativa, por sua vez, coube fazer valer, novamente a sua posição e o poder de que dispõe enquanto instituição e também se utilizou de estratégia. Estabeleceu que o produtor teria a exclusividade “exigida” para mantê-lo vinculado a ela, tendo em vista ser uma boa fonte de renda – se trata de um dos principais produtores cooperados – e garantiu aos demais produtores o direito de ficarem calados em relação a esta situação. Pelo menos foi isso que percebi em campo, tendo em vista que nenhum dos produtores de hortaliças mencionou esse caso em suas conversas comigo ou quando conversavam entre si ou com funcionários da feira. Quando questionava sobre os produtos que forneciam eles citavam e se limitavam a dizer que não produziam alface crespa, sem qualquer menção ao ocorrido.

Confesso que o fato de não ouvir dos produtores qualquer informação sobre este caso foi um ponto que me incomodou durante todo o período em campo. Até tentei entrar no assunto de maneira mais direta com os produtores de hortaliças, perguntando por que não produziam alface crespa, mas obtinha sempre a mesma resposta: “Esse produto quem fornece é o produtor ‘X’”. Imediatamente, mudavam o foco da conversa e me perguntavam se eu já havia conversado com ele e, por mais que eu tentasse retomar o assunto, não conseguia. Era simplesmente silenciado. Um ponto que me chamou a atenção ainda em relação a isso, como destaquei em meu diário de campo, foi perceber que os demais produtores tem esse como uma referência dentro da feira. Identifiquei isso pela maneira como se referiam a ele e pelo fato de

que a grande maioria dos produtores com quem tive contato, me dizia que eu deveria tentar conversar com esse produtor.

Não sei se por incompetência minha ou resistência dele essa conversa nunca aconteceu. Ele estava sempre com muita pressa quando ia à cooperativa. Por vezes nem descia do carro para descarregar os seus produtos e quando o fazia, não dava espaço para uma eventual aproximação. Infelizmente fiquei com essa lacuna em minhas observações. Descrevi em meu diário de campo as minhas inquietações a respeito disso: “Por que os demais produtores de certa forma o protegem? Por que ele se esquivava de qualquer conversa? Por que nem mesmo o gestor da feira dá qualquer abertura para tratar deste assunto”? Com essas perguntas em aberto, passo a mencionar outros fatores que permitiram confirmar que a cooperativa em que trabalhei está distanciada dos preceitos do cooperativismo e pode ser vista como empresa de cunho capitalista na qual os envolvidos buscam o seu desenvolvimento em detrimento do crescimento da instituição como um todo.

Um desses fatores é a percepção dos produtores em relação ao percentual que pagam à cooperativa, que também demonstrou a questão da busca pela vantagem individual:

(028) Então, eu pago 20% do que eu entrego aqui, é muito! Então a partir do momento que nós vamos ter o nosso barracão aqui em cima, que tão construindo, ai vai mudar. Porque daí nós podemos diminuir a porcentagem da feira, vai ter mais lucro e vai chegar no ponto que nós queremos (Produtor Pedro).

No fragmento supra descrito, me chamou a atenção duas frases que, no contexto analisado, se contradizem. São elas: “nós vamos ter o nosso barracão” e “podemos diminuir a porcentagem da feira”. Na primeira o produtor se posiciona a partir do discurso cooperativo. Assim, através da utilização do pronome nós, o produtor se inclui como proprietário da cooperativa que está construindo um novo barracão. No entanto, logo em seguida, se utiliza do discurso capitalista e se posiciona como um fornecedor de produtos para a feira, olhando-a de fora, como um simples negociante. O enunciado “vai ter mais lucro” demonstra a espera pelo resultado individual que o produtor poderá alcançar, uma vez que terá possibilidade de repassar um percentual menor à cooperativa, já que os custos da mesma serão reduzidos após a mudança para o novo prédio.

Nesse fragmento, notei ainda que os diversos discursos – o capitalista e o “cooperativista” – estão em confronto, muito embora, pelo percurso semântico, dê para notar que é o discurso hegemônico do capitalismo que vence esta pequena batalha. Pude perceber, portanto, que os interesses individuais dos cooperados estão acima da perspectiva de

crescimento conjunto que gere o pensamento cooperativo. Os indivíduos utilizam-se do modelo de cooperação para alcançarem objetivos individuais, sem grande preocupação com o crescimento coletivo.

Como salienta Lefebvre (1991), no cotidiano não há passividade dos indivíduos em relação aos acontecimentos. Esta perspectiva de pensamento ficou clara para mim durante o período em que permaneci em campo. No entanto, percebi também que esta atuação ativa dos indivíduos não possibilitou aos mesmos escaparem à alienação, conforme proposta do mesmo autor. Ao passo que os produtores se desvinculam da ideologia cooperativa, atrelam-se cada vez mais ao discurso capitalista. Em meu diário de campo, destaquei um aspecto de uma conversa que tive com o presidente da cooperativa, sobre os valores que são cobrados dos produtores e, pude identificar esta mesma batalha entre os discursos e, novamente, a vitória do discurso capitalista.

Na ocasião, ele me disse que o produtor cooperado tem um custo relativamente alto ao optar por fazer parte da cooperativa, uma vez que a mesma tem despesas com funcionários, aluguel, energia elétrica, entre outras coisas. Se eu fosse atuar de forma individual, me disse ele, eu não teria esses custos. No entanto, ele continuou, eu teria despesa de combustível, de locomoção, de tempo, que talvez fossem maiores do que essas. Nesta conversa a intenção do presidente era demonstrar para mim as vantagens que os produtores tinham em se vincular à cooperativa que, por sua vez, minimizariam o efeito dos custos que os mesmos assumem para manter as atividades da instituição. No entanto, ao fazê-lo, o argumento utilizado é, novamente, vinculado ao discurso capitalista. A cooperativa, na visão apresentada, não é vantajosa porque através dela o grupo pode se fortalecer e conseguir se desenvolver, mas porque fora dela os custos podem ser ainda maiores. Outro produtor cooperado com quem conversei também abordou esse tema:

(029) [...] a taxa da cooperativa é muito grande! Eu sou contra isso aí. Porque a gente paga 20% do que eles vendem. Você paga 20% e pra sobrar 20% livre... é muito dinheiro! Se você tem um negócio, pra você render 20% livre... mesmo porque tem que pensar o seguinte: eu tenho que vender mais barato que o mercado pra ter competitividade (Produtor Marcos).

Neste fragmento discursivo a perspectiva é totalmente capitalista e empresarial. Em nenhum momento o produtor se posiciona como parte integrante da cooperativa, o que fica claro através do léxico “eles vendem”. Assim como apresentado no fragmento 028, este produtor também considera o percentual que paga à cooperativa muito alto, uma vez que

precisa vender a um preço menor do que o praticado nos supermercados para conseguir “competitividade”, palavra que remete, novamente, ao conceito empresarial.

Fica evidente através do apresentado que a ideologia capitalista está arraigada no discurso e nas ações dos produtores. Percebi que os cooperados veem a realidade da maneira como esta ideologia se apresenta a eles, sem questioná-la. Ao pensar esta abordagem através do conceito de cotidiano de Heller (2000), a partir do qual a autora apresenta que ao burlar o instituído, ainda que em poucos momentos, os sujeitos teriam possibilidade de ultrapassar a barreira da simples reprodução de ações já determinadas, pude perceber que, como a autora também salienta, isso não é tarefa fácil.

Na cooperativa em análise, o que pude identificar foram algumas tentativas de ultrapassar tais barreiras. No entanto, isso acontecia apenas em relação ao discurso cooperativo. Quanto à ideologia capitalista, os produtores se mostraram verdadeiros “cumpridores de papéis” (HELLER, 2000), apenas reproduzindo o determinado. Não consegui identificar neles qualquer tentativa, ainda que sutil, de se desvincularem da mesma. Tal perspectiva corrobora a afirmação apresentada por Lefebvre (1991), de que as ações cotidianas podem ser fortemente manipuladas pelos interesses do capital que leva os indivíduos a aceitarem suas imposições sem qualquer questionamento. Para Heller (2000), esta passividade caracteriza a “alienação da vida cotidiana”.

Como escrevi em minhas anotações de campo, em virtude da “disputa” ideológica que vi acontecer no ambiente cooperativo por vezes eu percebia que eles tentavam mascarar algumas reações ou palavras, ou ainda tratar alguns temas de maneira implícita, pois sabiam que ali o discurso deveria ser outro. No entanto, o que mais ocorria era se utilizarem de argumentos capitalistas para justificar a importância da cooperativa.

A perspectiva empresarial da cooperativa ficou ainda mais perceptível para mim quando ouvi o presidente da COPERAFA falar de uma central de vendas para os produtos, que é um dos projetos futuros da cooperativa. Torna-se nítida a ideia de que, cada vez mais as estruturas cooperativas atuam no mercado como empresas tradicionais, inclusive as que ainda são pequenas e vem sendo estruturadas, como é o caso da organização que foi objeto deste estudo. O tema da central de vendas veio à tona quando o presidente falava do desmembramento da cooperativa:

(030) Porque, eu penso assim, desmembrar é complicado porque hoje todas as empresas estão se unindo pra ter mais volume. Mas, por outro lado, como a gente trabalha só com pequeno produtor, talvez até desmembrar, fique até melhor pra trabalhar, você atende melhor o produtor no seu município.

Porque se houver produção suficiente, você pode unir as cooperativas e fazer uma central de vendas ou alguma coisa nesse sentido, acredito que no futuro vai correr pra isso, né? (João – Presidente COPERAFA).

O fragmento 030 faz referência clara à cooperativa como empresa, inclusive a partir da fala de seu presidente, como destacado. Apesar do desmembramento das unidades, o mesmo pensa em no futuro atuar a partir de uma central de vendas que, em conversas informais, o Sr. João diz pretender implantar em um centro maior como Cascavel ou Maringá. Pude perceber, desta forma, que os ideais cooperativistas estão cada vez mais distanciados do que é a realidade das organizações que se utilizam desta terminologia. Em relação ao tema do desmembramento, não vou entrar em detalhes neste momento, pois vou abordá-lo posteriormente com maior intensidade.

Após algum tempo em campo, quando fui entrevistar o técnico da EMATER, entendi que o discurso do presidente da cooperativa está totalmente alinhado ao que esta instituição propõe. Ou seja, a partir de diversas conversas informais e entrevistas com o presidente e com a entrevista realizada na EMATER, percebi que o primeiro apenas replica ideias apresentadas a ele. A questão do centro de comercialização de produtos é um dos exemplos que posso citar. Pude identificar que desde o início das atividades da cooperativa, já havia esta pretensão, porém a ideia nunca foi colocada em prática.

(031) Agora, por exemplo, uma unidade num grande centro consumidor, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu, né? O produtor daqui, dos pequenos municípios, produzir em escala e transportar e ter logística pra colocar em Maringá, Londrina, Curitiba, Foz, aí sim! Mas não teve, não teve essa envergadura. Houve intenção de trabalhar os grandes centros consumidores, mas não evoluiu. Tem todo um trabalho de logística, de produção, de organização do produtor e da produção que é complicado, não é impossível, mas é mais complicado, né? (Técnico EMATER).

Neste trecho da entrevista o técnico confirma que a intenção, ao iniciarem o trabalho através da cooperativa, era vender em grande escala. Apesar de estar silenciado, pude notar em campo que este foi também fator relevante para o desmembramento da cooperativa. Criou-se uma expectativa que eu chamaria de exagerada em relação ao que a instituição poderia alcançar. Como esta expectativa não foi atendida iniciaram-se pressões internas que culminaram com o desmembramento para que cada um possa trabalhar da forma como melhor convier, assunto para o qual darei maior ênfase posteriormente. Cabe ressaltar aqui que ao demonstrar que desde o início já se pensava a atuação da cooperativa como centro de distribuição e produção em grande escala, é possível afirmar que a COPERAFA já foi concebida a partir da ótica capitalista.

Outras práticas que presenciei em campo, denotavam a atuação empresarial da cooperativa. Registrei em meu diário, pois percebia de maneira recorrente na feira, o fato de alguns produtores “cederem” o seu cadastro para que outros – não cooperados – pudessem comercializar os seus produtos. Passei a identificar tal prática ao acompanhar o recebimento de produtos. Via que alguns produtores entregavam a sua produção e esta era cadastrada em nome de outros cooperados e não daquele que estava ali naquele momento. Fui então perguntar à funcionária que recebia os produtos o porquê daquela prática, ao que ela me respondeu: “Isso é um acordo entre o produtor e a pessoa. A cooperativa faz o pagamento para o produtor, depois este faz o acerto com o terceiro”. A mesma acrescentou ainda que alguns produtores não se sentiam seguros para se associarem, queriam “testar” primeiro se a opção seria lucrativa. Assim, era permitido que, por algum período os mesmos pudessem se utilizar do cadastro de outro produtor, desde que houvesse o consentimento do mesmo.

Avaliando tal atitude nas primeiras vezes que a presenciei, entendia que se tratava, conforme conceito apresentado por Certeau (2000), de uma tática de subversão dos produtores em relação ao estabelecido pela cooperativa. No entanto, ao perceber a recorrência e ainda, que os gestores da cooperativa tinham conhecimento da mesma, passei a entender que se tratava de uma estratégia da cooperativa para atrair mais cooperados, a fim de alcançarem o seu objetivo de crescimento, conforme descrito anteriormente. Analisando o discurso utilizado para falar sobre o assunto, percebi uma tentativa clara de eximir a cooperativa de qualquer responsabilidade sobre tais ações. A frase destacada a explicita: “isso é um acordo entre o produtor e a pessoa”. Porém, em meu entendimento, trata-se de uma articulação da cooperativa, uma vez que se a mesma não permitisse tal prática, seria difícil para os cooperados ou os potenciais cooperados executá-la.

Minha curiosidade foi novamente aguçada diante das reflexões que fazia em relação a essa prática. Por que a cooperativa tinha necessidade de se utilizar desta estratégia para atrair novos produtores ao seu quadro de cooperados? A fim de responder a esta questão, passei a observar as ações do gestor e funcionários da cooperativa no sentido de buscarem aumentar o quadro de produtores cooperados. Porém, foi na Assembleia Geral Ordinária realizada pela cooperativa que esta resposta se apresentou a mim com maior clareza sem que, naquele momento, eu a buscasse.

Em meu diário de campo destaquei um fato que ocorreu durante a assembleia que me levou a compreender o porquê da utilização da estratégia supracitada, pela cooperativa. A assembleia estava no período inicial e tudo ia bem, até que ao demonstrar os resultados financeiros da cooperativa no exercício de 2013, uma frase me chamou a atenção, foi quando

o gestor disse que naquela assembleia iria concluir o pagamento das parcelas do dinheiro que a cooperativa havia emprestado de seus cooperados. Naquele momento as peças de um quebra-cabeça foram se encaixando em meu pensamento. Logo, dediquei toda a minha atenção às palavras que eram proferidas naquele instante. Lembro-me que depois da frase dita pelo gestor da cooperativa, de pronto, um dos técnicos da EMATER que estava auxiliando na condução da assembleia tomou a palavra e parabenizou aos cooperados pela sua atitude. Tomei nota do que ele falou: “o que vocês fizeram foi muito bonito! Vocês salvaram a cooperativa de vocês!”.

Nesta frase enunciada pelo técnico da EMATER, pude perceber, novamente, o anseio de fazer com que os produtores assumam a cooperativa como se fosse deles. O mesmo transfere para os cooperados a responsabilidade pelo sucesso que a cooperativa alcançou nesta ação. A utilização do verbo “salvar” retrata esta perspectiva. Ao ler as anotações que fiz naquela noite, vi que me chamou a atenção o sentimento de orgulho que os produtores demonstravam ao ouvir tais palavras. Conforme minhas considerações: “eles se entreolhavam e sorriam orgulhosos; mexiam-se nas cadeiras e demonstravam satisfação por terem contribuído”.

Olhando para a situação com os olhos de hoje, a partir das análises já demonstradas e de outros fatores que abordarei à frente, entendo que os mesmos foram conduzidos a isso de alguma maneira. Como este assunto é tido como tabu na cooperativa, tanto em conversas informais, quanto nas entrevistas, não obtive muitas informações a respeito. Também não consegui compreender de maneira ampla como se deu o processo de convencimento dos produtores para que aceitassem a proposta de financiarem a cooperativa por algum tempo. No entanto, considerando as estratégias utilizadas pela EMATER em todo o processo, desde a concepção da cooperativa, e a maneira como o técnico exaltou a atuação dos produtores, entendo que esta deve ter tido papel fundamental neste processo de convencer o produtor a investir recursos próprios na cooperativa.

Outro aspecto que, em minha concepção auxiliou para esse convencimento dos produtores foi a maneira como os mesmos veem a cooperativa. Ora, se ela é um instrumento para facilitar a comercialização de produtos dos mesmos; se a partir das atividades da cooperativa os cooperados conseguem aumentar a sua renda, não seria vantajoso para eles, sob nenhum aspecto o encerramento de suas atividades. Para os envolvidos, a cooperativa deve estar a serviço dos cooperados e garantir a eles os resultados que desejam alcançar. Este fator foi apresentado claramente pelo técnico da EMATER:

(032) [...] Então tem que recalcular custo, redimensionar a empresa, recalcular custos fixos e tudo mais e, porque como eu te falei, a cooperativa é um negócio e como negócio tem que ser viável, tem que ter viabilidade, né? Então tem que compatibilizar custos e receitas, pra viabilizar e cumprir com seu objetivo principal que é prestar serviços aos associados.

Neste fragmento discursivo o técnico apresenta as cooperativas como simples prestadoras de serviço aos associados. O percurso semântico apresentado reflete o pensamento que vigora entre os sujeitos envolvidos no dia a dia da COPERAFA, qual seja, a necessidade de se manter um negócio viável que atenda aos anseios dos cooperados, não em uma perspectiva coletiva, mas individual. Este foi um fator que me prendeu a atenção durante todo o período em que estive em campo. Em meu diário teçi diversas reflexões a esse respeito, uma vez que tais ações demonstram como as cooperativas passaram de uma alternativa ao capitalismo para uma alternativa dentro do capitalismo.

Em sua concepção original, as cooperativas possuíam duas “vocações”, quais sejam: a social e a econômica. Na perspectiva social, a possibilidade de dar aos cooperados condições de comercialização de produtos que não seria possível aos mesmos se atuassem de maneira individual. No aspecto econômico destaca-se o resultado financeiro, chamado “sobras” a serem distribuídas aos vinculados à instituição. Na COPERAFA, conforme destaquei em meu diário de campo, entendo que a perspectiva social é atendida, uma vez que os produtores encontram na cooperativa um espaço para a comercialização de seus produtos que não seria possível se os mesmos atuassem individualmente no mercado. Porém, a perspectiva econômica apresenta problemas que, em meu entendimento, estão relacionados à ideologia que impera neste ambiente. Apesar de não assumirem explicitamente, prevalece dentro da cooperativa, como vimos, o discurso capitalista. Desta forma, o que os produtores esperam alcançar é um bom resultado financeiro. Tal objetivo não seria negativo, se não estivéssemos dentro de uma instituição de cooperação e o resultado esperado estar claramente vinculado ao âmbito individual. Logo, dizer que a cooperativa deve estar a seu serviço é algo que os envolvidos consideram completamente adequado.

Diante do que foi dito na assembleia, em relação ao financiamento da cooperativa pelos cooperados, lembro-me que passei a supor que estes problemas financeiros poderiam ter levado à diminuição da quantidade de produtores cooperados e que seria esse, portanto o motivo pelo qual a mesma passou a desenvolver a prática de os produtores fazerem um “teste” antes de se vincularem efetivamente à COPERAFA, conforme expus anteriormente. No entanto, até aquele momento eu tinha apenas uma suposição, era preciso buscar compreender se, de fato, foi essa a motivação. Desta forma, mesmo percebendo que o assunto não era

agradável eu busquei saber os motivos que levaram a COPERAFA a precisar ser financiada pelos cooperados.

Ao realizar entrevista com o técnico da EMATER, o mesmo abordou a questão da honestidade como fator preponderante para a gestão das atividades na cooperativa. Ele apresentou esta temática da seguinte maneira:

(033) Só tem uma coisa, que eu vou te falar... e se quiser publicar, pode publicar aí no teu trabalho... cooperativa é um negócio tão bom que só não aguenta desonestidade! Não tem negócio que aguenta desonestidade, cooperativa também não aguenta. [...] Então, eu não tenho dúvida de que cooperativa é um bom negócio, só que tem que se resguardar das desonestidades, dos corruptos que também... não estão só na política, estão também nas organizações.

Neste fragmento discursivo, deliberadamente, o conceito de cooperativa é novamente deixado de lado e a mesma é apresentada como sendo um “bom negócio”. No entanto, quero me ater com maior atenção aos léxicos “desonestidade” e “corruptos”. São duas palavras fortes utilizadas pelo enunciador, que demonstrou certa rispidez, irritação até, ao pronunciá-las. Neste primeiro momento, o mesmo não se referiu a qualquer situação específica da COPERAFA. Ao dizer que a cooperativa deve se resguardar destes dois fatores, o técnico se refere ao sistema cooperativista de maneira geral. Porém, a partir do que havia sido dito na assembleia, a impressão que tive era de que ele se referia a uma situação ocorrida na cooperativa em estudo. Durante a entrevista, no entanto, o técnico não mencionou qualquer situação que pudesse confirmar a minha impressão.

Diante disso, passei a buscar dentro da cooperativa informações a respeito de possíveis problemas que pudessem ter ocorrido na cooperativa. No entanto, em relação à desonestidade ou corrupção, citadas acima, não obtive qualquer resposta. Foi este breve relato enunciado no fragmento 034 a única informação explícita que consegui obter sobre esta questão, pois, obviamente, o assunto é um tabu na cooperativa. O gestor da feira falou sobre problemas pelos quais a cooperativa passou, no entanto, ao tratar da questão financeira, ele mencionou outros aspectos que os teriam motivado, conforme apresento no fragmento discursivo abaixo, quando conversávamos sobre o tempo que ele atua diretamente na gestão da cooperativa:

(034) É, desde o início, né? Depois eu me afastei um ano mais ou menos, um ano e pouquinho, né? E deu problema, daí voltei. [...] Como eu falei pra você, fiquei um tempo e saí, entrou outro rapaz, outro agricultor, ele era muito áspero, muito duro. Queria levar muito na dureza, onde que deu problema aí e ele teve que sair. Inclusive deu problema na cooperativa, a

questão financeira, por causa disso, falta de saber levar os agricultores, né?
(José – gestor da cooperativa).

Como pode ser identificado na fala do gestor da COPERAFSA, este atribuiu os problemas pelos quais a cooperativa passou à maneira como os cooperados foram tratados pelo produtor que assumiu as atividades de gestão da cooperativa em determinado período. O fragmento discursivo aponta que o fato de não conseguir conduzir bem a relação com os produtores foi determinante para os problemas pelos quais a cooperativa passou. Os vocábulos “duro” e “áspero” representam essa compreensão. Esta perspectiva me remeteu ao conceito de entonação apresentado por Heller (2000), que se caracteriza pela marca que as ações dos indivíduos deixam no ambiente em que atuam. Estas podem ser positivas ou não. No caso da cooperativa pude perceber que o referido gestor deixou também a sua marca, ainda que de maneira negativa, conforme destacado no fragmento 034, sendo os seus efeitos sentidos ainda hoje na instituição.

Nesta conversa com o gestor procurei saber ainda se outras dificuldades poderiam ter também acentuado os problemas da cooperativa, principalmente os financeiros, mas o gestor disse que “pelo que ele tinha conhecimento, não”. Conforme relatei em meu diário de campo, notei que ele não queria falar a respeito do assunto.

Uma das funcionárias da feira, por sua vez, me disse um dia que houve problema na cooperativa e que, uma funcionária havia sido demitida sem grandes explicações. Ela também não tinha muita clareza do que tinha acontecido, o que me fez compreender que este assunto foi tratado de maneira informal – não foi documentado – e apenas entre alguns membros da cooperativa. Entendo que tenha sido para não afetar o nome da cooperativa na comunidade em que está inserida.

Diante de tais perspectivas, pude perceber claramente o desvirtuamento da organização cooperativa em relação aos princípios que deveriam nortear as atividades destas instituições. No entanto, um aspecto salientado nas conversas com o presidente da cooperativa e com os cooperados que faz lembrar novamente que se trata de uma estrutura organizacional baseada na cooperação. De acordo com eles, as decisões relacionadas à COPERAFSA são tomadas em conjunto nas assembleias ou reuniões extraordinárias em que são convocados todos os membros para a deliberação de temas importantes para a cooperativa. Alguns fragmentos das conversas mantidas com produtores corroboram tal visão:

(035) As decisões são coletivas, ninguém aqui toma uma decisão, nenhuma, sem passar por todos os associados. Tem algum outro que fala: eu não “tava” sabendo disso! Não “tava” sabendo, porque não foi na reunião, porque a

reunião é esclarecida. Tudo o que for necessário que é pro bem ou seja por que motivo for, é posto às claras pra todo mundo, é telão... é todo mundo está a par de tudo (Produtora Regina).

(036) As decisões são tomadas juntas, né, com os sócios ou com a diretoria... quando é reunião da diretoria, então a diretoria decide e nas assembleias a gente discute os problemas, né? Isso é muito importante, na verdade a gente teria que participar mais ainda, né? Todos os sócios, em todas as assembleias, em todas as reuniões que são convocadas e a gente, na maioria das vezes, deixa a desejar (Produtora Maria).

(037) Se não participar, no caso, dessas reuniões e coisa, o “cara” deixa para os outros resolver o que ele quer resolver. Então a gente tem que participar dessas reuniões justamente por isso, pra falar o que tá errado e apoiar o que tá certo. Não adianta eu não ir e depois ficar falando por trás. Então não, tem que ser na hora da reunião. O que for decidido tem que ser na hora (Produtor Pedro).

Existe, portanto, dualidade presente no ambiente da cooperativa. Ela é gerenciada como empresa, no entanto, precisa se manter ligada, de alguma forma, aos princípios que norteiam as atividades relacionadas à cooperação, uma vez que, na teoria é este o seu ambiente de atuação. Nos fragmentos acima destacados pude perceber que os associados mantêm a visão das decisões conjuntas. No entanto, algumas expressões chamam a atenção senão vejamos: “ninguém toma decisão nenhuma sem passar por todos os associados”; “Tudo o que for necessário que é pro bem ou seja por que motivo for, é posto às claras” “... então a diretoria decide e nas assembleias a gente discute os problemas”. Estas expressões foram apresentadas nos fragmentos 035 e 036 respectivamente, e dão a entender que as decisões são levadas para os cooperados já pré-estabelecidas, ou seja, um grupo menor se reúne e depois apenas repassa as decisões para votação dos demais.

Ao participar da assembleia ordinária realizada pela cooperativa, pude confirmar essa minha impressão. Relendo novamente as anotações que fiz após acompanhar a mesma, lembrei que me chamou a atenção a passividade dos produtores. Em nenhum momento as propostas foram questionadas ou se propôs discussão, as mesmas eram apenas apresentadas e se pedia que quem fosse contrário deveria se manifestar. Assim o único gesto de manifestação dos produtores era erguer as mãos quando solicitado para cumprir o rito de aprovação das propostas, conforme é praxe nas decisões cooperativas. Entendo que esta forma de atuação inibe a participação das pessoas, pois muitos têm receio de se manifestar contrário e acaba acatando as decisões mesmo sem concordar. Lembro-me que quando um produtor “se atreveu” a fazer uma pergunta sobre determinada ação que estava sendo proposta, ele foi “fuzilado com os olhos” pelos demais. Isso ocorreu no início da reunião, até o final dela,

ninguém mais ousou falar. Assim, tudo que foi apresentado, foi aprovado por unanimidade pelos presentes.

Logo, identifiquei que a discussão de ideias que a produtora disse existir durante as assembleias ou reuniões, no fragmento 036, na verdade não ocorrem. Destaquei em meu diário de campo que em seus discursos tanto produtores quanto gestores, por vezes, procuram deixar transparecer que a ideologia cooperativista prevalece, no entanto, ao acompanhar as atividades *in loco* não é o que se vê. Percebi, portanto que mesmo participando das reuniões ou assembleias os produtores acabam deixando “para os outros resolverem o que ele quer resolver”, o que em seu discurso, no fragmento 037, o produtor disse que ocorreria apenas se os produtores se ausentassem dos referidos encontros. Me chamou a atenção o fato de que este produtor estava na assembleia e agiu da mesma forma que os outros, ou seja, passivamente. Lembro que me perguntei: “será falta de interesse nas ações da cooperativa? Total confiança nos gestores”? Aí me veio em mente a frase que estava no folheto de convite para a assembleia que vi exposto na cooperativa, pensei que havia nele uma frase que pudesse responder aos meus questionamentos, nele estava escrito: “compareça: prestigie o que é seu!”

Embora o convite enfatize que a cooperativa é de todos, entendo que o léxico “prestigie” apresenta outra conotação. Ao prestigiar um evento, não há necessidade de envolvimento, trata-se de valorizar ou aproveitar o mesmo. Portanto, caberia aos produtores apenas prestigiar a assembleia, ou seja, era necessário um bom número de presentes para legitimar a realização da mesma. Não era necessária, desta forma, a participação efetiva dos mesmos. Logo, compreendo que o princípio de decisão coletiva que tanto é enfatizado no ambiente cooperativo na verdade não existe, o que se tem é um grupo de pessoas que decidem as ações a serem tomadas na cooperativa e os cooperados são chamados apenas para tomar ciência e anuir o que já está definido.

Destaquei em meu diário de campo que após participar da assembleia passei a observar com maior atenção a ação dos cooperados em relação aos processos de tomada de decisão tanto no dia a dia da cooperativa, quanto em conversas com produtores. Nesses momentos tocava no assunto para ver como os mesmos viam esse aspecto. O discurso continuava sendo de decisão coletiva, como os que apresentei anteriormente, e a prática passiva, assim como ocorreu na assembleia.

Apenas um dos produtores apresentou, explicitamente, uma visão diferente em relação ao assunto, coincidentemente, o mesmo que tentou questionar uma ação apresentada na assembleia. Ele me disse que muitas coisas (que não quis detalhar), são tratadas em reuniões à parte, ou seja, não são expostas a todos os associados para a tomada de decisão. “Existe uns

quatro ou cinco que pensam do jeito deles, né? E na hora das reuniões, não convidam você pra discutir” (Produtor Claudio). A frase destacada demonstra que nem sempre o que é definido está de acordo com os anseios dos cooperados. Ao dizer que o grupo que determina as ações “pensa do jeito deles”, o produtor transparece essa perspectiva. Identifiquei ainda na fala do produtor as estratégias utilizadas pelos que gerenciam grande parte das atividades da cooperativa. Realizam reuniões sem a presença dos demais, e levam decisões pré-concebidas aos produtores que estão fora deste grupo. Desta maneira, os mesmos não têm a função de discutir os rumos da cooperativa, apenas aceitar ou não as propostas já estruturadas que lhe são apresentadas.

Pude perceber a partir do trabalho na cooperativa e das conversas com cooperados – de maneira implícita – que apesar de ser gerenciada como empresa capitalista, o discurso de cooperação não pode ser abandonado, uma vez que o mesmo garante legitimidade às ações que são tomadas na cooperativa, bem como acesso a benefícios governamentais que não são disponibilizados a empresas que não possuem a conotação da cooperação. Logo, é importante para a organização manter o nome cooperativa, muitas vantagens no ambiente capitalista advêm dele. No entanto, as práticas no dia a dia destas instituições estão cada vez mais distanciadas dos preceitos cooperativos.

5.3 A profissionalização do produtor e da organização cooperativa

Apesar de apresentar fortes traços de empresa essencialmente capitalista, como vimos, a COPERAFA ainda é gerenciada por produtores, que é um dos princípios do cooperativismo. Utilizo-me da palavra “ainda” propositalmente, uma vez que pelo que eu pude perceber, esta prática está também com os dias contados. Durante a minha estada em campo, percebi que há na cooperativa duas linhas de pensamento divergentes em relação à sua gestão. O presidente, claramente influenciado pelo discurso empregado pela EMATER, entende que para que a cooperativa possa crescer no mercado – visão empresarial – faz-se necessária a sua profissionalização. Por outro lado, o atual gestor da cooperativa, como já salientado, apresenta a visão de que para lidar com os produtores é necessário que seja uma pessoa que saiba “falar a língua deles”, ou seja, outro produtor. Me perguntei: por que não aliar as duas coisas ao

invés de manter esta disputa dentro da cooperativa? Cheguei a algumas respostas que agora compartilho.

Pelo que pude apreender, em virtude da expectativa de todos com a inauguração da nova sede da cooperativa, em breve, e as perspectivas de crescimento do volume de negócios que na visão dos produtores isso representa, o posicionamento da profissionalização está, hoje, vencendo esta disputa. Como destaquei em minhas anotações, não foram poucas as vezes que eu ouvi tanto do presidente da cooperativa, quanto do técnico da EMATER que, ao ir para a nova sede a cooperativa precisará se profissionalizar. Para eles, a profissionalização está em passar a gestão para um membro externo, tirando da cooperativa uma das poucas coisas que ainda a identifica como tal.

Lembro-me de uma das conversas que tive com o presidente da cooperativa em que ele me disse: “o produtor sabe produzir, ele necessita produzir, nós temos produtos, agora a questão é a administração”. Desta conversa, salientei em meu diário de campo, o Sr. João coloca o produtor – grupo ao qual ele também pertence – como aquele que tem a função única de garantir o abastecimento da cooperativa e assim, assegurar também a sua renda. O percurso semântico utilizado pelo enunciador apresenta, ainda que de maneira implícita, que a administração não é tarefa para ser desenvolvida pelos produtores. Estes, de acordo com o dito, sabem e necessitam produzir e assim garantem os produtos para serem comercializados.

Neste sentido, novamente a EMATER se coloca “à disposição” dos gestores da cooperativa para “auxiliá-los”. O técnico desta instituição me disse: “provavelmente será necessário que mantenhamos alguém lá dentro, de novo”. Ao utilizar o léxico “necessário”, em minha compreensão, para ele não se trata apenas da perspectiva da profissionalização, é, principalmente o ponto de vista do controle que precisa ser mantido dentro da cooperativa, uma vez que ao utilizar o verbo manter no presente do subjuntivo – mantenhamos – ele deixa claro que a profissionalização da cooperativa passa, necessariamente pela EMATER. Esse tempo verbal é utilizado, entre outros aspectos, para indicar desejos. Entendo, desta forma, que a EMATER deseja que a cooperativa não saia da sua influência. Isso fica claro quando, ao se referir à profissionalização o técnico não fala da necessidade de um profissional para conduzir a cooperativa, mas de manter alguém vinculado à instituição na COPERAFA. Para justificar esta alternativa, o técnico da instituição apresentou o seguinte argumento:

(038) Então, o futuro da cooperativa, como negócio - eu não tenho dúvida que é um bom negócio - agora, depende das pessoas que estão lá dentro, o que vão fazer, tá entendendo? O que faz acontecer? São as pessoas! Se são as pessoas inadequadas pro negócio, o negócio vai mal... se forem pessoas

adequadas, vai prosperar. Pegou minha linha de raciocínio? [...] Agora, de nossa parte, nós EMATER, como já declaramos aqui pra você, nós estamos ombro a ombro, *pari passu* com os agricultores e quando nós sentimos algumas ameaças, nós, com toda franqueza chegamos e colocamos na mesa de negociação. Nós somos parceiros, isso é uma questão até de fidelidade (Técnico EMATER).

Neste trecho de sua entrevista, o técnico da EMATER ressalta, novamente, a cooperativa como sendo um bom negócio e, ao mesmo tempo, a importância dela estar vinculada a uma instituição como a que ele representa. Ao falar de pessoas adequadas ou inadequadas, o mesmo se refere ao gerenciamento das atividades dentro da cooperativa. O que está implícito nesse fragmento é que para o enunciador alguém que seja adequado para assumir a gestão da feira, é alguém que esteja vinculado à EMATER. Ainda no fragmento discursivo 038 destaquei as expressões “ombro a ombro” e “*pari passu*” que foram repetidas diversas vezes pelo enunciador durante a nossa conversa e representam, em sua perspectiva, o posicionamento da EMATER que está ao lado dos produtores. Este posicionamento, em sua visão, lhe garante legitimidade para atuar dentro da cooperativa, uma vez que os produtores sentem-se seguros por terem o seu “auxílio”. Percebi em campo que os membros que compõem esta instituição utilizam-se desta certa fragilidade dos produtores para levá-los a tomar ações que são do interesse da EMATER e não necessariamente dos agricultores.

Ao utilizar a frase “quando nós sentimos alguma ameaça”, novamente o representante desta organização se posiciona como quem pode proteger o agricultor. O pronome “nós”, outra vez, remete à instituição como um todo. A frase utilizada reforça a ideia de que o produtor necessita da EMATER para alcançar bons resultados em suas atividades e para protegê-lo das eventuais ameaças que possam surgir. Gostaria de me ater aqui, portanto à palavra “ameaça”. Lembro-me que quando ouvi essa expressão fiquei inquieta, um turbilhão de pensamentos e, claro, questionamentos me vieram à cabeça naquele momento. Passei a buscar entender a que tipo de ameaça o enunciador se referia e me perguntei: “onde está a preocupação dele, na cooperativa ou no controle que precisa ser mantido? As ameaças a que ele se refere estão atreladas ao rumo a ser tomado pelas atividades da COPERAFA ou seriam ameaças ao poder que a EMATER exerce sobre ela”?

Após finalizarmos a entrevista, voltamos a falar sobre a gestão da cooperativa. Enquanto falava sobre este assunto, o técnico da EMATER me disse que tem um rapaz que trabalha com ele que “é muito bom” e poderia assumir a posição de gestor da cooperativa. Nesse momento, ele respondeu às interrogações que eu havia construído. Percebi que mesmo antes de se tomar qualquer decisão em relação ao assunto dentro da cooperativa, a EMATER

já articula as suas ações. Utiliza-se, portanto de seu lugar de poder, de seu próprio, para alcançar os seus objetivos em relação à cooperativa. Desta maneira, pode concluir que o interesse desta e de seus técnicos é manter o seu poder de influência sobre a COPERAFA e seus cooperados, uma vez que se a cooperativa der abertura para outro profissional, não vinculado a EMATER, este pode ficar comprometido.

Ficou evidente para mim, diante do que percebi através do discurso e das ações dos representantes dessa instituição em relação à cooperativa, a perspectiva apresentada por Lefebvre (1991), de que no cotidiano – considerado por ele como alienante – as relações são produzidas através da lei do mais forte e do mais rápido. O “mais forte” e “mais rápido” neste contexto é a EMATER que consegue envolver os produtores e fazê-los acreditar nas “verdades” por ela apresentadas. A partir disso, estes passam a reproduzir as ideias que lhes são transmitidas pela instituição. Como salientei em minhas anotações, foi interessante ver que os produtores acatam o que é dito pelos representantes da EMATER sem qualquer questionamento. Notei que a cooperativa vem sendo moldada no decorrer do tempo de acordo com as prerrogativas que esta instituição considera que sejam coerentes e adequadas ao “negócio”, maneira como eles costumam se referir à ela.

Entendo que, desta maneira, a EMATER consegue manter os produtores à margem do processo de condução de sua própria história. Ainda que no cotidiano, conforme salienta Heller (2000), é possível soltar as amarras que nos mantém atrelados à alienação, no ambiente em que realizei este estudo percebi que os produtores não têm forças para se desvincularem. Acredito que os mesmos sequer tenham consciência de que poderiam fazê-lo, uma vez que não se veem como sendo capazes de dirigir as suas próprias ações, principalmente no que diz respeito à gestão da cooperativa.

Diante disso, a corrente de pensamento existente na cooperativa, que defende a profissionalização da gestão, através da contratação de um membro externo, tem apoio do atual presidente da instituição. Nos contatos que mantive com ele dentro da cooperativa já conseguia perceber isso. Este assunto é claramente uma prioridade para ele, que sempre o retomava, dizendo que a cooperativa só conseguiria se desenvolver se tivesse alguém capacitado para conduzi-la. Na entrevista que realizei com ele, novamente este tema apareceu. No fragmento abaixo, enunciado pelo mesmo, fica claro o seu posicionamento a respeito deste assunto.

(039) [...] É, eu tenho que contratar um gerente, que faça isso. Porque o produtor às vezes não olha o preço. Muitas vezes o produtor põe preço mais

alto aqui do que tá no mercado e eu acho que não tá certo. Eu acho que teria que ter um gerente que faça pesquisas nos mercados da cidade e sempre fazer um preço, no mínimo o mais baixo que achou no mercado. O ideal seria até mais baixo um pouco, né? Agora, lógico, tem dia que o cara faz promoção no mercado, aí não tem como, né? Mas assim, em média de venda... mesmo porque, a gente vender mais caro, o consumidor já reclama, né? Não paga imposto, não paga isso e tá mais caro que no mercado? Então, a gente tem que tentar olhar pra esse lado, né? (João – Presidente da cooperativa).

Essa é, em minha percepção, uma narrativa interessante, na qual novamente o discurso capitalista impera claramente. Ao dizer “eu tenho que contratar um gerente”, o enunciador afirma, mesmo que de maneira implícita a importância que tem para ele o fato de contratar alguém externo à cooperativa para conduzir as atividades da mesma. Nesse depoimento aparece um discurso disseminado no ambiente empresarial de que é importante, por vezes, trazer um gestor de fora para conduzir as atividades, uma vez que poderia realizar um trabalho imparcial, sem os vícios adquiridos dentro da organização. No entanto, no relato do presidente da cooperativa o mesmo demonstra até certa ingenuidade ao falar do papel que este gestor teria dentro da instituição de fazer apenas a análise de preços para que os valores praticados na cooperativa não fossem maiores do que nos supermercados do município.

Confesso que logo que ouvi esta afirmação imaginei que o enunciador estivesse limitando propositalmente as ações a serem desenvolvidas a partir da contratação de um gestor externo. No entanto, como destaquei em minhas anotações de campo, após outros contatos com o mesmo, percebi que ele acredita, efetivamente, ser essa a principal função a ser desempenhada na gestão da cooperativa.

Outro aspecto que me chamou a atenção neste fragmento discursivo foi a frase “Muitas vezes o produtor põe preço mais alto aqui do que tá no mercado e eu acho que não tá certo”. Esta frase representou para mim uma contradição em relação ao que ocorre na cooperativa, uma vez que não é o produtor individualmente quem define o preço dos produtos, este é acordado entre o gestor da feira e todos os produtores que fornecem um mesmo produto, uma vez que, como salientei anteriormente a cooperativa adota em suas práticas a diferenciação dos produtos para escolha do consumidor a partir do critério da qualidade e não do preço.

Ainda nesta fala se destaca a utilização do pronome pessoal “eu”, para mim soou estranho ouvir esta forma de posicionamento em um ambiente de cooperação. O enunciador se coloca como o único responsável pelas decisões da cooperativa e, habilmente se desassocia da posição – que também ocupa – de produtor quando diz “o produtor” como se ele não fizesse parte deste grupo. Entendo que a partir da posição que ocupa na cooperativa, sua

postura deve ser diferenciada, no entanto, pelo que percebi em campo, esse sentimento de poder, explicitado neste fragmento discursivo, acaba tornando a relação com outros produtores distante e formal, fator que pode influenciar no processo de tomada de decisões na cooperativa. Ou seja, ele fala de seu lugar de poder.

A partir das percepções que tive no período em que permaneci na COPERAFA, acredito que este clima deveria ser evitado, uma vez que os problemas financeiros pelos quais a instituição passou, bem como o processo de desmembramento em andamento, geraram uma certa insegurança ou até mesmo desconfiança nos cooperados o que, ao não encontrarem na diretoria alguém que se posicione também como produtor, próximo a eles, poderá gerar situações de conflito que comprometam o futuro da cooperativa.

Digo isso porque percebi em campo certa insatisfação dos produtores em relação ao posicionamento do presidente e a maneira como os mesmos são tratados por ele. Poucos produtores demonstraram essa insatisfação explicitamente, no entanto, os gestos e reações nos momentos em que ocorriam encontros entre produtores e o Sr. João, era possível perceber isso. No entanto, teve um dia em que um dos produtores explicitou o que estava pensando: “Esse presidente desmontou a cooperativa! Ele é um cara honesto, só que é muito “boca dura” e o pessoal não aceita. Do jeito que ele levou a cooperativa, deu no que deu” (Diário de Campo). Ele disse isso se referindo ao processo de desmembramento da cooperativa que está em andamento. Como abordarei à frente, esse não foi o motivo fundamental que levou a esse processo, no entanto, entendo que como não há uma relação próxima entre o presidente da cooperativa e os demais produtores, interpretações como essa acabam ocorrendo.

Em relação à necessidade de profissionalização da cooperativa, como disse, existem pensamentos divergentes. Se por um lado o presidente da organização entende que a solução está na contratação de um membro externo para conduzir as atividades, por outro o gestor da feira apesar de não ter falado abertamente sobre o tema, deixou evidente que entende que para trabalhar com os produtores, nada melhor do que outro produtor. Essa perspectiva foi tema de diversas conversas que tivemos no período em que estive em campo, nas quais ele salientava a necessidade de “saber lidar” com os produtores. No entanto, na entrevista que ele falou sobre o assunto de maneira mais direta, ele me disse:

(040) É muito bom trabalhar com pessoas, produtores que você tem, tem origem, tem conhecimento, como são, tudo, né? E eu vejo a dificuldade, por exemplo de entrar um funcionário que não conhece, pra lidar com essas pessoas. Essas pessoas não são fáceis de lidar, então, tem uma dificuldade, tem que trabalhar, tratar eles com muito jeito, senão, dá problema (José – Gestor da cooperativa).

Neste fragmento discursivo, me chamou a atenção a maneira como o gestor da cooperativa – produtor rural – se refere aos demais produtores. Inicialmente ele se coloca como alguém que conhece esse grupo de pessoas, deixa implícito, portanto, ser ele também produtor. No entanto, ao utilizar o termo “essas pessoas”, ele claramente se exclui do grupo e volta a fazê-lo ao utilizar o sujeito indeterminado “eles” para referir-se aos produtores. Ou seja, naquele momento ele explicita que não está falando enquanto cooperado, mas que parte da posição que ocupa, de gestor da cooperativa. É a partir dessa posição que ele apresenta a questão da necessidade de alguém que conheça os produtores gerenciar a cooperativa, uma vez que é preciso “tratar eles com muito jeito”.

Em meu entendimento, o discurso deixa implícita, novamente, a visão que está instituída em relação ao produtor rural, que por não ter conhecimento formal, torna-se uma pessoa de difícil trato e convivência. Percebi que os próprios produtores tem essa visão de si e não percebem que em qualquer nível da sociedade existem pessoas que são “difíceis de lidar”. No entanto, eles tratam isso como uma característica do pequeno produtor, o que pode ser facilmente percebido através do contato frequente com os mesmos. Vez ou outra eles salientam que têm pouco conhecimento, pouco estudo e que por isso têm dificuldades em lidar com certas situações.

Resgatei meus diários, pois sabia que uma conversa com uma das produtoras com quem tive contato tinha despertado meu interesse em relação a este assunto. Vi minhas anotações: “Um dia, conversando com uma produtora, enquanto descarregávamos os seus produtos, ela me dizia das dificuldades que passou por não ter tido oportunidade de estudar ‘Fui proibida de estudar. Primeiro pelo meu pai, depois pelo meu sogro’. Ela disse ainda que tenta suprir a falta da educação formal através da realização de outras atividades ou cursos direcionados a produtores rurais. ‘Aprendi a viver assim, hoje já não sinto tanta falta’ falou ela.” Lembro-me que mesmo com a afirmação da produtora de que aprendeu a viver daquela forma, a impressão que tive era de que ela buscava artifícios para minimizar a sensação de inferioridade que tinha por não ter estudado.

Em outra oportunidade em que nos encontramos ela disse “nem dirigir eu sei, dependo do meu marido para poder sair de casa”. Encontrei com ela diversas vezes na cooperativa e este assunto sempre voltava à tona em nossas conversas. Ela dizia admirar mulheres independentes e que tinham possibilidade de estudar e estruturar as suas vidas por conta própria. Este foi um exemplo do que vivenciei em relação ao sentimento de inferioridade dos produtores e se destaca por se tratar de uma mulher. Poderia citar aqui ainda outras ocasiões em que me vi envolta neste assunto. Não foram poucas as vezes que ao abordar um produtor,

para realizar entrevistas ou mesmo para conversas dentro da cooperativa, eles me diziam: “mas no que eu posso te ajudar? Nem estudo eu tenho.” Eu me utilizava de diversos argumentos para tentar convencê-los da importância de suas histórias de vida e de suas atividades na cooperativa e do quanto poderiam contribuir para a minha pesquisa. Alguns eu consegui convencer, outros se mantinham impassíveis e não queriam “papo” comigo. Inclusive evitavam novas aproximações.

Muitas vezes me perguntei o porquê dessa insistência em acreditarem que são inferiores aos outros, e notei que se trata de uma questão incutida na cabeça dos produtores para que eles se mantenham vinculados a alguém que possa “auxilia-los” de alguma maneira, afinal, de acordo com o discurso apresentado, eles não conseguem se desenvolver sozinhos. Se na perspectiva de Certeau (2000), através do cotidiano os indivíduos podem tomar as rédeas de sua própria existência, na COPERAFA os produtores tendem a se manter atrelados a alguém que os direcione de alguma forma. Diante disso, abrem mão de exercerem o poder através das micropráticas cotidianas (CERTEAU, 2000), ou através de pequenas ações que em alguns momentos possibilitam fugir da alienação cotidiana (HELLER, 2000).

Assim, enquanto os produtores mantiverem esse pensamento, fica fácil para as instituições que estão ao seu entorno, manipularem as suas decisões e ações, como claramente ocorreu no processo de fundar as atividades da feira de rua e constituir a cooperativa, por exemplo. Diante das atitudes que os agricultores apresentam em seu dia a dia, é possível convencê-los facilmente de que não são capazes de conduzir a cooperativa.

No entanto, não é apenas a falta de educação formal que, de certa forma, incomoda aos produtores e faz com que se sintam inferiores. Percebi, conversando com eles, que os mesmos, ainda que possuam agroindústrias em suas propriedades, não se consideram profissionais. Muitas vezes em nossas conversas foi dita a frase “nós ainda não somos profissionais”. Ao questionar sobre o porquê desta visão negativa, eles me diziam que faltava estrutura, principalmente para a produção de hortaliças e frutas. Um dos produtores me disse: “poucos de nós tem estufas ou irrigação, aí dependendo do clima fica difícil produzir. Um produtor profissional tem essas coisas”. No período em que estive na cooperativa, esta dificuldade dos produtores pode ser nitidamente percebida. A região Oeste do Paraná passou por um período de calor extremo no último verão, que gerou visível queda na produtividade e comprometeu a qualidade dos produtos comercializados na feira, principalmente hortaliças e frutas.

Este fator gerava o descontentamento dos consumidores, pois não encontravam na feira o que procuravam e também dos produtores que não alcançavam o rendimento que

pretendiam com suas atividades. Lembro-me bem desse período, pois estava iniciando meu estudo na cooperativa. Os consumidores questionavam muito a quantidade de produtos disponíveis – os espaços em que eram expostos estavam praticamente vazios – bem como, sua qualidade. Muitos diziam não entender como isso acontecia. Percebi que os produtores têm razão quando dizem que existe a necessidade de investimento em suas propriedades para que tenham possibilidade de fornecerem produtos durante o ano todo, independentemente do clima. No entanto, o sentimento de inferioridade que advém dessa necessidade eu não entendia bem, até então.

Nesse período em que havia problemas de fornecimento, o movimento da feira também caiu significativamente. Conversando com os funcionários da feira, eles me disseram que provavelmente os consumidores estavam indo diretamente aos supermercados, pois lá não haveria esse tipo de problema, tendo em vista que quem fornece para eles é “profissional”. Me disseram: “Eles não têm a dificuldade que nós temos aqui. Conseguem fornecer produtos o ano todo.” Ao passo que o clima se tornava mais ameno, a produção se normalizava e o fluxo de consumidores também era gradativamente retomado. No entanto, percebi que esse período afetou os resultados da feira. Por vezes não tínhamos sequer produtos para atender a totalidade da demanda das entidades que, como disse anteriormente, representam grande parte do faturamento da cooperativa. Escrevi em minhas anotações de campo que era nítido perceber o descontentamento, tanto de produtores quanto dos gestores da cooperativa nesse período. Como a prioridade era o atendimento das demandas das entidades, ainda que parcialmente, os consumidores que frequentavam a feira não eram atendidos.

Diante dessa realidade eu percebia de maneira mais clara os motivos que levavam a perspectiva de profissionalização através da contratação de um membro externo como a alternativa que adquiria maior força na cooperativa. A possibilidade de um dos produtores ou até mesmo filhos de produtores buscarem qualificação para atuarem na gestão da COPERAFPA sequer é cogitada. Digo isso porque durante o período em que trabalhei na cooperativa vi que muitos filhos estão auxiliando seus pais na produção e entrega de produtos e desses, alguns estão estudando, buscando qualificação. No entanto, pelo que pude perceber, através das atitudes que vi na cooperativa, para muitos a gestão deve ser repassada para alguém que tenha experiência e que não possua vínculos com a instituição, para que apareçam “ideias novas”, como dizem.

Através desta análise pude ver que os produtores dificilmente têm coragem – como afirma Heller (2000) – de escapar à alienação cotidiana. Eles não acreditam que possuam potencial para desenvolver algo e tampouco existe alguém que os incentive ou os faça

acreditar. Por outro lado, eu percebia que faltava estímulo para que eles mudassem suas atitudes, uma vez que ao serem elogiados de alguma maneira, por menor que fosse o motivo, eles ficavam visivelmente animados e se envolviam de forma mais intensa nas atividades que desenvolviam. Percebi, portanto, que os produtores não possuem consciência de seu papel e de seu potencial, tendo em vista que não há interesse para que isso ocorra por parte daqueles que poderiam fazer com que se dessem conta disso. Por não terem essa consciência, não têm coragem de se desvencilhar das amarras que os prendem. Mantêm portanto, na maioria das situações um consumo passivo de regras pré-concebidas e discursos anteriormente formulados para que possam reproduzir.

A cooperativa, a partir disso, torna-se mero centro de comercialização e os produtores acabam tendo pouco ou nenhum contato com os consumidores de seus produtos, assunto do qual falarei agora.

5.4 A cooperativa como local de socialização com a comunidade

Como disse no início deste capítulo, antes de entrar em campo esperava encontrar uma feira de produtores na qual estes fossem também os vendedores de seus produtos e assim, tivessem contato frequente com os consumidores, como é praxe nas feiras tradicionais. No entanto, logo que cheguei à cooperativa vi que isso não ocorria e, com o passar do tempo pude confirmar que há pouca integração entre os produtores e os consumidores que frequentam a feira. Como esta foi uma das primeiras surpresas e inquietações que tive em campo, logo procurei saber qual a opinião dos envolvidos a respeito da forma como as atividades eram conduzidas na cooperativa.

Nesta busca por informações descobri que tanto para os produtores quanto para os gestores da feira, o fato de não precisarem estar envolvidos com a venda de produtos é tido como positivo, uma vez que salientam a necessidade de eles ficarem na propriedade para as atividades de produção. O presidente da cooperativa corroborou essa visão dos demais produtores ao dizer: “se cada um vier vender o seu produto, quem que produz lá na propriedade?” No período em que estive trabalhando na cooperativa, pude ver que realmente a integração entre produtores e consumidores é bastante restrita. Apenas em poucos

momentos eu a via acontecer, ainda assim eram através de conversas informais nos corredores da cooperativa, enquanto ambos faziam as suas compras.

Uma das produtoras com quem conversei me disse que consegue manter contato com consumidores, mesmo não estando o tempo todo na feira. Ela falou que vai sempre à cooperativa e que assim pode conversar com os consumidores sobre os produtos que disponibiliza e que por vezes auxilia no trabalho dentro da cooperativa. No entanto, nos períodos em que eu trabalhei na feira, isso não ocorreu. Desta maneira, pelo que pude ver em campo, o único produtor que mantém contato frequente e direto com os consumidores é o que também tem a função de gerenciar a cooperativa no município de Nova Aurora. Ele passa todas as manhãs e algumas tardes, coordenando as atividades e auxiliando nas diversas tarefas que são executadas na feira. Os demais produtores vão à cooperativa, apenas para deixar os seus produtos, ou até para mesmo adquirir produtos, logo a interação com os consumidores fica comprometida.

A socialização mais presente na realidade da feira é, portanto, entre os consumidores e os funcionários da cooperativa, inclusive o seu gestor. Vi que apesar da grande procura pelos produtos da feira – o movimento, principalmente no período da manhã, é intenso – havia um esforço dos funcionários em bem atender a todos os clientes. Conforme salientei em minhas anotações, não é uma relação fria, apenas de atendimento. Há uma relação que busca cativar as pessoas, percebendo os seus hábitos e os auxiliando quando estão no ambiente da feira. É como o gestor me disse um dia: “tentar fazer do cliente um amigo”. Depois de algumas semanas de convivência, constatei que isso era realizado de maneira natural, não era uma simpatia forçada como, confesso, pensei ser nos primeiros dias de trabalho na cooperativa. Retomando minhas anotações, encontrei um ponto em que descrevi uma conversa que tive com uma das funcionárias da feira sobre isso. Ela me falou que para eles é muito importante que o cliente fique satisfeito e volte, pois o crescimento da cooperativa depende disso.

Como a questão do atendimento me impressionou desde o meu primeiro contato com a feira, inicialmente de maneira negativa, como citei, sempre que estava no ambiente de comercialização de produtos da cooperativa, ficava prestando atenção na maneira como as pessoas eram recebidas e as suas reações diante do atendimento que lhes era proporcionado. Os frequentadores mais assíduos da feira eram chamados pelo nome e os funcionários buscavam demonstrar que conheciam as suas preferências, o que, eu pude notar, agradava bastante aos consumidores. Era, portanto, muito comum ouvir algumas frases que destaquei em meu diário de campo:

- Sra... chegou a bolacha que a senhora gosta. Está fresquinha, não quer levar?
- Sr... chegou alface hoje, tá fresquinho, aproveite para levar...
- Lembra do suco que o Sr. gosta? Tem aqui, não quer aproveitar para levar?
(Diário de Campo)

Assim sendo, em diversas oportunidades este processo de socialização me chamou a atenção. Pude perceber que as pessoas envolvidas no processo de comercialização dos produtos buscam cativar os clientes, criando situações diferenciadas. Alguns diálogos e situações prendiam a minha atenção, por exemplo, o que uma das funcionárias da feira manteve com a dona de um restaurante da cidade:

- Dona ... já tem fornecedor de mandioca?
- Não, não levo sorte!
- Tem um fornecedor novo, de Ubitatã. A mandioca que ele fornece é bem macia!
- Ah, que bom! Vou vir buscar amanhã então, para fazer um teste.
(Diário de Campo)

Quando a cliente deixou a feira, a funcionária exclamou: “Que bom! Já vendi trinta quilos de mandioca para amanhã. É um cooperado novo, precisamos demonstrar a ele que vale a pena ficar na cooperativa”. Preciso abrir um espaço para falar que aqui aparece, além da tentativa de agradar ao cliente, a perspectiva de buscar e manter novos cooperados vinculados à cooperativa, assunto que tratei anteriormente. Neste caso específico, lembro-me que se tratava de um produtor que há pouco tempo havia passado a fornecer produtos para a feira. Estava, portanto em um período de teste para ver se valeria a pena comercializar os seus produtos através dela. Este é um momento em que é importante que os produtos tenham bastante “saída” como diziam lá, para que o produtor veja que compensa ser cooperado. Logo, além de buscar agradar à sua cliente, pois a funcionária já conhecia a sua dificuldade em encontrar fornecedor de mandioca, ela aliou a necessidade de conquistar também o produtor.

Outra situação que presenciei na feira e que igualmente transparece este aspecto da socialização e que destaquei em minhas anotações de campo, foi a seguinte: Duas senhoras, mãe e filha, faziam suas compras na feira. Enquanto escolhiam os produtos, mantinham uma pequena “discussão” sobre a quantidade a ser comprada. Elas diziam que não poderiam exagerar, pois estavam a pé e não conseguiriam carregar muita coisa. Eu percebi que o Sr. José as observava à distância. Quando ele viu que elas estavam finalizando a escolha dos produtos, se aproximou e começou a conversar com elas, até chegar ao assunto das compras. Foi quando disseram a ele que não poderiam comprar muito naquele dia, pois não teriam

condições de carregar. O gestor, então, se ofereceu para entregar os produtos na casa delas. As senhoras ficaram visivelmente satisfeitas e aproveitaram para aumentar a quantidade de produtos que compraram naquele dia.

Depois que o gestor da cooperativa foi fazer aquela entrega, lembro que fui conversar com ele sobre o assunto e ele me falou que considera esta relação de confiança com o cliente muito importante, pois assim os conquista para que continuem frequentando a feira. Ele ainda acrescentou que se tivesse deixado elas saírem com poucos produtos, não teria feito diferença nenhuma para elas. Teriam sido bem atendidas de qualquer forma pelos outros funcionários. Mas ao ajuda-las, disse: “chamei a atenção delas, mostrei um diferencial. Assim, quando precisarem de produtos elas voltam aqui. Procuram a feira ao invés do supermercado”.

Continuando a nossa conversa, falei para ele que me impressionava a maneira como eles priorizavam o bom atendimento aos clientes. O gestor da feira me respondeu que para ele o atendimento ao cliente é muito importante e que procura passar para os funcionários também essa visão para que tratem bem aos consumidores que procuram a feira. Escrevi em meu diário de campo duas frases enunciadas por ele que considerei importante serem destacadas: “se você procura trazer o cliente e fazer dele seu amigo, às vezes ele nem tá precisando de um produto, mas ele vai chegar na cooperativa pra tomar um cafezinho e daí vai ver um produto e vai comprar”; “cidade pequena todo mundo conhece todo mundo, então tem que prezar pelo bom atendimento” (Diário de Campo).

Desta maneira percebi o processo de socialização na COPERAFA. As relações entre funcionários e consumidores eram construídas através de ações simples, mas que adquiriam grande significado para ambos. Pude identificar, portanto, o que Heller (2000) apresenta como a espontaneidade da vida cotidiana, através das qual as ações dos indivíduos são tomadas de maneira intuitiva, quase inconsciente. Desta maneira, formalizações e planos são deixados de lado e cedem espaço para as ações instintivas. Este conceito está próximo ao que Certeau (2000) chama de táticas cotidianas. Ações que adquirem significados importantes, que quebram o formalmente estabelecido. Assim, eu não percebi nas atitudes dos funcionários da cooperativa que esta busca por agradar aos clientes fosse algo combinado ou realizado à força. No entanto, os efeitos podiam ser notados, uma vez que foi criado um ambiente de amizade entre os consumidores e os funcionários da feira.

Como o trânsito de pessoas na cooperativa era intenso e grande parte dos clientes vinha à feira com pressa, não encontrei espaço para entrevista-los. Optei por, enquanto escolhiam os seus produtos, tentar conversar com eles sobre o atendimento recebido e os motivos que os levavam a optar pela compra de produtos na feira. Frequentemente me diziam

que a decisão de comprar na COPERAFSA estava relacionada ao fato de conhecerem a origem dos produtos e para ajudarem os pequenos produtores do município de alguma forma. Em outros momentos citavam os preços praticados na feira, no entanto, com menor intensidade. A questão do atendimento foi também alvo de muitos elogios por parte dos consumidores. Uma senhora me disse “aqui me sinto bem, sou atendida com respeito”.

Há, no entanto, uma alternativa para que haja maior socialização entre produtores cooperados e os consumidores. No primeiro final de semana de cada mês, na sexta e sábado à noite, acontece a chamada Feira da Lua na praça do município. Já nos primeiros dias em que estive em campo ouvi falar dessa feira. Inicialmente pensei que se tratava de algo que remetesse ao conceito tradicional de feira livre, em que os próprios produtores pudessem comercializar os seus produtos, ao contrário do que ocorre na cooperativa. No entanto, ao acompanhar os preparativos para a feira, percebi que estava enganada. A Feira da Lua não se destina a vender os mesmos produtos disponibilizados na cooperativa, trata-se de uma praça de alimentação, na qual os produtores disponibilizam lanches rápidos aos consumidores, como fica visível na figura 03.

Figura 03 – Feira da Lua



Fonte: Material de campo

Nesta feira, portanto cada produtor tem o seu espaço que é montado para a realização da mesma e depois retirado, uma vez que a feira ocorre na praça central da cidade. São barracas simples de estrutura metálica, que são utilizadas pelos produtores para o preparo e comercialização de seus produtos. A Feira da Lua não é uma iniciativa da cooperativa, mas do poder público e EMATER.

(041) A Feira da Lua é o seguinte, nós da EMATER começamos há questão de oito, dez anos atrás a desenvolver um trabalho com a mulher rural. A mulher rural que tem essa culinária, artesanato, que veio na tradição de família: que a mulher aprendeu com a mãe, que a mãe aprendeu com a vó... são coisas de elevadíssimo valor e ela tem aquilo guardado em casa, e nós começamos a tentar trabalhar com a mulher rural pra tentar fazer disso também um negócio pra mulher rural. A mulher rural ela trabalha demais e não tem renda, mulher rural não tem renda! Ela não ganha dinheiro! E eu não to dizendo que ela não trabalha hein! Trabalhar, trabalha, mas não tem renda. Então, criar opções de renda, de trabalho e renda pra mulher rural (Técnico EMATER).

De acordo com o enunciado no fragmento discursivo 041, a EMATER aparece como a responsável por mais uma ação de auxílio aos pequenos produtores, agora, a “mulher rural”, como denomina o técnico da instituição. Ele salienta ainda que a mulher na agricultura familiar não possui renda e, por isso, a necessidade de criar opções para a mesma. Eu, no entanto, não percebi esta perspectiva ao conversar com os produtores, tampouco ao participar da feira. Diante disso, imagino que no início da realização da feira ela pudesse ser destinada à mulher rural. Agora, porém, ela é realizada pelas famílias rurais. Este fator me chamou a atenção ao acompanhar a Feira da Lua, famílias inteiras trabalhando nas barracas.

Por não estar vinculada diretamente à COPERAFA, na Feira da Lua os produtores arcam com o custo de montagem e desmontagem das barracas e não há necessidade de repassar nenhum percentual das vendas à cooperativa. Esta, por sua vez, fica responsável pela venda de bebidas industrializadas. De acordo com o presidente da COPERAFA, desde o início foi acordado que seria desta maneira. Logo os demais produtores não tem autorização de vender bebidas industrializadas, apenas sucos naturais. Ele salientou: “Ou seria a feira aqui, ou uma outra entidade que venderia a bebida. Aí optamos para a feira assumir e vender, porque sempre dá um lucrozinho pra ajudar a pagar a despesa”.

Interessante notar na frase destacada na fala do presidente da cooperativa que, novamente, a perspectiva capitalista está presente. O Sr. João falou ainda da importância da realização da Feira da Lua como forma de socialização com e da comunidade.

(042) o pessoal vai ali pra bater um papo e coisa e tal, tomar uma cervejinha e passar um tempo com os amigos. Ou então, muita gente pega, no caso, pastel, espetinho e leva pra casa... pra comer, né? mas é um ponto de encontro principalmente, pro pessoal bater um papo...”

Nessas ocasiões, é possível que haja, portanto, integração entre os produtores e os consumidores. Ao acompanhar uma das edições da feira, no período em que estive em campo, vi que mesmo os produtores que não comercializam seus produtos ali, participam da feira e buscam essa aproximação com outros produtores e com consumidores. Outro fator que foi possível perceber através das entrevistas, bem como, participando da feira é que esta é motivo de orgulho para os envolvidos. Tanto o gestor quanto o presidente da cooperativa demonstraram este aspecto ao abordarem o tema. Os demais feirantes, da mesma forma, demonstram esse orgulho, mesmo quando não participam de forma direta, comercializando seus produtos. A feirante, aqui denominada Regina comentou:

(043) Da Feira da Lua eu não participo, porque meu ramo é só verdura... então, eu acho que ninguém vai vim passear uma sexta a noite, sábado a noite pra comprar verdura. Então eu acho que é uma perda de tempo eu pegar e trazer. Tem gente que fica falando: não, tem que trazer verdura e tal. Eu falei: Gente, quem que vai passear numa sexta-feira à noite, num sábado... tá todo bonitinho ali, vai ficar comprando verdura? Mas a Feira da Lua é uma coisa de grande valia pra feira. E sem contar que é uma coisa boa, que reúne as pessoas. O pessoal da cidade aqui dá a maior força. É muito bom, muito bom! Tem muita coisa pra comer, coisa pra ver, tem artesanato, tem tudo. Muito gostoso! Então, pra mim, é só pra participar mesmo, porque os meus produtos não cabem ali, né? Mas eu vou sempre!

Neste fragmento discursivo considero importante destacar a maneira como a produtora se posiciona em relação à Feira da Lua. Assim, alguns pontos merecem destaque: “A Feira da Lua é de grande valia para a feira”: Nessa frase a enunciadora demonstra a importância da realização desta atividade diferenciada para as atividades cotidianas da feira. Este ponto pode ser visto sob dois aspectos, quais sejam, a importância em virtude da possibilidade de integração entre feirantes e consumidores e a perspectiva econômica, uma vez que, pelo que pude notar a cooperativa consegue alcançar bons resultados financeiros através da comercialização de bebidas na Feira da Lua. “É uma coisa boa, que reúne as pessoas”: através desta frase a produtora deixa claro que a feira é um momento de socialização para as pessoas que a frequentam. Percebi em campo que este é um dos principais fatores pelos quais a referida feira é tão valorizada pelos produtores.

A frase “O pessoal da cidade dá a maior força” eu considerei bastante interessante. Nela a D. Regina faz uma separação que é muito comum nos locais com forte característica

rural, entre o pessoal do sítio e o pessoal da cidade. Nesta frase ela demonstra se sentir lisonjeada, pois a feira não é importante apenas para os produtores, mas o é também para o “pessoal da cidade” que, “dá força”. Neste ponto, novamente me veio à mente a questão do sentimento de inferioridade dos produtores rurais. Por acreditarem que são inferiores aos sujeitos que vivem na cidade, torna-se importante para eles perceber que suas ações são valorizadas.

Por fim, destaco a frase “Os meus produtos não cabem ali. Mas eu vou sempre”. Grande parte dos produtores, mesmo aqueles que não comercializam produtos na Feira da Lua, frequentam o local para apoiar aqueles que estão trabalhando, bem como para aproveitarem o ambiente para integração com demais frequentadores. Esta atitude representa ainda o orgulho que os produtores têm dos resultados que são alcançados nesta feira.

Diante disso, para tentar entender como se dava a socialização entre consumidores e feirantes nesse ambiente, optei por participar da Feira da Lua como consumidora e não auxiliando na venda de produtos dos cooperados ou até mesmo da cooperativa. Ao chegar, num sábado à noite, por volta das vinte horas, sentei-me, propositalmente, bem próximo a uma das barracas para poder acompanhar a movimentação e a maneira como se daria a integração entre feirantes e frequentadores da feira. Lembro-me que no momento em que cheguei havia pouco movimento. Era uma noite fria e apenas duas ou três mesas estavam ocupadas. Inicialmente pensei que não tinha escolhido um bom dia para acompanhar as atividades.

Acredito que tenha deixado transparecer essa minha preocupação de alguma forma, tendo em vista ao me ver o Sr José veio conversar comigo e disse: “Não se assuste com o pouco movimento. Você vai ver como isso aqui vai encher assim que a Missa terminar”. Quando ele me disse isso, lembro claramente que pensei: “Nossa! Como não me dei conta disso antes!” Em Nova Aurora, assim como na cidade em que moro, no sábado a noite o movimento só começa depois que termina a celebração religiosa – comum para cidades do interior. Realmente foi o que aconteceu. Por volta das vinte e uma horas o movimento começou a aumentar, até que praticamente todas as mesas disponíveis foram ocupadas.

Passei então a observar a maneira como ocorria o contato entre produtores e consumidores naquele ambiente. Foi uma experiência interessante para mim, uma vez que pude confirmar alguns aspectos que havia percebido nas entrevistas e conversas com os produtores dentro da cooperativa. O primeiro deles, sem dúvida, é o orgulho que os produtores têm em relação a esta iniciativa. Quando fui até uma das barracas comprar um lanche naquela noite, logo me perguntaram o que eu estava achando da feira e um dos

produtores exclamou: “é um sucesso isso aqui, não é?” Assim como este, outros também exaltavam a feira e as atividades que lá realizavam.

Em relação à socialização, pude perceber que a Feira da Lua é local de encontro para conversas dos mais variados assuntos, de futebol à política. Como estava sentada bem próximo a uma das barracas, era possível ouvir o que os grupos conversavam enquanto esperavam as suas encomendas ficarem prontas. E, como me disse o técnico da EMATER, durante sua entrevista:

(044) É mais que um evento comercial, ele tá sendo um evento social também, uma convivência. As pessoas saem à noite, final de semana e vão lá conviver... comem, bebem, conversam, convivem, né? A juventude vai lá, os políticos vão lá, as famílias vão lá na Feira da Lua.

No fragmento 044 o enunciador utiliza o verbo “conviver” por três vezes e salienta que a Feira da Lua se tornou mais do que um evento meramente comercial. Em campo pude identificar também estas características. Famílias inteiras foram até a feira naquela noite, escolheram as suas mesas e ficaram por horas “batendo papo” naquele ambiente. A socialização entre os produtores e consumidores também ocorria de maneira agradável em meu ponto de vista. Percebi que se na cooperativa o contato é mínimo, na Feira da Lua ele é consideravelmente ampliado. A partir do que pude perceber, o ambiente propicia esta integração, uma vez que é descontraído e não há a pressão e a pressa do dia a dia. Foi nesse ambiente, portanto, que eu consegui perceber um dos breves momentos, conforme conceito de Heller (2000), em que os indivíduos conseguiram se desvincular da alienação do cotidiano. Sem grandes preocupações, naquele momento as pessoas se despiram de seus papéis sociais e passaram horas de conversas e convivência.

Diante do que presenciei em campo, ao participar da Feira da Lua, me impressionou a maneira como os produtores se organizaram para a realização da atividade, o espírito de coletividade – enfraquecido no ambiente cooperativo, mas presente nesta feira – vi muitos produtores comprando produtos de outras barracas, bem como empréstimo de produtos entre eles no decorrer da feira e, principalmente, a necessidade de autoafirmação, acredito eu que motivada pelo sentimento de inferioridade que acompanha os produtores rurais nas diferentes atividades que realizam em seu dia a dia. Assim, em minha percepção, na Feira da Lua foi possível perceber um ambiente com aspectos de coletividade mais nítidos do que presenciei dentro da cooperativa.

Lá, como eu já disse, prevalece a perspectiva do individualismo que, por vezes, leva os envolvidos a quebrarem as regras e andarem por caminhos diferentes daqueles propostos pela

organização cooperativa, é a subversão às normas as práticas de microrresistências presentes – e nem sempre negativas – no ambiente de cooperação.

5.5 Atender e resistir: a subversão ao formalmente estabelecido na atividade cooperativa

Quando se pensa em atividade cooperativa, o discurso vigente, como vimos, nos leva a crer que se trata de uma ação coletiva de convivência harmoniosa, na qual objetivos comuns são definidos e todos trabalham de maneira conjunta para alcançá-los. No entanto, o que pude perceber na prática, durante o estudo realizado, foi que nem sempre as coisas acontecem de acordo com o que prega o discurso. No cotidiano, assim como nos apresenta Certeau (2000), os indivíduos desenvolvem microrresistências a fim de subverter a ordem previamente estabelecida. Desta maneira, mesmo fazendo parte de uma organização cooperativa, não foram poucas as vezes que pude ouvir e ver falas e ações que manifestam resistência às normas e procedimentos formais. Através do que vi em campo, as resistências apresentadas pelos cooperados, bem como pela instituição cooperativa, eram motivadas pela busca de melhores resultados individuais. Como dito anteriormente, a ideologia do capitalismo está fortemente impregnada na cooperativa.

O estatuto da COPERAFA apresenta uma série de normas e procedimentos que devem ser seguidos pelos cooperados para que possam se manter vinculados à cooperativa. Desde regras simples como horários determinados para a entrega de produtos, até questões mais complexas como a definição de que toda a produção do cooperado deve passar pela cooperativa para ser comercializada, sendo dispensado apenas se a mesma não conseguir vender toda a produção. No entanto, o que vi em campo é que desde as mais simples até as mais complexas, as normas são sistematicamente quebradas a fim de que os benefícios individuais prevaleçam. O fato do descumprimento das normas não é segredo dentro da cooperativa, sendo tema de diversas conversas informais, bem como de reuniões entre cooperados como aconteceu na assembleia.

Como não poderia deixar de ser, nas entrevistas que fiz em campo, também abordei esse tema. Não apenas por fazer parte do roteiro que eu havia estabelecido já na elaboração de meu projeto, mas pelas ações que constatei em campo e que fizeram refletir sobre a forma

como as ações são conduzidas na cooperativa. Não estou dizendo aqui que a subversão às normas é negativa, ao contrário, como disse anteriormente, esse processo faz com que nos desvencilhemos, ainda que momentaneamente, da alienação cotidiana. No entanto, o que vi em campo é que esse “desvencilhar-se da alienação” não ocorre, uma vez que os mesmos que buscam novas alternativas à ideologia cooperativista, acabam presos a outro discurso ainda mais alienante, o capitalista.

Nas primeiras conversas que tive com os produtores em campo, os mesmos afirmavam que a cooperativa possuía normas claras e que as mesmas eram seguidas, uma vez que se não as seguissem os cooperados eram desvinculados da instituição. No entanto, já nos primeiros dias de trabalho pude ver que o discurso dos cooperados era diferente das práticas. Vez ou outra ouvia algum comentário ou reclamação sobre produtores que vendiam produtos sem passar pela feira, horários que não eram cumpridos, regras sendo quebradas. Como estava me habituando ao ambiente, ainda não tinha percebido nenhuma transgressão dentro da cooperativa. Fui, portanto, procurar respostas sobre o tema nas entrevistas. O presidente da cooperativa colocou o seguinte posicionamento quando questionado a este respeito:

(045)Tem as normas, mas não tá sendo seguida. Infelizmente, né, não tá sendo seguido. É... inclusive, a minha ideia é mudar até o nosso sistema [...] Na verdade é o seguinte: eu assumi faz... não tá com dois anos ainda que eu sou presidente. Antes era outro presidente. Eles tinham umas normas, mas ninguém seguia. E... cada município, faz o que fazia antes com a associação. Então, por isso que é complicado. [...] Tem municípios ainda que três, quatro produtores produzem a mesma variedade de produção e tem três, quatro preços diferentes. Cada produtor põe um preço.

Diante de tal afirmação, foi possível perceber que apesar de existirem regras gerais a serem seguidas pelos cooperados, em todos os municípios que até então compunham a cooperativa, as mesmas não eram seguidas. A dificuldade maior, de acordo com o presidente era fazer com que todas as unidades da COPERAFA atuassem da mesma maneira. Cada uma continuou fazendo do seu jeito, ou seja, da forma que lhes era mais vantajosa. Novamente pude perceber o discurso capitalista sufocando o discurso de cooperação.

No fragmento discursivo supra descrito fica explícita essa dificuldade em padronizar as ações da cooperativa em relação a todas as unidades que a compõem. Retomando minhas anotações de campo vi que um dia, conversando com o Sr. João na cooperativa, ele me dizia que por vezes entende que o movimento de desmembramento das unidades que vem ganhando força na cooperativa poderia ser benéfico, justamente em virtude dessa resistência

em padronizar as ações das feiras: “se ficar só uma unidade, Nova Aurora, por exemplo, é mais fácil trabalhar com o produtor”.

Ao analisar o fragmento discursivo 045 sob este ponto de vista, novamente chama a atenção a maneira como o presidente se posiciona diante do cargo que ocupa. Ao dizer “a minha ideia é mudar até o nosso sistema”, ele se coloca como se estivesse gerenciando uma empresa privada. Não aparece em seu discurso a figura da diretoria que, no ambiente cooperativo, deve gerenciar as atividades de maneira conjunta. O presidente também deixa subentendidas críticas às diretorias anteriores, que não teriam feito com que as normas fossem seguidas, o que pode ser visto na frase “Antes era outro presidente. Eles tinham umas normas, mas ninguém seguia”. Nessa mesma frase também fica subentendido que a resistência das diferentes unidades da COPERAFA em relação às normas estabelecidas não é recente. Ou seja, desde o início das atividades – isso pude corroborar através de outras entrevistas que fiz e abordarei com maiores detalhes no próximo tópico – houve problemas relacionados à gestão da cooperativa e às normas estabelecidas.

Ficou claro para mim no período em que estive em campo, embora não tenha ido à outras unidades da cooperativa, que apesar de se falar em COPERAFA sendo composta por diversos municípios – o desmembramento ainda não estava formalizado – o trabalho de maneira geral era desenvolvido de maneira independente em cada uma das unidades, não havendo, portanto, a concretização do conceito de crescimento coletivo. Em outro trecho de sua entrevista, o presidente da cooperativa reafirmou as minhas impressões:

(046) Tem as normas, mas cada um [as unidades dos diferentes municípios] quer fazer do jeito que quer. E até em função disso, é que o pessoal tá saindo. Eu, desde o começo que assumi eu falei: não, nós temos que fazer normas que seja igual pra todo mundo. É uma cooperativa? É Nova Aurora, Cafelândia e Corbélia? Tem que ser igual o sistema de trabalhar... Não, mas nós temos um sistema assim... o outro tem “assado” ... eles querem sair, fazer o que, né?

Neste fragmento o presidente explicita que o principal motivo pelo qual o movimento pelo desmembramento da cooperativa ganhou corpo foi a questão do padrão de normas a ser estabelecido. Lembro-me que no dia da assembleia, ao falar do desmembramento da cooperativa, o presidente abordou este aspecto dizendo que a cooperativa havia iniciado de maneira errada, pois se tinha permitido a cada associação manter o trabalho que vinha realizando, sem que fosse imposto um padrão de normas. Ele salientou: “começou assim e depois não aceitaram a cooperativa, todos queriam mandar” (João – Presidente da

cooperativa). Por esse motivo, segundo ele, a melhor saída é o desmembramento das unidades.

Poderia parecer, em primeiro momento, que não havia problemas de descumprimento de normas na sede da cooperativa em Nova Aurora, uma vez que o foco do discurso do presidente estava em demonstrar que as demais unidades é que demonstravam essa resistência. No entanto, pude identificar em campo que os cooperados vinculados à unidade sede de Nova Aurora também resistem às normas e criam mecanismos de resistência ao estabelecido. Como afirma Certeau (2000), através de articulação de ações particulares, os indivíduos criam o cotidiano a partir de suas próprias regras, por vezes contrárias ao formalmente estabelecido.

Das normas existentes na cooperativa, uma das que percebi sendo frequentemente quebrada e que foi tema de diversas conversas entre os funcionários da COPERAFA é a que se refere à venda de produtos sem passar pela cooperativa, ou seja, o produtor repassa o produto diretamente a supermercados, restaurantes e até mesmo para consumidores finais. Nestes casos a cooperativa não recebe o seu percentual sobre as vendas e o produtor acaba por ter vantagens, uma vez que fica com o total do valor vendido.

Como percebi que essa prática era recorrente na cooperativa – à frente falarei de algumas situações que presenciei em campo – procurei conversar com o presidente, o gestor da cooperativa, bem como com cooperados sobre o assunto a fim de poder analisar discurso e práticas. Ao ser questionado se o produtor que é cooperado pode vender seus produtos sem passar pela cooperativa, o presidente da cooperativa afirmou:

(047) Pelas normas da cooperativa, não. Mas você sabe que sempre acontece, tem gente que ainda faz isso, né? [...] Agora, pela norma da COPERAFA, é o seguinte: o produtor, pra vender fora da COPERAFA, ele deveria ter uma autorização, por escrito, da diretoria, mas não tá acontecendo isso. Infelizmente, como eu falei, as normas foram feitas, mas não estão sendo seguidas. E você chegar e querer, a ferro e fogo fazer seguir, você se queima, né? Infelizmente... então tem que ir devagar, pra ver se consegue mudar. Porque você sabe que uma coisa, quando começa de um jeito, pra mudar, é difícil, né?

Através deste fragmento discursivo, é possível afirmar que o presidente da cooperativa tem ciência de que mesmo dentro da unidade de Nova Aurora existe subversão às normas estabelecidas, no que diz respeito à venda de produtos sem que os mesmos passem pela cooperativa. Ao utilizar as expressões “ferro e fogo” – perspectiva de imposição – e “você se queima” – perspectiva de ter a imagem comprometida – o presidente explicita a maneira como tais questões são tratadas internamente. Assim como o gestor da feira, o Sr. João

também demonstra que é preciso cuidado na maneira como tratam os produtores para que os mesmos permaneçam vinculados à cooperativa.

Ele também aborda a dificuldade que encontra em mudar um cenário, que já está estabelecido na cooperativa ao dizer que quando se começa de uma forma, a mudança se torna difícil. Nesta frase, pude identificar a retomada do anteriormente dito, de que, na visão do atual presidente, as diretorias anteriores não conduziram as atividades adequadamente no que concerne ao cumprimento das regras estabelecidas. Através deste discurso, de maneira implícita, já pude perceber conflitos entre o atual presidente da cooperativa e as diretorias que o antecederam.

O gestor da feira, quando questionado sobre o cumprimento de normas, manteve a mesma linha do discurso do presidente, dizendo que a abordagem para fazer com que os produtores cumpram o estabelecido não deve ser através da imposição. Ele me disse:

(048) Claro, tem a cobrança nossa, da cooperativa para que o produtor traga, mas se você for muito ao pé da letra, com muita cobrança, ele vai se afastar e isso a gente não quer! Quer que o produtor fique associado, que tenha uma renda. Então, tem que levar com jeito e com o tempo ele vai se habituando, né? (José – Gestor da cooperativa).

Através do enunciado no fragmento discursivo 048, é possível perceber que o Sr. José se posiciona a partir do cargo que ocupa na cooperativa, o que fica explícito ao utilizar os léxicos “nossa” e “a gente”. Estes remetem à cooperativa, instituição que o gestor claramente representa neste fragmento discursivo. Através do percurso semântico utilizado, o gestor deixa claro, ainda, que o principal receio é o afastamento dos produtores. A expressão “ao pé da letra” utilizada pelo enunciador tem a conotação de interpretação fiel do que é dito ou determinado. Fica claro, portanto, que são tomadas ações paliativas para a resolução da questão do descumprimento das normas da cooperativa, o que é explicitado pelo gestor através da expressão “tem que levar com jeito”, a fim de que o produtor não se afaste. Isso fica explícito também na frase “ele vai se afastar e isso a gente não quer”. Desta forma, o Sr. José deixa claro que ao tratar o assunto das normas com os produtores, é necessário relevar algumas de suas ações a fim de mantê-los cooperados.

Os produtores com quem conversei, bem como os funcionários da cooperativa, também confirmaram que ocorre a venda de produtos “por fora”, ou seja, sem passar pela instituição. Um dos casos relatados em conversas informais com funcionários durante o trabalho na feira dava conta de um produtor que para não pagar o percentual à cooperativa, passou a entregar seus produtos diretamente à restaurantes da cidade. A informação chegou

até os gestores da cooperativa. De acordo com a funcionária: “não há muito o que fazer, chamamos a atenção, conversamos para que não faça, mas sempre tem” (Diário de campo). Questionei a funcionária sobre a legalidade de tal ato, ao que ela me respondeu: “Certo não é né?, porque se faz parte de uma cooperativa, deveria trabalhar por ela. Mas ao vender na cooperativa paga uma taxa e direto não” (Diário de campo).

Pude perceber que as estratégias de subversão estão, por vezes, vinculadas ao distanciamento entre produtores e consumidores. Vi que o que deveria evitar esta prática de subversão, por vezes faz com que ela ocorra com maior intensidade. Um dia, enquanto trabalhávamos na reposição de produtos na feira, uma das funcionárias confirmou que não há muita integração entre produtores e clientes e que em muitas ocasiões os clientes buscam saber quem produz determinados itens, para ir até a propriedade e comprar direto. Isso envolve principalmente proprietários de restaurantes que necessitam de um maior volume de produtos para atender às suas necessidades de consumo.

De acordo com a funcionária: “eles acham que comprando direto vão conseguir um preço melhor”. Questionei então se eles costumam dizer para essas pessoas quem são os produtores, ou de que maneira eles descobrem. Ela me disse que geralmente tentam descobrir nas conversas de corredor, pois as pessoas da cooperativa não falam, uma vez têm interesse de que as vendas sejam feitas através dela.

Esse tema me chamou a atenção e após essa nossa conversa, busquei saber mais sobre ele. Como escrevi em meu diário de campo: “precisava entender como esse processo funcionava e, para isso passei a prestar atenção nas conversas de corredor entre produtores e consumidores”. Para minha frustração, nenhuma delas versava sobre esse assunto, eram conversas triviais sobre o clima, política, religião, entre outros. No entanto, em mais um dia de trabalho acompanhando o gestor da cooperativa, ele tocou no assunto e confirmou que realmente isso ocorre. Ele me disse que é um dos maiores problemas que enfrenta em relação aos produtores, a venda de produtos de forma direta. Perguntei a ele o que costumava fazer em relação a essa situação ao que ele me disse:

(049) Primeira coisa, a gente chama o produtor para uma conversa. Para que ele entenda como deve ser uma cooperativa, como deve ser a ação dele, que na realidade ele não tá... tem o estatuto na cooperativa que diz isso, né? Que o produtor tem que ser fiel à cooperativa, tal. E eles estão cientes, mas não estão querendo seguir essa regra (Diário de Campo).

Procurei registrar a fala do gestor da cooperativa em meu diário de campo, na íntegra, uma vez que a maneira como ele se posicionou, no momento em que conversávamos me chamou a atenção. Logo, no dito pelo gestor da COPERAFA, alguns pontos merecem destaque. A maneira como o mesmo se posiciona é contrária à prática da cooperativa e dos produtores, uma vez que, como dito anteriormente, ambos buscam objetivos de crescimento individual. A utilização do verbo “deve” remete a ideia de obrigatoriedade. Cabe então ao produtor entender como deve ser uma cooperativa e como deve ser a sua ação. No entanto, em uma instituição de cunho cooperativo em que prevalecem interesses individuais, em meu entendimento, fica difícil para o produtor saber como agir. Diante dessa ambiguidade, prevalece o discurso que mais atrai a ambos, que como demonstrei anteriormente, não é o da cooperação. Isso faz com que frequentemente surjam situações na cooperativa de produtores que burlam as normas estabelecidas.

Me chamaram a atenção ainda as frases “o produtor tem que ser fiel à cooperativa” e “eles estão cientes, mas não tão querendo seguir essa regra”. O gestor apresenta a necessidade da fidelidade à cooperativa e diz que apesar de conhecerem as regras os produtores não querem segui-las. Após conversarmos passei a me questionar: O que é ser fiel? É possível ser fiel quando os interesses são antagônicos? Por que os produtores não querem seguir as regras? Para chegar a respostas para meus questionamentos, passei a analisar a maneira como este gestor enxerga a cooperativa e a maneira como os demais produtores a veem. Como já disse anteriormente, os produtores buscam alcançar resultados individuais e têm a cooperativa como um instrumento para tal. Estão totalmente imersos na ideologia capitalista e tentam, de alguma maneira, revesti-la dos ideais cooperativos. No entanto, o discurso hegemônico acaba prevalecendo em seus discursos e ações.

Por outro lado, como descrevi em meu diário de campo, percebi nas ações do gestor uma perspectiva diferente dos demais. Assim escrevi: “dos produtores com quem mantive contato em maior ou menor intensidade, o único que em suas falas e, principalmente em suas ações manifesta predominância da perspectiva cooperativista é o gestor da feira. Não estou dizendo que a ideologia capitalista não o afeta, no entanto, em comparação com os demais produtores, se manifesta em menor grau”. Desde o primeiro dia em que o encontrei, percebi que gosta de trabalhar pela cooperativa. Seus olhos brilham quando fala dela e dos resultados que ainda almeja que a COPERAFA alcance. Quando na prestação de contas da assembleia vi que ele tem uma remuneração de menos de um salário mínimo para realizar o seu trabalho e vendo o vigor com o qual ele o realiza, confirmei essa minha percepção inicial.

Diante disso, entendi o porquê de ele falar em fidelidade à cooperativa. Por outro lado, fica nítido também o porquê de os demais produtores não pensarem da mesma maneira. São prismas diferentes para olhar o mesmo ponto. O gestor que trabalha pela feira desde que esta iniciou suas atividades, tendo se afastado por um curto período de tempo e os demais produtores que apenas deixam os seus produtos e voltam às suas propriedades, sem qualquer envolvimento maior com a cooperativa e com os consumidores.

O comportamento apresentado pelo Sr. José me inquietou de tal maneira que um dia perguntei a ele: “O que te leva a trabalhar pela cooperativa? Pois você poderia ficar só na sua propriedade como os outros”. Ao que ele me respondeu: “eu gosto desse tipo de cooperativa mesmo, da união, parceria, pra mim isso é o máximo, né?” (Diário de campo). A partir dessa afirmação eu perguntei a ele se ele acreditava que o ideal de cooperação ainda funcionava e se ele conseguia percebê-lo na COPERAFA. O Sr. José me disse então que sabe que muitas coisas não são como deveriam ser e que muitos pensam apenas em si, mas que ainda assim acredita na cooperação como uma alternativa para os pequenos produtores (Diário de campo).

Outra situação que me chamou a atenção foi o que ouvi durante a entrevista de uma produtora. Quando questionada se ela poderia, se quisesse, vender os seus produtos sem passar pela cooperativa, me respondeu:

(050) Não, a gente tem que passar pela feira. Se é um produtor que é cooperado aqui, tem que passar pela feira. Porque, vamos supor, eu vendo pro mercado, a gente vende pro mercado, mas é passado pela feira, a menina [funcionária da feira] vende pra nós, daí ela me liga e fala a quantidade de pés de alface. Vamos supor, tem 40 pés de alface pro mercado tal, tem 50 pés... é passado, a nota é feita por aqui e eu pago a porcentagem daquela alface que foi pro mercado. Fica pra feira. Quer dizer que é uma venda saída pela feira. É apenas o meu produto que tá indo pra lá, mas saiu daqui, a venda saiu daqui. Então eu não posso pegar o meu produto e levar direto lá. Tem alguns que vira e mexe, tavam fazendo isso aí, mas daí já foi cortado. Porque não pode, né... se é cooperado, se os produtos são vendidos por aqui, então que saia daqui, né? Como para as escolas também, a gente entrega pra uma variedade de escolas, entidades, tudo aqui, mas todo produto é saído daqui. Você traz aqui e daqui vai pra fora (Produtora Regina).

No fragmento discursivo 050, a produtora afirma, de maneira contundente, que toda a sua produção passa pela feira. As oito expressões destacadas caracterizam esta perspectiva, bem como, a importância para a cooperativa que os produtores comercializem seus produtos a partir dela. O percurso semântico do qual a produtora faz uso para falar sobre o cumprimento das normas estabelecidas pela cooperativa, me levou à compreensão de que estas são cumpridas pela enunciatória. Ao abordar o descumprimento de regras, a mesma utilizou-se da

expressão “tem alguns”. Ao fazê-lo, ela se exclui da cena, deixando implícito que segue as diretrizes estabelecidas. No entanto, enquanto explanava sobre outros assuntos em nossa conversa, D. Regina me disse que ela e o marido nunca saíram para vender individualmente “quem quer alguma coisa, vai lá em casa buscar”. Ou seja, há possibilidade de venderem os produtos, sem passar pela feira quando o cliente se dispõe a ir até a sua propriedade para comprar.

Entendo que neste momento a produtora se utiliza de uma tática, uma maneira de subverter o formalmente instituído (CERTEAU, 2000), que tentou encobrir no discurso, mas acabou manifestando através de uma frase, durante a nossa conversa. Contorna-se, portanto, a ordem dominante de maneira silenciosa. Entendi o que a produtora apresentou da seguinte forma: eu não saio à rua para vender, mas se alguém for até a minha casa, o que posso fazer? E assim subverte a regra estabelecida.

Se, por um lado esta produtora tentou esconder que também, por vezes, subverte as normas e vende seus produtos de maneira independente, outro produtor explicitou este aspecto, quando falei com ele sobre as normas da cooperativa em uma entrevista, este fragmento discursivo tem pontos interessantes:

(051) Tem umas normas na COPERAFA que até eu mesmo ultrapasso elas. Porque a COPERAFA diz o seguinte: o produtor não pode vender na rua, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo... só que no estatuto diz o seguinte: desde quando a COPERAFA não consegue assimilar todo o produto do produtor ele pode vender onde ele quer. Mas isso nunca é cumprido, porque os caras entregam um pouquinho aqui e vai pra frente... entrega na rua... isso é uma afronta pra cooperativa! Mas também tem o seguinte, a cobrança da cooperativa é muito grande! (Produtor Paulo).

Inicialmente o produtor diz claramente que não cumpre todas as normas impostas pela cooperativa (“eu mesmo ultrapasso elas”). Na sequência, ele se atém à norma que, como eu disse anteriormente, é a mais frequentemente quebrada pelos produtores, que diz respeito à venda de produtos sem passar pela cooperativa. O produtor salienta que o estatuto da COPERAFA deixa claro que esta prática seria aceita apenas se a cooperativa não tivesse condições de comercializar toda a produção repassada pelos produtores. Após tal afirmação, ele tece uma dura crítica aos cooperados que mantêm a prática de venderem seus produtos individualmente, fora das condições estabelecidas pela COPERAFA, dizendo que isso “é uma afronta à cooperativa”. No entanto, ao finalizar, o tom de crítica é voltado para a cooperativa, uma vez que o produtor entende que o valor cobrado pela venda dos produtos é muito alto, fator destacado também por outros produtores, como apresentei anteriormente.

Como no início de sua resposta o produtor disse que também transgride algumas normas da cooperativa, mas não falou sobre quais seriam elas, eu o questionei sobre isso. Pedi que explicitasse quais as normas que ele também não segue. Ele me disse que por vezes também vende seus produtos sem passar pela cooperativa, em virtude da alta taxa que a organização cobra. Ele falou que sabe que age errado, mas que por vezes essa atitude acaba sendo necessária. Novamente eu percebi que o conceito cooperativista está distante do pensamento dos cooperados.

Lembro-me ainda de um dia em que estava conversando com uma produtora, enquanto a auxiliava a tirar os seus produtos do carro e levar até a câmara fria, no açougue. Enquanto conversávamos sobre diversos assuntos, inseri entre eles o contexto da feira. Novamente pude identificar a perspectiva da ideologia capitalista atuando. Destaquei em meu diário o que a produtora me falou quando perguntei sobre os resultados que a mesma estava alcançando a partir da venda de seus produtos na feira. Ela me disse: “Olha, a gente espera mais. Então, até agora assim, não foi aquela... claro ajudou bastante, melhorou bastante, mas a gente sempre quer alcançar algo mais, né? (Produtora Maria)”.

Neste pequeno fragmento da conversa que tivemos a frase “a gente espera mais” é, em minha percepção, um dos pontos mais interessantes na fala desta produtora. Ao utilizar a expressão “a gente” ela demonstra que não apenas ela está insatisfeita com os resultados alcançados até então, mas outras pessoas também. Mesmo dizendo que as coisas já melhoraram, ela conclui repetindo que espera mais da cooperativa. Em nenhum momento, no entanto, mesmo na continuidade de nossa conversa, ela demonstra de alguma maneira, ser responsabilidade dos produtores melhorar o resultado obtido pela instituição. Isso, de acordo com a produtora, é de responsabilidade da diretoria.

Por esperar mais da cooperativa, ou por buscarem apenas vantagens individuais, existem produtores que são denominados de turistas, dentro da COPERAFA, o que também entendi como uma tática de resistência. Eu me recordo de uma conversa que tive com os funcionários da cooperativa. Em um momento em que o movimento na feira era pequeno, conversamos sobre alguns assuntos relacionados à maneira como eles viam a atuação dos cooperados. Em determinado momento surgiu essa expressão “produtor turista” que, de pronto me interessou bastante. Um dos funcionários me explicou que os turistas são aqueles que apenas entregam produtos quando é de seu interesse, ou quando não conseguem vender toda a sua produção “por fora”. Ou ainda, aqueles que se utilizam de oportunismo.

Foi citado na ocasião o exemplo de um cooperado que necessitava se vincular à cooperativa para conseguir código de barras para o seu produto. Após consegui-lo ele passou

a vender apenas uma pequena quantidade de sua produção através da cooperativa, o percentual maior ele vendia aos supermercados da região, para, conforme me apresentaram os funcionários “fugir do pagamento da taxa à cooperativa”. O gestor da cooperativa, na entrevista que fiz com ele, nos últimos dias em que estive em campo, também abordou este assunto. Ao que pude notar, é um tema que causa preocupação, ele falou desta maneira:

(052) Agora, não pode o produtor ter o produto, ser associado à cooperativa e tá aí vendendo no mercado e não trazendo aqui na cooperativa. Tá faltando produto aqui e ele vendendo fora. Aí na hora que tem excesso de produto, que ele não consegue vender fora, ele vem aqui, esse que é o problema! Se ele sempre vendesse lá fora e nunca viesse aqui, tudo bem! Mas esse é o problema, tem produtores que são oportunistas. Quando tem pouco produto e o preço tá bom, eles vão vender fora e só vem quando precisa! Isso que é errado, né? (José – Gestor da cooperativa)

Este fragmento discursivo apresenta a postura da cooperativa frente ao que chama de produtores oportunistas. O gestor da cooperativa deixa explícita a perspectiva de que não é permitido aos produtores comercializarem seus produtos de maneira direta. Através do percurso semântico apresentado, fica claro que é preferível ao gestor que os “produtores oportunistas” se mantivessem desvinculados da cooperativa, tendo em vista que só a procuram quando não conseguem comercializar os seus produtos de outra maneira. Ao analisar a situação a partir da ótica cereteuniana, pude perceber que os produtores se utilizam de estratégias para burlar as normas da cooperativa e procurar a instituição apenas quando é vantajoso para eles. Novamente, se sobressai nessa ação a ideologia capitalista. Ao afirmar que alguns produtores são oportunistas, o gestor da cooperativa corrobora esta visão, uma vez que em um local que se diz cooperativo, todos deveriam trabalhar por um objetivo comum, o que não ocorre no ambiente de cooperação em especial na COPERAFA que é instrumento deste estudo.

Este assunto é recorrente dentro da cooperativa e, como não poderia deixar de ser, foi abordado também em sua assembleia. Nesta ocasião, lembro-me que o presidente da COPERAFA foi bastante enfático ao tratá-lo. Ele disse que existem associados que deixam de levar produto na feira para vender de maneira direta a supermercados e restaurantes. E complementou que não é justo alguns pagarem para manter a feira e outros venderem direto. O presidente disse ainda entender que muitos produtores vão fazer suas compras e acabam trocando por produtos no supermercado. No entanto ao finalizar disse: “Deixem a feira vender para o mercado”.

Foi salientado também na assembleia que o volume de vendas da cooperativa em 2013 foi menor do que de 2012, em virtude de muitos produtores deixarem de atender a feira. A partir de minhas observações em campo, pude perceber que os problemas financeiros enfrentados pela cooperativa no ano de 2012, podem ter contribuído para esta situação.

Confesso que ao pensar, no momento de elaboração do meu projeto de pesquisa, em analisar as práticas de subversão ao formalmente estabelecido que ocorriam na cooperativa, esperava encontrar ações que possibilitassem aos produtores, como é apresentado por Certeau (2000), “fazer” o seu cotidiano. Porém, o que vi em campo foi que, como afirma Heller (2000), existem momentos, ainda que breves, em que os indivíduos buscam escapar da alienação do cotidiano. É o que Certeau (2000) chama de microrresistência.

Ficou evidente para mim, no período em que estive em campo que os produtores estão sujeitos a diferentes discursos no ambiente em que atuam. Esses travam verdadeiras disputas ideológicas que fazem com que ora os produtores se mostrem favoráveis ao conceito de cooperação e, em outros momentos, ajam como se sequer o conhecessem, manifestando isso em seus discursos e ações. Conforme registrei em meu diário de campo, os produtores tem força para escapar ao sistema cooperativo, burlar suas normas e procurar soluções alternativas. Porém, ao conseguirem escapar da ideologia cooperativista, encontram a realidade da ideologia capitalista, atuando de maneira ainda mais forte do que a primeira. Dessa realidade, a partir do que observei no período em que estive em campo, posso afirmar, não conseguem se desvencilhar.

Como salienta Pêcheux (1995) é a ideologia que define o que é dito pelos indivíduos. Desta maneira, o indivíduo, apesar de acreditar que sim, não é quem formula os seus próprios discursos. As ideologias que perpassam os ambientes nos quais os indivíduos atuam, bem como o seu posicionamento em determinado contexto interferem diretamente em sua fala, uma vez que estes são componentes fundamentais da linguagem. Como afirma Orlandi (2013, p. 38), “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”. No período que passei em campo, pude notar que a ideologia capitalista é que se sobressai no ambiente cooperativo, fazendo com que os preceitos da cooperação se distanciem de forma acentuada nas ações e discursos dos cooperados.

Esta perspectiva capitalista tão presente no ambiente de cooperação, inevitavelmente, levou ao desmantelamento da cooperativa composta inicialmente por vários municípios, transformando cada uma das unidades em estruturas independentes.

5.6 O processo de desmembramento das unidades da cooperativa

Desde o primeiro dia em que estive em campo, um assunto era recorrente dentro da cooperativa, qual seja, a iminência do desmembramento de suas unidades a fim de que cada uma atue de maneira independente. Em minha primeira conversa com o gestor da feira, ao falarmos da estrutura da COPERAFA – até aquele momento, eu ainda acreditava que se tratava de uma cooperativa com sede em Nova Aurora e outras seis unidades no oeste do Paraná – ele já falou da possibilidade da separação das unidades. Como destaquei em meu diário de campo, neste primeiro contato, quando o gestor falou de um possível desmembramento, fiquei um pouco apreensiva, questionava até que ponto este fato poderia interferir nos resultados que esperava alcançar neste estudo. Com o tempo, este sentimento se amenizou e passei a buscar respostas para os motivos que poderiam ter levado a esse processo, após oito anos de atividades conjuntas.

As respostas que eu buscava foram aparecendo aos poucos, através das conversas que mantinha com os funcionários, gestor e presidente da cooperativa, bem como com os produtores. Em princípio, me pareceu estar vinculado à resistência das unidades em seguir as normas estabelecidas, como apresentado anteriormente. Tema que foi mencionado diversas vezes pelo presidente da instituição: “cada associação quer continuar a fazer as coisas como fazia quando atuava de maneira independente” (Diário de campo).

No entanto, após alguns dias de trabalho, outra perspectiva apareceu em relação ao tema. Na entrevista que realizei com o presidente da cooperativa, ele salientou que os custos para a diretoria se deslocar até Nova Aurora eram altos, o que estava prejudicando as atividades, senão vejamos:

(053) Há um movimento, do pessoal dos municípios, que nem Catanduvas, Corbélia e Cafelândia, eles tão achando que seria mais interessante desmembrar e fazer a cooperativa individual em cada município, né? Mas isso aí não vai atrapalhar o nosso trabalho, acredito eu, né? [...] a diretoria nossa hoje é composta por membros de cada unidade, você imaginou, de Missal pra vir aqui numa reunião, que é uma reunião por mês, só de pedágio, combustível, e a pessoa também não pode trabalhar de graça, tem uma série de presença e coisa e tal, então o custo é alto. Então, nesse sentido até eu acredito que ajuda, o desmembramento (João – Presidente da Cooperativa).

Neste depoimento o presidente da cooperativa apresentou que o motivo pelo qual os membros das demais unidades estavam buscando o desmembramento está vinculado com a distância em relação à sede e a necessidade de encontros mensais entre os integrantes da diretoria. Ao dizer que “há um movimento”, fica implícito na fala do Sr. João que esta tendência não é unânime entre os cooperados. Porém durante o período que passei em campo, pude notar nitidamente que o movimento foi adquirindo força no decorrer do tempo, até culminar com a efetivação do desmembramento, no período final de minha pesquisa.

Analisando ainda o discurso enunciado no fragmento 053 é possível perceber que a cooperativa é tida como uma empresa aos quais os componentes da diretoria prestam serviços e, em virtude disso esperam algum retorno. Isso foi explicitado pelo Sr. João ao falar dos altos custos de deslocamento para que os mesmos possam participar das reuniões. A frase “a pessoa também não pode trabalhar de graça” evidencia esta forma de pensamento. Novamente, me via diante de um discurso que não se espera ouvir em uma instituição de cunho cooperativo.

Ao conversar com o gestor da feira sobre a questão do desmembramento, em princípio este também apresentou a incompatibilidade de ações e a necessidade de padronização como razão para a separação das unidades. No entanto, no final de sua explanação um detalhe me chamou a atenção e me fez perceber que poderiam haver outros fatores envolvidos, ele me disse:

(054) Bom, o desmembramento ocorreu muito por causa dessa questão da organização do centro de comercialização de cada município. No início, é... cada centro de comercialização trabalhava de uma forma, entende? Uma porcentagem aqui, outra lá, o jeito de se lidar com o produtor é diferente. Aí entrou a cooperativa... cooperativa tem que ser de uma maneira só, né? É um jeito só e acabou! Aí os centros de comercialização não queriam fazer do jeito que a cooperativa queria... e houve um descontentamento... houve uma cobrança pra fazer e eles não gostavam. Então... e isso que eu falei antes, é falta de saber lidar com as pessoas também. Tem centros de comercialização [em que] as pessoas são mais ásperas e assim, dá muito atrito. Na própria cooperativa deu atrito entre a diretoria e houve problema. Então a melhor maneira foi o desmembramento (José – Gestor da cooperativa).

No fragmento discursivo 054, inicialmente o gestor apresenta a organização dos centros de comercialização, ou seja, de cada município que compunha a COPERAFA, como principal motivação para o processo de desmembramento. No entanto, ao utilizar o advérbio “muito” ele deixa subentendido que este não era o único motivo. Desta maneira, deixei que ele falasse livremente sobre o assunto, a fim de tentar compreender quais seriam os outros fatores envolvidos. O Sr. José deixou claro que em seu entendimento deve haver um padrão de trabalho nas diferentes unidades e isso, como salientei anteriormente, é tratado de maneira

impositiva, como pode ser visto na frase “cooperativa tem que ser de uma maneira só, né? É um jeito só e acabou!”. O léxico destacado demonstra que não havia qualquer perspectiva de diálogo para buscarem algum entendimento a este respeito. Esta imposição, pelo que pude perceber, gerou cobrança por parte da cooperativa e descontentamento das demais unidades.

A conversa que ora exponho ocorreu após aproximadamente trinta dias que eu estava em campo. Tive várias conversas com o gestor da feira durante o meu trabalho na cooperativa, que eu gravava ou anotava suas falas na íntegra, pois considerava importantes para o meu estudo e esta foi uma delas. Assim, enquanto o gestor falava, lembro-me que pensava que esses fatores não eram motivos suficientes para levar ao desmembramento das unidades, uma vez que já estavam trabalhando desta maneira há oito anos. “Deve ter ocorrido algo mais grave”, pensei. Como disse, este fragmento discursivo foi revelador para mim. No final de nossa conversa o gestor disse: “Na própria cooperativa deu atrito entre a diretoria e houve problema”.

Ao ouvi-lo dizer isso, tive que me conter para não demonstrar a minha satisfação por ter percebido que, realmente, não era apenas a questão do custo para o trabalho da diretoria, nem mesmo o descumprimento das normas que estavam levando a cooperativa à separação. No entanto, logo após esse momento de satisfação, novamente me frustrei. A nossa conversa foi interrompida por um produtor que necessitava conversar com o Sr. José e eu fiquei, naquele dia, sem saber quais os atritos que haviam ocorrido entre os membros da diretoria. Retomando as anotações que fiz a esse respeito, encontrei uma que representa o que pensei naquele momento: “preciso entender o que levou ao desmembramento da cooperativa!” (Diário de campo).

Após a conversa com o gestor da feira, minha curiosidade foi ainda mais aguçada. Eu sabia que havia alguma coisa por traz daquelas palavras que estava sendo silenciado por algum motivo. Percebia certa insegurança das pessoas ao falar do assunto, o que deixava claro para mim que existiam outros fatores envolvidos que não eram explicitados. Essa dúvida me acompanhava, e eu não queria concluir minhas atividades em campo com mais uma questão sem resposta. Lembro-me bem do dia em que minhas inquietações a respeito do desmembramento começaram a ser esclarecidas. Passavam-se aproximadamente quinze dias da conversa que havia tido com o gestor da cooperativa. Já estava me preparando para concluir mais um dia de trabalho na feira, quando chegou um produtor e me perguntou o que eu fazia ali. Eu já o tinha visto lá, mas eram sempre passagens rápidas, não tínhamos tido, até então oportunidade de conversar. Diante de seu questionamento disse, de maneira simples, que se tratava de uma pesquisa para entender o cotidiano da cooperativa, ao que ele me disse:

“então venha aqui, tenho muita coisa para te falar sobre essa cooperativa”. Como escrevi em meu diário de campo, em princípio achei estranha aquela abordagem, uma vez que até então, sempre era eu quem pedia aos produtores se poderiam conversar um pouco comigo.

Fomos até a sala do gestor da feira, local em que realizava as entrevistas com os produtores. Ali descobri que se tratava do primeiro presidente da cooperativa e que realmente tinha muitas informações que seriam relevantes para a pesquisa. Ele iniciou falando livremente sobre a maneira como a cooperativa foi constituída, o processo de escolha da sede e como seu nome apareceu para assumir a presidência, temas que abordei anteriormente. No entanto, em meio à conversa, um ponto me prendeu a atenção de maneira mais ativa, ele me disse:

(055) Hoje eu tenho um sentimento ruim, uma dor em mim porque eu não continuei. Se eu tivesse continuado ela tava viva! Nós perdemos ela! Porque as unidades começaram a separar, separar... por brigas... porque cada um acha que é mais poderoso que o outro (Produtor Claudio).

Diante dessa afirmação, logo percebi que de fato haviam mais fatores envolvidos no processo de desmembramento, além daqueles que até então tinham sido mencionados. Neste fragmento discursivo o produtor deixa claro o sentimento de perda que tem ao falar da separação que está ocorrendo na cooperativa. No primeiro momento, a utilização do pronome pessoal “eu” denota a visão do enunciatador de que é responsável pelos rumos que a organização tomou, uma vez que abriu mão de continuar na presidência. Logo após, o mesmo inclui os demais envolvidos ao empregar o pronome “nós”. No entanto, o que me deixou mais intrigada foi a última frase da qual fez uso neste fragmento ao falar dos motivos que acarretaram o desmembramento: “cada um acha que é mais poderoso que o outro.” Ao ouvir esta frase percebi que haviam disputas de poder envolvidas. Era necessário, portanto, compreender as particularidades desse processo.

Em outro trecho da mesma entrevista o produtor voltou a tocar no assunto e começou a se descortinar para mim as razões que fizeram com que a COPERAFA, composta inicialmente por seis municípios, estivesse agora restrita à Nova Aurora. Esta narração é relativamente longa, mas entendi que deveria mantê-la, na íntegra, pois possibilita o entendimento de um dos principais fatores que levaram ao desmembramento da cooperativa. Por outro lado, optei por dividi-la em fragmentos menores a fim de facilitar o entendimento e tornar a leitura mais fluida.

(056) quando chegou um tempo... os últimos três anos que eu era presidente, chegou no último mês, na última reunião, tinha que começar a formar a diretoria, né... primeiro a base era feita nos diretores que tavam ali dentro.. aí pediram pra mim: “Claudio, você vai ser presidente?” Eu falei: “de hoje em diante o caminho tá aberto pra quem quer ser candidato...” então, todos os diretores tem direito a ser candidato! É uma democracia! Correto? Eu sempre fui a favor da democracia...como eu não ia mais ser candidato, a secretária, que é uma pessoa capacitada, trabalhadora... meio brava, mas... Ela falou: “eu posso sair candidata?” eu falei: “claro!”. No estatuto da cooperativa diz o seguinte: depois de seis meses, você pode votar e ser votada! Tá... então ela ia sair candidata, com o meu apoio. Quando vazou isso na mídia, dentro do município de Nova Aurora... “o Claudio não vai mais ser candidato e a Claudia vai ser, que é de Cafelândia... Como tem um ciúme da Copacol, que a sede era pra ser em Nova Aurora e é em Cafelândia, virou uma briga política.”

Neste fragmento discursivo se torna explícito um tema que até então estava silenciado em relação ao desmembramento da cooperativa: os interesses políticos. A origem desta disputa, como enunciado pelo produtor, teve início na escolha da sede da COPACOL - Cooperativa Agroindustrial Consolata. Esta é uma grande cooperativa agroindustrial que mantém atividades no oeste do Paraná, e que escolheu ter sua sede em Cafelândia, em detrimento de Nova Aurora. Portanto, perder novamente a sede de uma cooperativa para o município vizinho é uma ideia que desagrada os detentores do poder político em Nova Aurora.

Outros pontos ainda se destacam no fragmento acima descrito: de início, analisando a partir da abordagem certeuniana, foi possível identificar uma estratégia utilizada para a manutenção do poder na cooperativa, uma vez que como dito, os possíveis candidatos eram definidos pelos membros que já estavam na diretoria. O risco de “aparecer” alguém que estivesse fora desse círculo era reduzido. Ao utilizar a expressão “o caminho ‘tá’ aberto pra quem quer ser candidato”, o então presidente demonstrou não ter mais interesse em se manter no cargo e abre espaço para que novos nomes surjam.

No entanto, a partir do que pude compreender, o que não era esperado na época era o surgimento de um nome que não estava “programado” pelo grupo, ou seja, alguém que não era de Nova Aurora. Porém, isso aconteceu: a Sra. Claudia, citada no fragmento, era uma produtora vinculada à cooperativa através do município de Cafelândia. A possibilidade de a sede da cooperativa ser transferida para outro município, e mais, Nova Aurora perder novamente a sede de uma cooperativa para Cafelândia, torna mais explícito os interesses políticos envolvidos. Como disse o produtor, uma ação relativamente simples de escolha da diretoria da cooperativa, por questões de disputas anteriores entre os municípios de Nova

Aurora e Cafelândia, desencadeia “uma briga política.” A continuidade do depoimento do Sr. Claudio escancara esta questão:

(057) [...] Aí, eu virei o centro do alvo, né?...aí o rapaz da EMATER foi falar comigo. Fez uma briga. Falou com o prefeito... eles não aceitavam... aí eu tinha chamado três caras pra ser sucessor meu, aqui de Nova Aurora, ninguém quis ser candidato. Aí eu falei: “já que não tem outro candidato, Claudia, você tá liberada!” Aí ela pediu pra mim: “Claudio você vai me dar apoio?” eu falei: “ó, Claudia, vamos fazer o seguinte... você vai sair candidata e eu não dou apoio pra nenhum candidato, eu tô fora! Quem se candidatar luta por seus direitos!” ela falou “beleza então!” Eu falei: “Não é que eu não goste de você, mas se eu der apoio pra você... todo mundo é meu amigo, como é que eu vou fazer?” aí virou uma briga! Briga municipal! Aí me convidaram pra uma reunião, lá na sala do prefeito. Cheguei atrasado. Cheguei e sentei...sentei... minha cadeira tava reservada...pediram “Como é que você deixa a cooperativa ir pra Cafelândia?” eu falei: “não, eu não to deixando... eu não to deixando a cooperativa ir pra Cafelândia! Nós somos sócios e os sócios têm direito de votar e ser votado!”. “Não, mas você deixou a Claudia!” eu falei: “eu não deixei a Claudia. Eu ofereci o cargo, vocês não quiseram! Por que agora vocês tão aqui? Por que no dia vocês não pegaram?” aí deu essa polêmica! (Produtor Claudio).

Neste fragmento discursivo o produtor deixa claro que a definição de nomes para a presidência é uma ação centralizada na diretoria da cooperativa e que ele ofereceu o cargo aos demais integrantes e não havia interessados no cargo. Eu ainda notei a figura do presidente como alguém que detém o poder de decidir se um produtor pode ou não se candidatar, uma vez que o produtor afirma que disse para a interessada no cargo: “já que não tem outro candidato, você está liberada”. Ora, se em uma organização cooperativa há espaço para este tipo de atitude, entendo que efetivamente todo o ideário de cooperação não passa de uma utopia e a utilização do nome cooperativa uma estratégia para conseguir vantagens em relação as demais organizações capitalistas.

As normas da cooperativa em relação ao assunto são claras, pois estabelecem que qualquer cooperado – de qualquer município – pode votar e ser votado para o cargo de presidente. No entanto, quando houve a possível candidatura de uma cooperada de outro município, esta não foi aceita pelo grupo que comanda a COPERAFA em Nova Aurora. Ao utilizar a expressão “eu virei o centro do alvo”, o produtor afirma que, por apoiar, ainda que não oficialmente a Sra. Claudia para o cargo de presidente, ele foi considerado culpado por uma possível mudança da sede da cooperativa para o município ao qual esta cooperada pertencia. A questão ganhou proporções de disputa municipal, como salienta o produtor, o então prefeito de Nova Aurora se envolveu pessoalmente no caso, convocando uma reunião entre os envolvidos.

Ficou claro, portanto, que além do cumprimento de normas e regras o que levou à desestruturação da cooperativa foram disputas entre os municípios que a compõem. No final de nossa conversa o produtor demonstrou, novamente, um tom de amargura ao falar sobre o assunto:

(058) Então, hoje a COPERAFA tá reduzindo em Nova Aurora, só... nós tinha sete ou oito municípios, vai reduzir só em Nova Aurora, por que? Por que entraram com a arrogância, né, de ser dono, de mandar... Só que quem jogava pedra no meu vidro, hoje tá quebrando o vidro dele né?... Porque eles criticavam, diziam que eu não controlava a cooperativa direito. Não é que eu não controlava, eu encontrei um monte de pessoas com mentalidades diferentes, que pensam que a sardinha é só deles... eles pensam: eu quero pegar pelo menos no rabo da sardinha, pelo menos no rabo né... eu sofri aqui... eu sofri... (Produtor Claudio).

Neste fragmento discursivo me chamou a atenção o tom de acusação utilizado pelo produtor. Ele deixou explícito que a cooperativa é alvo de disputas internas e mentalidade individualista, ao utilizar as expressões “pensam que a sardinha é só deles” e “eu quero pegar pelo menos no rabo da sardinha”. Fica claro, através dessas expressões que a cooperativa é usada para que os produtores alcancem objetivos individuais e isso perpassa a questão das relações de poder na instituição. Entendi, a partir disso, o porquê era tão importante para eles manter a sede no município de Nova Aurora. Distanciar a sede significava distanciar-se do poder e dos benefícios que poderiam alcançar através da cooperativa.

Ao ouvir o que o produtor tinha a me dizer naquele dia, meus sentimentos se misturavam. De uma lado estava satisfeita por ter conseguido informações importantes para o meu estudo. Por outro, em virtude do tom de mágoa que ele usou em seu discurso, fiquei um pouco receosa sobre a veracidade do que ele me dizia. Quando ele disse “Só que quem jogava pedra no meu vidro, hoje tá quebrando o vidro dele, né?”. Percebi que está magoado pelo que aconteceu e, por outro lado, satisfeito pelo desmembramento estar acontecendo nesta gestão, que é fruto do que ele havia me dito anteriormente.

No entanto, alguns dias após da realização da Assembleia Extraordinária na qual foi definido o desmembramento das unidades da cooperativa – desta eu não pude participar – conversei novamente com o presidente da instituição a respeito do assunto e, nesta ocasião ele falou mais abertamente comigo:

(059) [...] Mas daí surgiu o pessoal das outras unidades que queriam assumir a presidência, e a gente escutou um boato que eles queriam mudar a sede para outro município. Aí o prefeito daquela época disse: não, se a presidência sair daqui, aí eu não colaboro mais com a cooperativa. Aí o pessoal daqui montou uma chapa, pegando pessoas de outros municípios, aí,

pra não dar duas chapas, pra não disputar, o pessoal da outra chapa aceitou...se eu aceitasse ser presidente, eles abririam mão, né... falei, olha eu não queria, mas se for pra apaziguar, vamos tentar, né?... que você já tem experiência por estar em cooperativa... experiência a gente tem né.. mas eu já to cansado, já to quase com 70 anos, tá na hora de descansar um pouco, né? Mas se for pra ajudar, daí eu assumi. A gente sabe como funciona cooperativa, mas cansa também, né? E a gente tem as atividades da gente, né... mas numa associação, numa entidade dessa, se alguém não se sacrificar também, não anda, né? (João – Presidente da Cooperativa).

O percurso semântico utilizado no fragmento discursivo 059 confirma o que havia sido mencionado pelo produtor Claudio, em relação à disputa para manter a sede da cooperativa em Nova Aurora. O enunciador se utiliza do vocábulo “boato” para se referir à possibilidade de mudança da sede da cooperativa para outro município. Este vocábulo apresenta a concepção de algo que é proferido sem que suas origens sejam confiáveis. O que pude perceber, diante disso, foi que apesar de ser tratado como algo sem importância no início, o tal “boato” se mostrou verdadeiro e gerou consequências para a continuidade das atividades na cooperativa.

O enunciador explicita ainda o interesse político em manter o município de Nova Aurora como sede da cooperativa, o que pode ser confirmado quando o presidente cita a intervenção do então prefeito do município neste processo. Este, utilizando o poder que lhe é conferido a partir do cargo que ocupa, emprega um tom de ameaça ao dizer que “se a presidência sair daqui, aí eu não colaboro mais com a cooperativa”. Diante desta possibilidade, os produtores articularam ações no intuito de formar uma candidatura concorrente à da Sra. Claudia. Pelo que pude compreender em campo, a produtora de Cafelândia, que pretendia o cargo, foi impelida a desistir por pressões dos membros de Nova Aurora e de alguns de seu município. Para evitar uma disputa, ela optou por deixar que apenas um grupo fosse candidato. No entanto, posteriormente, encabeçou o movimento para o desmembramento das unidades.

O Sr. José colocou que seu objetivo era apaziguar o problema que havia sido causado. Ele sabia que era um nome forte para a disputa da presidência da COPERAFA. Porém, diante do resultado que agora se apresenta, é possível perceber que este objetivo não foi alcançado. Gostaria de destacar ainda a última frase utilizada pelo presidente da cooperativa naquele dia: “numa associação, numa entidade dessa, se alguém não se sacrificar também, não anda”. O léxico “sacrificar” me chamou a atenção naquele momento. Entendo que ao se pensar uma organização cooperativa onde, em tese os cooperados são também donos, esta expressão soa um pouco pesada. No entanto, diante das ações que vêm sendo desempenhadas,

desvinculando a COPERAFA totalmente do conceito de cooperativa, este tipo de pensamento passa a ser compreensível.

Neste processo que culminou com o desmembramento da cooperativa, vi emergir o conceito cereteuniano de estratégias, advindas de diferentes posições, a fim de garantir a manutenção do poder na cooperativa. Ao se verem na iminência da mudança da sede para outro município, articulações passaram a ser realizadas no sentido de impedir que tal processo ocorresse. Tal movimento demonstra que, como salientou Lefebvre (1991), a produção capitalista tem possibilidade de alienar o indivíduo em seu cotidiano. Em nenhum momento durante o processo que gerou a separação das unidades, pôde ser verificada qualquer ação que pensasse a continuidade da cooperativa de maneira conjunta. O único foco era garantir a permanência da sede em Nova Aurora.

Diante disso, acredito ser possível afirmar que os indivíduos que fazem parte da cooperativa que foi objeto deste estudo não conseguiram vencer a alienação cotidiana, criada, especialmente, pelo discurso vigente do capital. Se para Heller (2000), a condução da vida está vinculada à capacidade de se opor àquilo que por vezes é transmitido como sendo natural, tal perspectiva não pôde ser identificada na COPERAFA. Desta maneira, naquele espaço o capitalismo continua criando fantoches que se deixam manipular pelas instituições que se apresentam como seus representantes, pelos organismos públicos ou pelos próprios cooperados.

A referida cooperativa é, portanto, mais um exemplo de organização na qual a ideologia do cooperativismo não conseguiu alcançar o objetivo ao qual se propôs. Em meu entendimento, isso se deu porque a força do discurso capitalista é tamanha que esta impera também no ambiente de cooperação, gerando ações individualistas e de competição. Diante disso, as disputas de poder que ocorreram no ambiente da cooperativa foram determinantes para o seu desmembramento.

5.7 Caminho percorrido: hora de sair de campo

Após um período de três meses em campo, chegou o momento de concluir as pesquisas no ambiente da cooperativa. Saí de campo satisfeita por ter alcançado os objetivos aos quais me propus no início do trabalho. Muitos foram os desafios que encontrei: distância

entre o município de Nova Aurora e a cidade em que moro; conciliação de horários, uma vez que como cursei o mestrado sem bolsa, continuei ministrando aulas no período de realização da pesquisa; cenários imprevistos como o fato de se tratar de um estabelecimento comercial, sem a presença dos produtores e o processo de desmembramento. No entanto, entendo hoje que todos eles foram superados.

Nos primeiros dias em que estive em campo, minha maior preocupação era tentar ver na feira fatos que estivessem de acordo com o referencial teórico que eu havia tecido para esta pesquisa. Com o tempo, passei a perceber que deveria manter certo distanciamento desta teoria e me abrir para poder enxergar além dela. Foi a partir disso que as nuances do cotidiano da feira foram se abrindo diante dos meus olhos.

Pude identificar que, assim como afirma Certeau (2000) o cotidiano é espaço de inventividade e que os indivíduos desenvolvem estratégias e táticas para escapar ao formalmente estabelecido e, assim, poderem tomar as rédeas de suas ações. No entanto, me admirei ao perceber que essa capacidade dos indivíduos se limitava à escapar do discurso cooperativo. Em se tratando, porém, de outro discurso que fortemente os envolve, qual seja, o capitalista, os sujeitos apresentaram uma passividade surpreendente, o que me remeteu aos conceitos apresentados por Heller (2000) e Lefebvre (1991) de que o cotidiano é ambiente propício à alienação dos indivíduos. Apenas em breves momentos, os mesmos tentam se desvincular de alguma forma às normas – ainda assim, as da cooperativa – no entanto, em grande parte dos momentos, suas ações denotam passividade diante do que impõe o ambiente capitalista.

Entendo ser importante salientar aqui que os objetivos aos quais me propus ao iniciar este estudo foram alcançados. Para tanto, falarei de maneira breve de cada um dos objetivos específicos, até chegar ao objetivo geral desta dissertação. Em meu primeiro objetivo específico o foco foi descrever como a cooperativa estruturou as feiras. Era esta a ideia que tinha antes de entrar em campo, uma cooperativa que passa a abrigar em sua estrutura feiras livres em diferentes municípios. No entanto, ao realizar o resgate histórico da feira e da cooperativa, foi possível descobrir que o processo foi justamente o oposto. A partir da mudança na estrutura da feira, que deixou de acontecer semanalmente, no ambiente da rua, e passou a um espaço fixo, com atendimento em horário comercial e diante da necessidade de legalização de tais atividades é que iniciou-se o movimento de constituição da cooperativa. Uma figura presente já neste momento é a da EMATER que, como vimos “prestou auxílio” aos produtores durante este processo.

No segundo objetivo que me propus a pesquisar, procurava observar como ocorriam as práticas de socialização dos pequenos produtores ao cotidiano da comunidade. Assim como ocorreu no primeiro objetivo, também neste a perspectiva de análise que eu tencionava abordar foi quebrada no momento em que entrei na feira. Eu esperava encontrar lá produtores rurais comercializando o seus produtos e mantendo contato direto com os consumidores e o que encontrei foi uma estrutura comercial, na qual os produtores mantinham-se em suas propriedades e seus produtos eram vendidos por funcionários contratados para tal função. Assim o processo de socialização ocorria de maneira esporádica no ambiente da feira. Uma alternativa para tal fator é a realização da Feira da Lua, na qual há maior contato entre produtores e comunidade. Ainda que apenas uma pequena parte dos produtores comercializem seus produtos nesta feira, mesmo os que não o fazem frequentam o ambiente e desta forma, possuem contato com os consumidores.

Por fim o terceiro objetivo específico visava interpretar como os feirantes constroem, a partir de práticas cotidianas, maneiras de atender e de resistir aos objetivos impostos pela cooperativa. Pude perceber, durante o período em que estive em campo atitudes de resistência dos produtores ao formalmente estabelecido. No entanto, tais ações se limitam ao ambiente cooperativo, o que demonstra, novamente, a força que a ideologia capitalista exerce sobre os mesmos. As práticas típicas do capital são levadas à cabo pelos indivíduos envolvidos na cooperativa de maneira passiva, naturalizadas, sem qualquer questionamento, enquanto que as regras da cooperativa são constantemente transgredidas. Esta transgressão, via de regra, atende aos interesses do sistema capitalista que nitidamente determina a forma de atuação dos indivíduos no ambiente que, em tese, deveria ser de cooperação.

Diante de tais perspectivas posso afirmar que foi possível alcançar o objetivo geral proposto neste estudo, de compreender como ocorrem as micropráticas cotidianas na feira gerenciada pela COPERAFA, no município de Nova Aurora, apesar da estrutura de gestão formalizada estabelecida pela cooperativa a todas as suas unidades. Ainda que atendendo aos interesses do capital, os indivíduos demonstraram que o cotidiano abriga inventividade, resistências, práticas de subversão, como afirma Certeau (2000); é ambiente em que os indivíduos podem escapar à alienação, ainda que por breves momentos como salienta Heller (2000); e é espaço no qual se busca contar a história daqueles que são esquecidos nos estudos tradicionais conforme apresentou Lefebvre (1991). Unindo as abordagens dos três autores que serviram de base para este estudo, consegui compreender que o cotidiano envolve a todos em maior ou menos grau, quer queiramos ou não.

Ao compreender que os objetivos propostos neste estudo haviam sido alcançados, percebi que chegara a hora de me retirar de campo e passar a realizar o processo de análise do que lá eu vivera. Optei por não sair de maneira abrupta do ambiente da feira, passei então a tornar as minhas idas à Nova Aurora mais esporádicas e reduzi gradativamente o período em que permanecia na cooperativa. Assim, me despedi do ambiente que me acolheu durante três meses e possibilitou que eu chegasse até aqui e pudesse compartilhar os resultados com os leitores deste trabalho.

6 CONCLUSÕES

Chegar até aqui não foi tarefa fácil. Eu, assim como muitos formados em Administração, sempre tratei temas com os quais me deparava de maneira extremamente racional. Como não poderia ser diferente, o meu estilo de escrita e de análise também seguiam o mesmo tom. Não foram poucas as vezes que ouvi de minha orientadora, Professora Elisa: “isso aqui está muito ‘quadrado’, refaça!” Percebi que essas correções eram de extrema importância para o meu crescimento, a fim de que eu pudesse não apenas chegar ao fim deste trabalho, mas, principalmente, apresentar um trabalho de qualidade. Tenho consciência de que ainda há muito a desenvolver e crescer, mas também sei que já não sou mais a mesma Josiane que iniciou o Programa de Mestrado em Administração em março de 2012. O desafio deste trabalho foi abordar um assunto que, como disse no início, não conhecia, e realizar a análise através de uma metodologia que também era nova para mim. Foi preciso muito trabalho, estudo e dedicação. Agora apresento as conclusões às quais cheguei.

Este estudo me proporcionou a compreensão de que as organizações cooperativas em seu cotidiano apresentam realidades diferentes do discurso que se criou para as mesmas, que preconiza que o crescimento coletivo é o seu principal objetivo. Percebi que desde o processo de concepção da cooperativa, os interesses de cooperados e da instituição são os mesmos, ambos visam o crescimento individual. A empresa cooperativa busca resultados financeiros positivos, enquanto os produtores esperam que a mesma possibilite que tenham espaço para a venda de seus produtos e, conseqüentemente resultados individuais positivos. Diante disso, a realidade da concorrência entre produtores, que vendem os mesmos produtos, aparece no ambiente da cooperativa. Ambos estão, portanto, sendo usados e ao mesmo tempo usando um ao outro para que os seus interesses sejam alcançados. Não se trata de uma atividade de mútua cooperação, mas de jogo de interesses.

Diante deste contexto, pude identificar o discurso que emerge a partir das ações tomadas por cooperados e cooperativa. Tal discurso é alienante e torna-se difícil aos indivíduos se desvencilharem dele. Foi o que vi no ambiente estudado. Tanto cooperados quanto a instituição agem a partir dos princípios do discurso hegemônico do capitalismo. Logo, o discurso de ajuda mútua e da “grande família” que a cooperativa forma vale apenas enquanto os interesses individuais não são afetados. Quando estes entram em cena, são os que prevalecem, ainda que nenhuma das partes confirme isso explicitamente.

As organizações cooperativas, como apresentei anteriormente, surgiram como resposta ao sistema capitalista em formação e amplo desenvolvimento. No entanto, diante do que pude identificar em campo, esta resposta não foi dada de maneira adequada. Ou seja, o cooperativismo não conseguiu alcançar o objetivo ao qual se propôs, uma vez que a ideologia capitalista, claramente, invadiu o ambiente de cooperação. Destarte, a cooperativa não consegue minimizar os efeitos do capitalismo que leva os indivíduos a tomarem ações que denotam individualismo e competição, como pude ver na cooperativa que foi objeto deste estudo.

Foi possível, portanto, perceber claramente através do estudo realizado que a ideologia vigente e que se sobrepõe no sistema capitalista em que estamos inseridos, nos leva a acreditar que o sucesso está vinculado aos resultados econômicos que conseguimos alcançar individualmente. Desta maneira, conceitos como o cooperativismo encontram dificuldade para serem implementados em sua totalidade. Logo, neste modelo, os indivíduos se aproveitam dos pontos que poderão trazer alguma vantagem nos conceitos que divergem do capitalismo e, conseqüentemente os utilizam de maneira incompleta, buscando sempre vantagens individuais, característica clara da ideologia à qual estamos atrelados.

Diante disso, as táticas cotidianas emergem continuamente. Ao olharmos a partir do que espera a cooperativa de seus cooperados – que cumpram o estabelecido pela mesma para que esta alcance os seus objetivos – poderíamos ver subversão às normas por parte dos produtores, nos momentos em que os mesmos agem de forma contrária ao estabelecido pela organização cooperativa. No entanto, esta dita subversão serve a outro discurso, o capitalista, a partir do qual a prosperidade financeira é o objetivo principal, tornando-se, portanto, norteador das ações da cooperativa e dos cooperados. Assim, a instituição cooperativa busca estratégias para tentar neutralizar as ações dos cooperados. Estas estratégias, porém, não visam fazer com que o ideário do cooperativismo prevaleça, uma vez que, há tempos as cooperativas não possuem mais este ideal. Surgem, portanto, para manter os cooperados atrelados a ela, a fim de atender, da mesma maneira, aos ditames do mundo atual.

Pude perceber, desta forma, a partir do analisado, que o discurso hegemônico em nossa sociedade, baseado no capital, mantém as pessoas atreladas a ele, ainda que estejam em ambiente propício à subversão e resistência, como poderia ser o ambiente cooperativo, caso este não estivesse tão fortemente vinculado ao capitalismo. Identifiquei com clareza neste estudo que as pessoas vivem de maneira alienada dentro deste modelo econômico e não conseguem desvencilhar-se dele. No entanto, não assumem este posicionamento de maneira

explícita. Logo, o discurso cooperativo aparece nas falas tanto dos representantes da instituição, quanto dos cooperados, mas as suas ações não sustentam o que dizem.

Vi que, talvez, por não terem consciência da alienação em que vivem, os indivíduos sequer tentam quebrar os elos que os prendem ao discurso hegemônico. Assim, o cotidiano pesquisado, que poderia ser espaço de inventividade, acaba diminuído em local de rotinização, no qual cada indivíduo busca suas realizações individuais. Desta forma, minha investigação mostrou que pouquíssimas vezes eles conseguem realizar um rompimento com o discurso hegemônico, e nas raras vezes que tentam se utilizar de suas táticas ou movimentos de microrresistência, ou, nos dizeres de Certeau (2000), em que tentam escapar ao poder, não o deixam totalmente, pois suas ações não manifestam claramente a rejeição ao poder estabelecido.

Desta forma, acredito que o presente estudo apresenta contribuições teóricas em relação aos estudos do cotidiano. Foi possível perceber que mesmo partindo de linhas de pensamento diferentes, as teorias propostas pelos autores do cotidiano tidos como base neste estudo somam-se uns aos outros. Portanto, acredito que é possível entendê-los como leituras que se complementam. Assim, a partir das análises realizadas, pude perceber que o cotidiano da forma como entendem Heller (2000) e Lefebvre (1991) é uma realidade que existe e aliena. No entanto, como diz Certeau (2000), pode ser construído e reconstruído pelos indivíduos que o compõe, muito embora eles não escapem do poder que os abraça. Essas “escapadas” são momentos fugidios e até mesmo ilusórios, como pude ver em alguns momentos da presente investigação.

Os indivíduos, portanto, possuem ainda dificuldades para de fato conduzirem a sua história. Logo, acabam permanecendo em grande parte da vida, na reprodução do já dito e do já feito. Entendo que isso aconteça em virtude de que as estruturas que visam à manutenção do indivíduo neste processo de alienação estão muito bem articuladas, dificultando a saída dos sujeitos, mesmo que esta seja momentânea.

Este trabalho trouxe também contribuições no sentido de compreender como questões do cotidiano impactaram nas relações de poder no ambiente pesquisado, determinando o declínio do modelo construído para a gestão da feira. De maneira geral, pude ver que essas questões não ficaram restritas apenas aos detentores formais do poder, uma vez que o processo que culminou no desmembramento da cooperativa foi articulado também pelos produtores cooperados, que do seu “lugar próprio” estão agindo na correlação de forças existente na organização estudada.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALBINO, J.; GONÇALVES, C. A.; CARRIERI, A. P.; MUNIZ, R. Estratégia como prática uma proposta de síntese. **Revista portuguesa e brasileira de gestão**. Lisboa, v. 9, n.1-2, 2010, p. 2-14.
- ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009. 136p.
- ALÓS, A. P. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 15/3 (esp), dez. 2012, p. 389-394.
- BARREIRA, M. R. A. **Henri Lefebvre: A crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2009, 169p.
- BRAUDEL, F. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v.15, n.44, jan./mar. 2008, p. 63-79.
- CARRIERI, A. P.; MURTA, I. B. D.; TEIXEIRA, J. C.; SOUZA, M. M. P. Estratégias e táticas empreendidas nas organizações familiares do Mercado de Madureira (Rio de Janeiro). **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 2, mar./abr. 2012, p. 196-226.
- CATTELAN, J. C. Cristo na era do Big Brother. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 15, n. 1, jan./jun. 2012, p. 15-38.
- CAVEDON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional; implicações positivas e negativas. In ENANPAD, 23, 1999. Foz do Iguaçu, **Anais**. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1999/ORG/1999_ORG8.pdf Acesso em 10/07/2013.
- _____. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2, morar,cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer.** 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DURAN, M. C. G. Maneiras de Pensar o Cotidiano com Michel De Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, set./dez. 2007, p. 115-128.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 98, jan./abr. 2007, p. 73-95.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **RAP**, Rio de Janeiro, mar./abr. 2010, p. 367-383.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. **L'herméneutique du sujet cours au Collège de France: 1981 – 1982.** Édition publiée sur la direction de François Ewald e autres. Paris. Gallimard, 2001.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo: primeiras lições.** 4. ed. Brasília: SESCOOP, 2010.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995, p. 20-29.

GUIMARÃES, G. T. D. **Historiografia da Cotidianidade: nos labirintos do discurso.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411670>. Acesso em 05/02/2014.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006.

JINKINGS, I. Nota à edição. In.: MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

JOAQUIM, N. F. A gestão (extra)ordinária do cotidiano. In: VII ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2012.

JOHNSON, G.; LANGLEY, A.; MELIN, L.; WHITTINGTON, R. Introducing the strategy as practice perspective. In: _____. **Strategy as practice: research directions and resources**. Ed. Cambridge University, UK, 2007.

JUNQUILHO, G. S.; ALMEIDA, R. A. SILVA, A.R.L. As “artes do fazer” gestão na escola pública: uma proposta de estudo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jun. 2012, p.329-356.

KAPLAN, B.; MAXWELL, J. A. Qualitative Research Methods for Evaluating Computer Information Systems. In: ANDERSON, J. G.; AYDIN, C. **Evaluating Health Care Information Systems: Methods and Applications**, Sage, Thousand Oaks, CA, 1994. p. 30-55.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SINGER, P. (Org.). **Economia solidária**. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Acesso em: 13 out 2013.

LEFEBVRE H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Atica, 1991.

LEITE, R. P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 737-756.

LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, 2010, p. 84-89.

MACHADO R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII – XXIII.

MACHADO, C. R. S. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, v. 13, 2008, p. 83-95.

MAFRA, J. F. O cotidiano e as necessidades da vida individual: uma aproximação da antropologia de Agnes Heller. **Educação e Linguagem**, v. 13, n. 21, jan/jun. 2010, p. 1-15.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26, 1990. p. 149-158.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, 2008, p.72-87.

MAZZA, S. R.; VASCONCELLOS, M. P. C. O Cotidiano na investigação em saúde pública: um recorte teórico e metodológico. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 21, n. 1, 2012, p. 24-21.

MEDINA. P. A. Notas sobre la noción de resistencia en Michel de Certeau. **Kairos: Revista de Temas Sociales**, ano 11, n. 20, nov. 2007, p. 1-11.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO O.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v.3 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NAPOLITANO, V.; PRATTEN, D. Michel de Certeau: Ethnography and the challenge of plurality. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale**, 15, 2007, p. 1–12.

NOVAES, H. T. **Retorno do caracol a sua concha**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Por dentro da cooperativa**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/por_dentro_da_cooperativa.asp. Acesso em 01/08/2013.

OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (Orgs). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. A invenção cotidiana da pesquisa e seus métodos. **Educ. Soc.** v. 28, n. 98, jan/abr, 2007, p. 15-22.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. (Trad. Pedro de Souza). 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 7 ed, 2013.

PAULO NETO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

PECHÊUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al). 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pechêux**. (Trad. Bethânia S. Mariani et al). 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEIXOTO, D. L. **Estratégias e táticas cotidianas: um estudo sobre os sentidos das práticas sociais e suas influências no fazer estratégia de uma barraca em feiras-livres**. 2011, 107f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2011.

PÉRIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo**. Porto Alegre: OCERGS, 1983.

PIERRI, M. C. Q. M. A Feira livre como Canal de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar. PCT IICA/MDA – NEAD: 48º Congresso da SOBER. **Anais...** Campo Grande, 2010.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

_____. **Avaliação do cooperativismo brasileiro**. Belo Horizonte: Fundec, 1980.

PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA. **Nossa cidade / história**. Disponível em <http://novaaurora.pr.gov.br/index.php?sessao=0d1fe54ebfnc0d&id=1334>. Acesso em 15/04/2013.

RASCHE, A.; CHIA, R. Researching strategy practices: a genealogical social theory perspective. **Organization Studies**. v. 30, n. 07, 2009, p. 713-734.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2004.

SARAIVA, L. A. S.; SANTOS, A. V. Estratégias de poder de trabalhadores industriais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 4, 2011, p. 15-43.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (org.). **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 114-198.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

SERRA, E. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Geografia**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, p.139-153.

SERVA, M.; JAIME JR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE**, São Paulo, v.35, n.1, mai/jun 1995, p. 64-79.

SILVA, M. A. S. M. Sobre a análise do discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, n. 4, v.1, 2005, p. 16-40.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **RAUSP**, São Paulo, v.46, n.2, abr./maio/jun. 2011, p.122-134.

SOUSA, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, São Paulo, v.2, 2002, p.129-134.

SOUSA, F. C. L. Diálogos com Michel de Certeau sobre pesquisa nas ciências humanas. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 3, jul. 2011, p. 181-194.

VERGARA, S. C. **Relatórios de pesquisa em administração**. 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

VERONEZE, R. T. Agnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013, p. 162 – 172.

VIEIRA, F. G. D. Perspectivas e limites da pesquisa qualitativa na produção de conhecimento em marketing. **Revista de Negócios**. Blumenau, v.18, n.1. Janeiro/Março de 2013, p.10 – 24.

VICTORIO FILHO, A. Pesquisar o cotidiano é criar metodologias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, jan./abr. 2007, p. 97-110.

XAVIER, W. S.; BARROS, A. N.; CRUZ R. C.; CARRIERI, A.P. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. **Revista de Administração**. v. 47, n.1, jan./fev./mar. 2012, p. 38-50.

YILMAZ, G. G. Tactics in Daily Life Practices and Different forms of Resistance: The Case of Turks in Germany, **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, vol 82, July, pp. 66-73, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.06.226>>

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO

Sou estudante do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Estou realizando uma pesquisa intitulada: Estudo do cotidiano de pequenos produtores rurais no ambiente da feira livre constituída a partir da gestão cooperativa.

Encontrei nesta organização um ambiente propício para a realização deste estudo. Solicito, portanto autorização para realizá-lo neste local e, posteriormente, apresentar os resultados divulgando o nome da Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná - COPERAFA.

Saliento que o objetivo deste estudo não é enaltecer, tampouco denegrir a imagem da instituição, mas fazer uma análise cuidadosa de como as ações cotidianas e os discursos se dão neste ambiente.

Declaro que li o presente termo e autorizo a utilização do nome da Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná - COPERAFA na divulgação dos resultados da pesquisa.


Assinatura do gestor da cooperativa

**COPERAFA Coop das Agro
Familiares do Oeste do PR
CNPJ 08 267 859/0001-73**

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista de história oral com feirantes

- Fale sobre a sua vida;
- Há quanto tempo é feirante? Iniciou essa atividade a partir da implantação da COPERAFA ou já a realizava antes?
- Por que iniciou suas atividades na feira?
- Por que decidiu se associar à cooperativa?
- Que resultados o senhor (a) esperava obter a partir da feira? Está conseguindo alcançar o esperado?
- São realizadas reuniões na cooperativa? O senhor (a) participa dessas reuniões?
- Como são tomadas as decisões na cooperativa? O senhor (a) participa desse processo de tomada de decisão?
- A cooperativa traz algum tipo de vantagem aos produtores que dela fazem parte?

APÊNDICE C

Roteiro de entrevista semiestruturada com gestores das feiras

(Gestor da COPERAFA)

- Como foi o processo de criação da cooperativa?
- Por que se pensou na criação da cooperativa?
- Quem fomentou a ideia de criação da cooperativa? Que ações foram tomadas para tal?
- Quais as principais dificuldades pelas quais a cooperativa passou desde a sua criação?
- Você gerencia as atividades da cooperativa desde o início?
- Por que a escolha de Nova Aurora como sede da COPERAFA?
- A que você atribui o movimento para desmembramento da cooperativa?
- Quais são as normas da cooperativa? São seguidas pelos cooperados? A que você atribui isso?
- Onde reside o poder na cooperativa – há algum tipo de controle sobre as ações dos cooperados?
- Como é o relacionamento entre os cooperados?
- Existe algum tipo de subsídio público para a manutenção da cooperativa?
- Como é o relacionamento com a EMATER atualmente?
- Como enxerga o futuro da cooperativa?

APÊNDICE D

Roteiro de entrevista semiestruturada com Técnicos da EMATER

- Quais os fatores que levaram à criação da COPERAFA?
- Como foi projetada a feira? Quem poderia participar?
- Quais os principais problemas encontrados no momento da constituição da cooperativa?
Como foram solucionados?
- Quais os principais problemas encontrados hoje?
- Que vínculo a EMATER mantém com a cooperativa hoje?
- Quem determina as regras de funcionamento da cooperativa?
- Como é o relacionamento entre os cooperados e a EMATER?
- No período em que era realizada a feira na rua, a EMATER já estava envolvida no auxílio aos produtores?
- Que ações são tomadas pela EMATER para manter a cooperativa e para melhorar as condições dos cooperados?
- Como é visto o futuro da cooperativa?